



Serviço Público Federal

PROCESSO N°
2001.000337/2008-06

OME:

UHE

UHE SANTO ANTONIO (RIO JARI)
LARANJAL DO JARI/AP

ANO:

2008

ROCEDÊNCIA:

ALMERIM/PA
VOLUME XXVIII

REFERÊNCIA:

SSUNTO:

MMA/IBAMA DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO: 02001.000337/2008-06
INTERESSADO: JARI ENERGÉTICA S.A.
CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA: 414.2
DATA: 06/12/2012
DOCUMENTO PROCEDÊNCIA: 15/12/2008
RESUMO: LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO
EMPREENDIMENTO SANTO ANTONIO DO RIO JARI; VOLUMES
1 A 28.



ANDAMENTO

[illegible]



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Unidade Setorial da Diretoria de Licenciamento Ambiental



TERMO DE ABERTURA DE VOLUME

Aos 17 dias do mês de agosto de 2016, procedemos a abertura deste volume nº XXVIII do processo de nº 02001.000337/2008-06, que se inicia com a página nº 5292. Para constar subscrevo e assino.


MAYCON ROBERTO DA S. MARTINS
Responsável do(a) SETORIAL DILIC/IBAMA



THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY OF THE DIVISION OF THE PHYSICAL SCIENCES
5708 S. UNIVERSITY AVENUE, CHICAGO, ILL. 60637

RECEIVED JAN 12 1964

TO THE DIRECTOR, NATIONAL BUREAU OF STANDARDS
WASHINGTON, D. C. 20535
FROM THE DIRECTOR, NATIONAL BUREAU OF STANDARDS
WASHINGTON, D. C. 20535

RECEIVED JAN 12 1964
NATIONAL BUREAU OF STANDARDS



JariENERGIA

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO



Documento - Tipo: Outra

Nº. 02001.C 13 543 /2016- 88

Recebido em: 26/7/2016

Kamille

Assinatura

DIGITALIZADO NO IBAMA



IBAMA

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Dra. Telma Bento de Moura

MD. Chefe da COHID/IBAMA

SCEN - Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA - Bloco A - Cx. Postal nº 09566

Brasília/DF

CEP: 70.800-200

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
Processo	OF. 02001.006718/2016-09	CT-GMA- 47/16	22 / 7 / 16
02001.000337/2008-06	COHID/IBAMA		

Assunto: UHE Santo Antônio do Jari

Licença de Operação nº 1233/2014 (1º Retificação)

Programa de Comunicação Social - Condicionantes nº 2.2 e nº 2.5

Prezada Senhora,

A ECE Participações S.A., inscrita sob CNPJ nº 09.333.996-001-21, titular da concessão da UHE Santo Antônio do Jari, em atendimento ao Ofício nº 02001.006718/2016-09 COHID/IBAMA, encaminha, em anexo, o Questionário e os Indicadores de Avaliação do Programa de Comunicação Social, destacando que os questionários serão aplicados no final de cada atividade realizada.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

ECE Participações

Márcia Roig Sperb

Anexos:

Anexo I: Questionário de Avaliação do Programa de Comunicação Social
Anexo II: Indicadores de Avaliação do Programa de Comunicação Social

ECE Participações S/A

Sede: Rua Gomes de Carvalho, 1.996, 10º andar, sala 3, Vila Olímpia - CEP 04547-006 - São Paulo/SP - Brasil

Filial 1: Marginal Esquerda do Rio Jari, Coordenadas: UTM - SAD 69 Fuso 22 - S/N - Interior- 68920-000 - Laranjal do Jari - AP Brasil

Filial 2: Rua Rio do Jari, 1152 - Agreste - 68920-000 - Laranjal do Jari - AP Brasil - T: 55 96 3621 1334

www.energiasdobrasil.com.br


Do analista Luiz Ernando

Para avaliação.

26.07.2016


Telma Bento de Moura
Chefe de Unidade Avançada
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
Port. 1.054

AVALIADO PELA NOfa
TÉCNICA Nº 02001001409/16-34
COHID/IBAMA.


Mat. 1512945



Anexo I: Questionário de Avaliação do Programa de Comunicação Social

EM BRANCO

INDICADORES DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

1. PALESTRA/CAMPANHA/OFICINA

Público Alvo	Indicador	Modelo de Medida	Meta
Comunidades Locais	Índice de Satisfação	Avaliação do questionário	80% dos resultados nas categorias "ótimo" e "excelente" (ou similar)

2. BOLETIM INFORMATIVO

Público Alvo	Indicador	Modelo de Medida	Meta
Comunidades Locais	Índice de Satisfação	Avaliação do questionário	80% dos resultados nas categorias "ótimo" e "excelente"

3. PANFLETO

Público Alvo	Indicador	Modelo de Medida	Meta
Comunidades Locais	Índice de Satisfação	Avaliação do questionário	80% dos resultados nas categorias "ótimo" e "excelente"

4. COMUNICADO DE RÁDIO

Público Alvo	Indicador	Modelo de Medida	Meta
Comunidades Locais	Índice de Satisfação	Avaliação do questionário	80% dos resultados na categoria "muito"

5. ATENDIMENTO PRESENCIAL

Público Alvo	Indicador	Modelo de Medida	Meta
Comunidades Locais	Índice de Satisfação	Avaliação do questionário	80% dos resultados nas categorias "ótimo" e "excelente"

6. SITE DO EMPREENDIMENTO

Público Alvo	Indicador	Modelo de Medida	Meta
Comunidades Locais	Índice de Satisfação	Avaliação do questionário	80% dos resultados nas categorias "ótimo" e "excelente"

Obs.: Considerando o irrisório número de ligações recebidas no sistema de ouvidoria 0800 na fase de operação do empreendimento, quando foram registradas somente 15 e 03 ligações, nos anos de 2014 e 2015, respectivamente, frente à fase de instalação do empreendimento, quando se registrou o total de 922 ligações, desde agosto de 2011, no início das obras, até dezembro de 2013, e considerando também outras formas de comunicação mais adequadas à atual fase do empreendimento, informamos que este serviço foi substituído pelo serviço de Discagem Direta aos números: 96-99186-1823 e 11-2185-0114, da UHE Santo Antônio do Jari. Assim, os indicadores de avaliação do Programa de Comunicação Social tratam de: palestras, campanhas, oficinas, boletins informativos, panfletos, comunicados de rádio, atendimentos presenciais e site do empreendimento.

EM BRANCO



Anexo II: Indicadores de Avaliação do Programa de Comunicação Social

EM BRANCO

Prezado participante,

Este questionário tem por objetivo a coleta de informações acerca das atividades realizadas, visando ao contínuo aperfeiçoamento do Plano de Comunicação Social da ECE Participações S.A. na fase de operação da UHE Santo Antônio do Jari.

Este questionário foi preparado para a avaliação das atividades ligadas às palestras, campanhas e/ou oficinas.



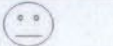
























Responda cuidadosamente às questões abaixo e não hesite em fazer os comentários que julgar necessários à melhoria da atividade.

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
Nome do participante (opcional):	
Nome do responsável pelo questionário:	
Local:	Data:











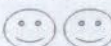
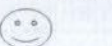
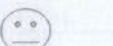









1 - QUANTO À PALESTRA/CAMPANHA/OFICINA	
1.1. Qual a sua opinião sobre o conteúdo abordado?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
1.2. As informações apresentadas deram novos conhecimentos para você?	<input type="radio"/> Muito <input type="radio"/> Pouco <input type="radio"/> Nada
1.3. Como você avalia o tempo de duração do evento?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
1.4. Como você avalia a qualidade do material fornecido (caso tenha sido utilizado)?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
1.5. Como você avalia a quantidade do material fornecido (caso tenha sido utilizado)?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
LEGENDA: Excelente Ótimo Bom Ruim Péssimo	

COMENTÁRIOS, CRÍTICAS E SUGESTÕES (OPCIONAL)
Quanto à Palestra/Campanha/Oficina

2 - QUANTO AO PALESTRANTE	
2.1. Qual a sua opinião sobre o domínio do conteúdo pelo palestrante?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
2.2. Qual a sua opinião sobre o modo de apresentação do assunto pelo palestrante?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
2.3. Como foi a contribuição do palestrante para a participação de todos?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
2.4. Como foi a objetividade das explicações do palestrante?	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>

() 	() 	() 	() 	() 
2.5. O palestrante utilizou uma linguagem fácil de entender?				
() Sim	() Às vezes	() Não		
2.6. Como foi o esclarecimento de dúvidas dos participantes pelo palestrante?				
() 	() 	() 	() 	() 
2.7. O palestrante considerou as solicitações dos participantes?				
() Sim	() Às vezes	() Não		
2.8. Como você avalia o cumprimento pelo palestrante dos horários estabelecidos?				
() 	() 	() 	() 	() 
2.9. Como você avalia o comparecimento do palestrante nos dias programados?				
() 	() 	() 	() 	() 
LEGENDA:				
  Excelente	 Ótimo	 Bom	 Ruim	  Péssimo

COMENTÁRIOS, CRÍTICAS E SUGESTÕES (OPCIONAL)
Quanto ao palestrante

3 - QUANTO AO ESPAÇO FÍSICO E À ORGANIZAÇÃO DA PALESTRA/CAMPANHA/OFICINA				
3.1. Como você avalia a qualidade das instalações onde ocorreu o evento?				
() 	() 	() 	() 	() 
3.2. Na sua opinião, como foi a divulgação do evento?				
() 	() 	() 	() 	() 
3.3. Como você avalia o horário de realização do evento?				
() 	() 	() 	() 	() 
LEGENDA:				
  Excelente	 Ótimo	 Bom	 Ruim	  Péssimo

COMENTÁRIOS, CRÍTICAS E SUGESTÕES (OPCIONAL)
Quanto ao espaço físico e a organização da palestra/campanha/oficina



4 - QUANTO AO DESEMPENHO DO PARTICIPANTE (AUTOAVALIAÇÃO)

4.1. Achei importante a minha presença no evento?

() Muito () Pouco () Nada

4.2. Qual foi o meu grau de aprendizagem no evento?

() () () () ()

4.3. Tirei minhas dúvidas sobre os assuntos apresentados?

() Sim, todas () Algumas () Não, nenhuma

4.4. O que aprendi na palestra/curso tem aplicação no meu dia a dia?

() Muito () Pouco () Nada

LEGENDA:

Excelente Ótimo Bom Ruim Péssimo

EM BRANCO



Prezado participante,

Este questionário tem por objetivo a coleta de informações acerca das atividades realizadas, visando ao contínuo aperfeiçoamento do Plano de Comunicação Social da ECE Participações S.A. na fase de operação da UHE Santo Antônio do Jari.

Este questionário foi preparado para a avaliação das atividades ligadas a entrega do boletim informativo.

Responda cuidadosamente às questões abaixo e não hesite em fazer os comentários que julgar necessários à melhoria da atividade.

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nome do participante (opcional):

Nome do responsável pelo questionário:

Local:

Data:

1 - QUANTO AO BOLETIM INFORMATIVO

1.1. Na sua opinião, como foi a divulgação do boletim informativo?

() () () () ()

1.2. Na sua opinião, como foi a qualidade do material?

() () () () ()

1.3. Qual a sua opinião sobre o conteúdo/assuntos do boletim?

() () () () ()

LEGENDA:

Excelente Ótimo Bom Ruim Péssimo

COMENTÁRIOS, CRÍTICAS E SUGESTÕES (OPCIONAL)

Quanto ao boletim informativo

EM BRANCO



Prezado participante,

Este questionário tem por objetivo a coleta de informações acerca das atividades realizadas, visando ao contínuo aperfeiçoamento do Plano de Comunicação Social da ECE Participações S.A. na fase de operação da UHE Santo Antônio do Jari.

Este questionário foi preparado para a avaliação das atividades ligadas a entrega de panfletos.

Responda cuidadosamente às questões abaixo e não hesite em fazer os comentários que julgar necessários à melhoria da atividade.

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Nome do participante (opcional):

Nome do responsável pelo questionário:

Local:

Data:

1- QUANTO AO PANFLETO

1.1. Na sua opinião, como foi a divulgação do panfleto?



1.2. Na sua opinião, como foi a qualidade do material?



1.3. Qual a sua opinião sobre o conteúdo do panfleto?



LEGENDA:

  Excelente

 Ótimo

 Bom

 Ruim

  Péssimo

COMENTÁRIOS, CRÍTICAS E SUGESTÕES (OPCIONAL)

Quanto ao panfleto

EM BRANCO



Prezado participante,

Este questionário tem por objetivo a coleta de informações acerca das atividades realizadas, visando ao contínuo aperfeiçoamento do Plano de Comunicação Social da ECE Participações S.A. na fase de operação da UHE Santo Antônio do Jari.

Este questionário foi preparado para a avaliação das atividades ligadas aos comunicados de rádio.

Responda cuidadosamente às questões abaixo e não hesite em fazer os comentários que julgar necessários à melhoria da atividade.

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
Nome do participante (opcional):	
Nome do responsável pelo questionário:	
Local:	Data:

1 - QUANTO AO COMUNICADO DE RÁDIO
1.1. As informações divulgadas no rádio ajudaram nas suas atividades diárias? <input type="checkbox"/> Muito <input type="checkbox"/> Pouco <input type="checkbox"/> Nada
1.2. Na sua opinião, as informações transmitidas no rádio foram importantes? <input type="checkbox"/> Muito <input type="checkbox"/> Pouco <input type="checkbox"/> Nada

COMENTÁRIOS, CRÍTICAS E SUGESTÕES (OPCIONAL)
Quanto ao comunicado de rádio

EM BRANCO

Prezado participante,

Este questionário tem por objetivo a coleta de informações acerca das atividades realizadas, visando ao contínuo aperfeiçoamento do Plano de Comunicação Social da ECE Participações S.A. na fase de operação da UHE Santo Antônio do Jari.

Este questionário foi preparado para a avaliação das atividades ligadas ao atendimento presencial.

Responda cuidadosamente às questões abaixo e não hesite em fazer os comentários que julgar necessários à melhoria da atividade.

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
Nome do participante (opcional):	
Nome do responsável pelo questionário:	
Local:	Data:

1 - QUANTO AO ATENDIMENTO PRESENCIAL

1.1. Como você avalia o atendimento prestado?

()

()

()

()

()

1.2. Como você avalia a capacidade do assistente de esclarecer as dúvidas?

()

()

()

()

()

1.3. Classifique a atenção e cordialidade do assistente:

()

()

()

()

()

1.4. Classifique o tempo do atendimento prestado:

()

()

()

()

()

LEGENDA:

Excelente

Ótimo

Bom

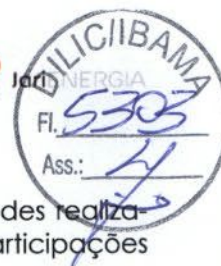
Ruim

Péssimo

COMENTÁRIOS, CRÍTICAS E SUGESTÕES (OPCIONAL)

Quanto ao atendimento presencial

EM BRANCO



Prezado participante,

Este questionário tem por objetivo a coleta de informações acerca das atividades realizadas, visando ao contínuo aperfeiçoamento do Plano de Comunicação Social da ECE Participações S.A. na fase de operação da UHE Santo Antônio do Jari.

Este questionário foi preparado para a avaliação das atividades ligadas ao site da UHE Santo Antônio do Jari.

Responda cuidadosamente às questões abaixo e não hesite em fazer os comentários que julgar necessários à melhoria da atividade.

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
Nome do participante (opcional):	
Nome do responsável pelo questionário:	
Local:	Data:

1. - QUANTO AO SITE DA UHE SANTO ANTONIO DO JARI
1.1. Você já acessou o site da UHE Santo Antônio do Jari? () Sim, mais de uma vez () Sim, apenas uma vez () Não
Caso tenha respondido "Sim, mais de uma vez" na questão 1.1, responda também à questão:
Com qual frequência você acessa o site? () Uma vez por ano () Uma vez por mês () Outro: _____
1.2. Qual a sua opinião sobre o conteúdo do site? () () () () ()
LEGENDA: Excelente Ótimo Bom Ruim Péssimo

COMENTÁRIOS, CRÍTICAS E SUGESTÕES (OPCIONAL)
Quanto ao site

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



PAR. 02001.002942/2016-13 COHID/IBAMA

Assunto: Análise da Errata do Quarto Relatório Semestral da UHE Santo Antônio do Jari - Programa de Monitoramento da Ictiofauna.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

REFERENCIA: PAR. 02001.002906/2016-50/COHID, CT 02001.013258/2016-67/

Ementa: Análise da Errata do Quarto Relatório Semestral de Acompanhamento dos Programas Ambientais da UHE Santo Antônio do Jari, especificamente no que se refere ao Programa de Monitoramento da Ictiofauna. Este parecer é complementar ao Parecer nº 02001.002906/2016-50 COHID/IBAMA.

1. INTRODUÇÃO

Este parecer é complementar ao Parecer nº 02001.002906/2016-50 COHID/IBAMA, que avaliou o Quarto Relatório Semestral de Acompanhamento dos Programas Ambientais da UHE Santo Antônio do Jari, especificamente no que se refere ao Programa de Monitoramento da Ictiofauna.

O objetivo do parecer é avaliar a "Errata", apresentada ao IBAMA por meio da correspondência CT-GMA-46/16 (protocolo no DocIBAMA nº 02001.013258/2016-67), como forma de complementação do Quarto Relatório Semestral (Relatório Técnico Consolidado) de Acompanhamento do Programa de Monitoramento de Ictiofauna da UHE Santo Antônio do Jari, originalmente encaminhado ao IBAMA através da correspondência CT-GMA-36/16 (protocolo no DocIBAMA nº 02001.009096/2016-62). Tal complementação foi apresentada ao IBAMA alguns dias após a expedição do Parecer nº 02001.002906/2016-50 COHID/IBAMA.

2. ANÁLISE

A análise se restringe apenas aos itens reapresentados e segue a mesma estrutura utilizada no Parecer nº 02001.002906/2016-50 COHID/IBAMA, analisando as recomendações anteriormente exaradas pelo IBAMA no Parecer 02001.004593/2015-93, que havia analisado o Terceiro Relatório Trimestral.

Informações a serem apresentadas com base nos dados consolidados e de forma comparativa entre os períodos de pré e pós-enchimento do reservatório:

- Apresentar os resultados de CPUE (n/g):



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

- **Por rio principal (Jari) e tributários: identificar a quantificar a importância desses locais sobre os valores de CPUE;**

Item atendido.

Na errata, são apresentados na página 02, as Figuras A e B, que correspondem aos gráficos dos valores de CPUE_n e CPUE_g do rio Jari e dos tributários. O texto referente aos gráficos cita que os valores considerados correspondem ao período de pré enchimento e pós enchimento juntos. O estudo destaca que o maior valor de CPUE_n é atribuído a espécie *Hemiodus unimaculatus*, devido a sua grande representatividade, sendo uma das espécies mais capturadas em todas as campanhas realizadas durante o período de operação do empreendimento, como já destacado anteriormente no Parecer 02001.002906/2016-50 COHID/IBAMA, que analisou o Quarto Relatório Semestral.

Para a CPUE_g, o texto cita que os maiores valores são para as espécies *Phractocephalus hemioliopterus* e *Hydrolicus armatus*, ambas de grande porte e grande representatividade em biomassa, como também já havia sido destacado no Quarto Relatório Semestral.

A errata também traz a informação de que tanto o número de indivíduos, quanto a biomassa, capturados por unidade de esforço foram maiores nos tributários e não no rio principal, reforçando a importância daqueles ambientes para a manutenção dos estoques pesqueiros.

Informações a serem apresentadas com base nos dados consolidados e de forma comparativa entre os períodos de pré e pós-enchimento do reservatório:

- Apresentar os resultados de CPUE (n/g):

- **Por período de pré e pós - enchimento: investigar possíveis alterações nos valores de CPUE após o enchimento do reservatório;**

Item parcialmente atendido.

A complementação do Quarto Relatório Semestral também traz a CPUE_n e CPUE_g por período de pré e pós enchimento apresentando as Figuras C e D (página 04). Os maiores valores, tanto para número de indivíduos, quanto para biomassa, foram para o período pré enchimento. O estudo informa sobre as espécies mais representativas, *Astyanax fasciatus* para a CPUE_n e *Hydrolicus armatus*, *Phractocephalus hemioliopterus* e *Prosimyleus rhomboidalis* para CPUE_g, sem indicar se se referem ao período pré ou pós enchimento.

A errata justifica o fato da CPUE ser maior para o período de instalação ressaltando que o ambiente amostrado no período de operação ainda não se encontra estabilizado, devido as alterações com a construção do empreendimento, alterando o rio para reservatório. E indica que essas mudanças causam um decréscimo no número de espécies encontradas.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



pois as menos adaptáveis tendem a desaparecer do ambiente, fazendo com que o número de espécies encontradas durante o período de pós enchimento tenha sido menor que o número encontrado durante a fase de pré enchimento. Entretanto, não investiga outras explicações, principalmente se considerarmos que os indivíduos de uma espécie que tenha desaparecido, ou migrado para outro local, tendem a ser substituídos por indivíduos de outra espécie.

Informações a serem apresentadas com base nos dados consolidados e de forma comparativa entre os períodos de pré e pós-enchimento do reservatório:

- Calcular e apresentar os resultados do Índice Ponderal das espécies. Mostrar gráficos, tabelas, dentre outros, com o objetivo de identificar alterações na dominância das espécies ao longo do ciclo hidrológico e após a formação do reservatório;

Item parcialmente atendido.

O Quarto Relatório Semestral apresentou tabelas com o Índice Ponderal das espécies para as campanhas do período pós enchimento, sem, entretanto, apresentar para o período de pré enchimento. A errata traz as tabelas A a J (páginas 05 a 24), com o índice para o período faltante, contudo, não faz nenhuma análise sobre os dados, sem identificar possíveis alterações na dominância das espécies ao longo da formação do reservatório.

Informações a serem apresentadas com base nos dados consolidados e de forma comparativa entre os períodos de pré e pós-enchimento do reservatório:

- Curvas de acumulação de espécies (curva do coletor) e de riqueza estimada, através do Jack-knife (1º ordem), considerando todas as espécies encontradas durante o monitoramento da ictiofauna (instalação e operação);

Item atendido.

No Quarto Relatório Semestral havia sido apresentado o gráfico da curva de acumulação (curva do coletor) e riqueza estimada (Jackknife) somente para a fase de pré enchimento. A errata apresenta o mesmo gráfico para o período pós enchimento.

Informações a serem apresentadas com base nos dados consolidados e de forma comparativa entre os períodos de pré e pós-enchimento do reservatório:

- Apresentar os dados biométricos (peso e comprimento) das espécies capturadas durante o monitoramento. Mostrar gráficos, tabelas, etc, das classes de comprimento, classificação quanto ao porte, dentre outras análises;

Item parcialmente atendido.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

A errata apresenta a Tabela K (páginas 42 a 100) com os dados biométricos (peso e comprimento) que não haviam sido apresentados no Quarto Relatório Semestral, contudo não realiza nenhuma análise a respeito.

Informações a serem apresentadas para cada uma das campanhas de campo realizadas desde o início da fase de operação:

- Número de indivíduos avaliados (total e por espécie) marcados com etiquetas do tipo LEA; esse procedimento deverá ser realizado nas espécies endêmicas, migradoras e de interesse comercial. Justificar a ausência dessas informações nas primeiras campanhas de campo;

Item atendido.

A errata esclarece que a Tabela 33 (página 190) do Quarto Relatório Semestral se refere às espécies marcadas durante o período de pós enchimento.

Informações a serem apresentadas com base nos dados consolidados e de forma comparativa entre os períodos de pré e pós-enchimento do reservatório:

- Apresentar os resultados de CPUE (n/g):

• Relacionar os resultados obtidos com os dados de pesca (Programa de Caracterização e Fomento da Atividade Pesqueira), especialmente da área do reservatório;

Item atendido.

A errata complementa o item apresentado no Quarto Relatório Semestral, reafirmando que a partir de vistorias e entrevistas foi constatado que a quase totalidade de peixes comercializados são oriundos de localidades a jusante do barramento, principalmente em direção à foz do rio Jari, ou mesmo do Estado do Pará.

As novas informações ratificam que, por outro lado, a pesca de subsistência e de pequeno porte ocorrem ao longo do rio Jari, e são bastante importantes para a população local.

O novo texto traz a informação de que durante as campanhas de monitoramento da ictiofauna de pré enchimento, foram realizadas entrevistas de forma indireta com os moradores, com o objetivo de verificar se os mesmos estavam observando diferenças em relação às comunidades aquáticas do rio Jari. O texto indica que até o referido momento, segundo consulta recente aos moradores do entorno do rio Jari - Vila São Francisco do Iratapuru e Vila São José, continuam não sendo perceptíveis alterações com relação à quantidade e qualidade de peixes do rio Jari. Entretanto, o texto não informa quando e de que forma foram realizadas as consultas mais recentes.



Informações a serem apresentadas para cada uma das campanhas de campo realizadas desde o início da fase de operação:

- Número de ovos, larvas e juvenis capturados;

Informações a serem apresentadas com base nos dados consolidados e de forma comparativa entre os períodos de pré e pós-enchimento do reservatório:

- Identificar os exemplares (larvas e juvenis) até o menor nível taxonômico possível. Em caso de dúvidas ou impossibilidade de classificação, o material deverá ser encaminhado para um especialista em taxonomia, conforme determinou a condicionante 2.29. Os relatórios deverão informar o profissional contratado, a quantidade e a identificação (inicial) dos exemplares que foram enviados para a confirmação taxonômica. O laudo técnico emitido pelo especialista deverá se enviado ao Ibama junto aos relatórios de acompanhamento do Programa;

Itens parcialmente atendidos.

A errata apresenta novas fotos de larvas e ovos, mas o texto continua afirmando que algumas larvas não foram identificadas por apresentarem estruturas danificadas ou se encontrarem em estágio muito inicial de desenvolvimento, sem especificar quais foram as espécies identificadas, tão pouco o gênero e as quantidades de cada grupo taxonômico. Informa também que alguns exemplares não foram identificados, mas não faz nenhuma menção à remessa de exemplares para especialista para identificação.

Informações a serem apresentadas com base nos dados consolidados e de forma comparativa entre os períodos de pré e pós-enchimento do reservatório:

- Apresentar os resultados da variação nictemeral, ou seja, em função dos horários de amostragem;

Item atendido.

O Quarto Relatório Semestral apresentava o gráfico da variação nictemeral, mas sem informar se se tratava do período pré ou pós enchimento, ou ambos consolidados. A errata traz a Figura L (página 42) com a variação nictemeral referente ao período pré enchimento, dando a entender que o gráfico do relatório se referia apenas ao período de operação do empreendimento. De qualquer sorte, ambos os gráficos equivocadamente trazem em seus enunciados que são representam as informações "ao longo dos pontos amostrais", quando na verdade são informações consolidadas de todos os pontos.

Informações a serem apresentadas com base nos dados consolidados e de forma comparativa entre os períodos de pré e pós-enchimento do reservatório:



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

- Identificar e quantificar o ictioplâncton coletado de acordo com o seu grau de desenvolvimento ontogênico, em período embrionário (ovos), larval (larvas) e juvenil inicial. O período larval deverá ser classificado em estágios larval vitelino, pré-flexão, flexão e pós-flexão, conforme solicitado na condicionante 2.29;

Item parcialmente atendido.

Em complementação ao item, a errata apresenta novo gráfico, a Figura E (página 35), com o percentual dos estágios de desenvolvimento das larvas coletadas no pré enchimento. No entanto, o texto não apresenta dados das quantidades absolutas.

Informações a serem apresentadas com base nos dados consolidados e de forma comparativa entre os períodos de pré e pós-enchimento do reservatório:

- Número total e densidade de ovos, larvas e juvenis por pontos amostrais, por ciclo hidrológico, por rio principal/tributários e por trechos montante/jusante, além dos períodos pré e pós-enchimento;

Item atendido.

A errata complementa o Quarto Relatório Semestral com as Figuras G, H, I, J e K ao longo das páginas 39 a 41, trazendo o número total e densidade de ictioplâncton por período do ciclo hidrológico, por trecho montante e jusante, por período pré e pós enchimento, por trecho do rio principal e tributários.

O texto traz a análise das informações, informando que larvas, ovos e juvenis tiveram maior representatividade na enchente/cheia, período mais quente e com maior índice pluviométrico, coincidindo com o período de desova da maioria das espécies, corroborando com as informações encontradas na literatura.

Comparando-se os trechos a montante e jusante, o estudo aponta maior contribuição nos pontos amostrais a montante do empreendimento. Já na comparação entre o período pré e pós enchimento, observou-se que as larvas apresentaram suas maiores contribuições no período de operação do empreendimento, e os juvenis durante o pré enchimento.

Quanto aos pontos amostrais, as larvas foram mais representativas no ponto P03, P09 e P07 na calha do rio Jari. Nos tributários as maiores densidades foram no P17, P12 e P11. O trabalho aduz que fica demonstrada a importância dos ambientes de cabeceira (tributários) para a manutenção dos estoques pesqueiros, mas não mostra uma melhor comparação entre os trechos do rio principal e os tributários. Inclusive os valores apresentados são muito próximos entre um trecho e outro (rio Jari e tributários).

Informações a serem apresentadas com base nos dados consolidados e de forma comparativa entre os períodos de pré e pós-enchimento do reservatório:



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



- Identificar locais de desova e recrutamento e definir áreas estratégicas para a proteção da ictiofauna na área de influência da UHE Santo Antônio do Jari, conforme solicitado na condicionante 2.29 (d).

Item atendido.

A complementação traz a Figura F (página 37), com a distribuição espacial de ictioplâncton durante o período de pré enchimento, com densidade e números totais.

O estudo indica que as maiores contribuições totais de ovos foi no ponto P11, sendo que as larvas foram mais representativas no P14 e os juvenis no P16. Entretanto, aponta que as maiores densidades ocorrem nos pontos P10 e P11 para ovos e P14, para larvas e juvenis.

O documento ratifica os pontos P03, P04, P05, P09, P10, P11, P12, P14 e P17, e acrescenta os pontos P08 e P16, que devem ser protegidos, pois estão sendo utilizados como sítios de berçário e desenvolvimento das assembleias de peixes do rio Jari.

3. CONCLUSÃO

O Quarto Relatório Semestral atendeu a maioria das recomendações exaradas anteriormente, apresentando as informações de forma consolidada em relação às campanhas anteriores, englobando os dados do pré e pós enchimento. Entretanto, algumas informações ainda não são apresentadas, assim como não são apresentadas algumas análises importantes para compreender as possíveis alterações da dinâmica populacional da ictiofauna advindas com a instalação e operação da UHE Santo Antônio do Jari, em relação a aspectos migratórios, reprodutivos, e sucessionais. As recomendações para os próximos relatórios semestrais constam do Parecer nº 02001.002906/2016-50 COHID/IBAMA.

Brasília, 27 de julho de 2016

Regis Fontana Pinto

Analista Ambiental da COHID/IBAMA

De acordo,

*Foram encaminhadas as
empenhadas junto ao*

PAR. 02001.002906/2016-05

*Encaminhado pelo ofício
Nº 02001.008386/16-57 COHID/IBAMA*



EM BRANCO

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO	
Documento - Tipo:	<i>Ata</i>
Nº. 02001.013	<i>153</i> / 2016- <i>16</i>
Recebido em: 28/7/2016	
Assinatura <i>[assinatura]</i>	

IBAMA

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Dra. Telma Bento de Moura

MD. Chefe da COHID/IBAMA

SCEN - Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA - Bloco A - Cx Postal nº 09566

Brasília/DF

CEP: 70.800-200



Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
Processo 02001.000337/2008-06	Parecer 02001.001093/16- 81 COHID/IBAMA	CT-GMA- 48/16	26 / 7 / 16

Assunto: UHE Santo Antônio do Jari

Licença de Operação nº 1233/2014 (1ª Retificação) - Condicionantes nº 2.2 e 2.29

Solicitação de Alteração da Autorização nº 63 (2ª Renovação)

Prezada Senhora,

A ECE Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09.333.993/0001-21, titular da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, vem, por meio desta, informar que será alterada a empresa responsável por realizar o monitoramento da Ictiofauna nas áreas de influência da usina, por motivo de encerramento do contrato.

Por esta razão, solicitamos a substituição da empresa responsável descrita na Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 63/2012 (2ª Renovação), válida até 30 de abril de 2018, pela empresa **Ambiental Consultoria Estudos e Projetos**, que dará continuidade a este monitoramento.

Assim, nos Anexos I a VI, consta a documentação necessária para a atualização dos novos responsáveis por estas atividades.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

**ECE Participações**
Márcia Roig Sperb**Anexos:****Anexo I:** Carta de Aceite de Material Biológico**Anexo II:** Curriculum Lattes da equipe técnica responsável**Anexo III:** Plano de Trabalho**Anexo IV:** Declaração de Aptidão e Experiência Individual; CPF; CTF e CRBio da equipe técnica responsável**Anexo V:** ART do coordenador responsável**Anexo VI:** Informações da empresa contratada**ECE Participações S/A**

Sede: Rua Gomes de Carvalho, 1.996, 10º andar, sala 3, Vila Olímpia - CEP 04547-006 - São Paulo/SP - Brasil

Filial 1: Marginal Esquerda do Rio Jari, Coordenadas: UTM - SAD 69 Fuso 22 - S/N - Interior- 68920-000 - Laranjal do Jari - AP Brasil

Filial 2: Rua Rio do Jari, 1152 - Agreste - 68920-000 - Laranjal do Jari - AP Brasil - T: 55 96 3621 1334

www.energiasdobrasil.com.br

4593 2016-93

ANEXO 01

À analista Régis,
Para proceder à retificação
da ACC TMB.

03.08.2016

Telma Bento de Moura
Chefe de Unidade Avançada
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
Port. 1.054

À TRP do PROCESSO 2012 SUFRAMA,

PARA ANEXAR AO PROCESSO E

ARQUIVAR OS ANEXOS.

A DEMANDA FOI RESPONDIDA PELO

PARCELA 02001.003097/2016-01

COHID/IBAMA, DE 09/08/2016.

em 11/08/2016

Régis Fontana Pinto
Analista Ambiental - Matr. 1512287



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



NOT. TEC. 02001.001409/2016-34 COHID/IBAMA

Brasília, 01 de agosto de 2016

Assunto: UHE Santo Antônio do Jari: avaliação da proposta de monitoramento do Programa de Comunicação Social - PCS.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: UHE Santo Antônio do Jari: Avaliação da proposta de monitoramento do Programa de Comunicação Social. Ref. CT-GMA-47/16 - Prot. Ibama nº 02001.013543/2016-88.

Esta Nota Técnica tem por objetivo avaliar a pertinência da proposta de mecanismos de monitoramento do Programa de Comunicação Social (PCS) da UHE Santo Antônio do Jari, apresentada pela ECE Participações S.A. pela Carta CT-GMA-47/16, de 22/07/16 (Prot. Ibama: 02001.013543/2016-88).

A proposta da ECE Participações atende ao pedido de complementação dos mecanismos de monitoramento do PCS feito pela Nota Técnica 02001.001173/2016-36 COHID/IBAMA e pela Nota Técnica nº 02001.000172/2016-74 COHID/IBAMA.

A proposta de monitoramento do PCS contempla a avaliação das seguintes atividades desenvolvidas pela empresa no âmbito da UHE Santo Antônio do Jari: 1) Palestras/Campanha/Oficina; 2) Boletim Informativo; 3) Panfleto; 4) Comunicado de Rádio; 5) Atendimento Presencial; 6) Site do Empreendimento.

A avaliação será feita por meio de Questionários, tendo como Público Alvo as comunidades locais da área de influência do empreendimento. Para cada um das atividades listadas acima será aplicado um questionário específico. O indicador escolhido para avaliar a pertinência das atividades realizadas será o **Índice de Satisfação**, tendo como meta alcançar 80% das avaliações na **Categoria "Ótimo"** e/ou **"Excelente"** e **"Muito"**, para algumas questões cujas respostas apresentam como opção **"Muito"**, **"Pouco"** e **"Nada"**.

O Questionário reapresentado atendeu, de maneira satisfatória, às solicitações oriundas das Notas Técnicas citadas acima: ele será aplicado ao final de cada atividade; as alternativas de respostas às perguntas dirigidas aos participantes (Excelente, Ótimo, Bom, Ruim e Péssimo) contemplam ícones (caras tristes, alegres), de maneira a facilitar o julgamento pelo público-alvo; e estão previstas perguntas abertas para avaliação subjetiva do público-alvo. Contudo, alguns pontos merecem adequações:

1) O Questionário de avaliação das **Campanhas** deve ter perguntas próprias devido às suas especificidades. Portanto, este tópico deve ser desmembrado do Item Palestra/Campanha/Oficina e contemplar questões que abarquem as características inerentes ao tipo de campanha realizada;

2) O público-alvo para alguns instrumentos de comunicação deve ser ampliado para a população do município de Laranjal do Jari e o Distrito de Monte Dourado, especificamente no que se refere ao Boletim Informativo, Rádio e Site do empreendimento;

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica




3) A pergunta 1.1. Na sua opinião, como foi a divulgação do Boletim Informativo? só tem sentido se o universo de pesquisa for além daquelas pessoas que receberam o Boletim;

4) Aperfeiçoar o Questionário do Programa de Rádio inserindo outras perguntas, por exemplo: Você escuta rádio? Você já ouviu alguma informação relativa à UHE Santo Antônio do Jari no rádio? Você tem alguma sugestão para melhorar a programa da Jari Energia? A linguagem do programa é simples e clara? Que outros assuntos você gostaria de ouvir na rádio?


Para o monitoramento do Programa de Rádio, deixar claro o universo investigado e não limitar a pesquisa apenas a um pequeno grupo de ouvintes, uma vez que o rádio atinge diversos grupos sociais;

5) Sobre o Questionário de avaliação do Site do empreendimento, inserir pergunta sobre a facilidade ou não de navegação no Site.

Desta forma, uma vez feita as adequações listadas acima, avalia-se que a proposta apresentada está adequada para o monitoramento do Programa de Comunicação Social da UHE Santo Antônio do Jari.


Luiz Fernando Suffiati
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

De acordo. Encaminhe-se para as providências necessárias.


TELMA BENTO DE MOURA
Chefe da COHID/IBAMA

*Fora minutos Ofício
para encomendar a UT
ao empreendedor.*

03.08.2016

Telma Bento de Moura
Chefe de Unidade Avançada
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
Port. 1.054

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Compensação Ambiental - Sede



MEM. 02001.011215/2016-47 CCOMP/IBAMA

Brasília, 03 de agosto de 2016

À Senhora Chefe da COHID

REFERENCIA: MEM. 02001.010631/2016-28/COHID

Assunto: Compensação Ambiental da UHE Santo Antônio - Jari. Processo de Compensação Ambiental n° 02001.001114/2012-34

1. Em atenção ao MEM 02001.010631/2016-28 COHID/IBAMA, que solicita informações a esta Coordenação de Compensação Ambiental quanto ao atendimento da condicionante 2.34. da Licença de Operação (LO) n.º 1233/2014.
2. Informo que em sua 7ª Reunião Ordinária do Comitê de Compensação Ambiental Federal deliberou quanto a divisão e forma de aplicação da compensação ambiental advinda da implantação da UHE Santo Antônio do Jari calculada em R\$3.697.919,00 (três milhões, seiscentos e noventa e sete mil e novecentos e dezenove reais), devendo ser aplicada da seguinte forma: a) PN Montanhas do Tumucumaque, o montante de R\$2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais) na regularização fundiária; b) EE do Jari, o montante de R\$550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais) para regularização fundiária e demarcação de terras e R\$1.047.919,00 (um milhão, quarenta e sete mil e novecentos e dezenove reais) para aquisição de bens e serviços.
3. Com isto, em novembro de 2012, foi celebrado entre a ECE Participações S.A. e o Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade, o Termo de Compromisso para o Cumprimento de Compensação Ambiental n.º 20/2012, sendo que no plano de trabalho anexo ao instrumento eram previstas as ações para execução da compensação ambiental do empreendimento em questão.
4. Em fevereiro de 2013, o ICMBio emitiu Certidão de Cumprimento Integral de Compensação Ambiental dando como integralmente cumpridas as obrigações da ECE Participação previstas no Termo de Compromisso n.º 20/2012. Tais obrigações referiam-se basicamente ao depósito pelo empreendedor do valor devido em conta escritural aberta pelo Órgão Gestor, não havendo comprovação do emprego do recurso na implementação das ações nas unidades de conservação.
5. Após mais de três anos do pagamento da compensação ambiental pelo empreendedor, o Órgão requereu em dezembro de 2015, Ofício n.º 803/2015-GABIN/PRESI/ICMBio, redestinação do recurso da compensação ambiental da UHE Santo Antônio do Jirau.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Compensação Ambiental - Sede

6. Deste modo, foi proposto que parte do valor total da compensação ambiental, ou seja o montante de R\$2.706.552,46 (dois milhões, setecentos e seis mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e quarenta e seis centavos), originalmente reservado ao PN Montanhas do Tumucumaque e à EE do Jari, fosse aplicado nas seguintes unidades de conservação: a) PN do Jamanxim, o montante de R\$116.059,96 (cento e dezesseis mil, cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos) para implementação do plano de manejo da UC; b) EE Terra do Meio, o montante de R\$2.590.492,50 (dois milhões, quinhentos e noventa mil, quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos) na implementação do plano de manejo da UC.
7. A proposição foi aprovada durante a 44ª Reunião Ordinária do CCAF, que ao analisar a proposta do ICMBio entendeu que esta atendia aos critérios de redestinação da compensação ambiental, visto as unidades de conservação a serem beneficiadas se localizarem na mesma região hidrográfica, mesmo bioma e abranger pelo menos uma fitofisionomia afetada pelo empreendimento.
8. Nisto, foi emitido Ofício ao ICMBio requerendo a apresentação do relatório de execução da compensação ambiental em questão visando a análise do atendimento da obrigação pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal. Porém, até a presente data não houve manifestação do Órgão Gestor.
9. Entende-se assim que a dificuldade identificada no atendimento à obrigação da compensação ambiental devida pela implantação da UHE Santo Antônio não pode ser imputada à empresa ECE Participação já que deve-se em grande parte à incapacidade do Órgão Gestor responsável pelas unidades de conservação federais em executar o recurso.
10. Neste contexto, considera-se que a condicionante 2.34 da LO n.º 1233/2014 encontra-se em atendimento, restando apenas a comprovação pelo Órgão Gestor da execução da compensação ambiental nas unidades de conservação beneficiadas.

Atenciosamente,

Katia Adriana de Souza
KATIA ADRIANA DE SOUZA

Coordenadora Substituta da CCOMP/IBAMA

C. 2. 15/08/2016
Régis Fontana Pinto
Analista Ambiental - Matr. 1512287

*Do TRP Luiz Fernando,
Para conhecimento da
equipe.*

11.08.2016



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1595 - 1596
www.ibama.gov.br



OF 02001.008590/2016-18 COHID/IBAMA

Brasília, 03 de agosto de 2016.

À Senhora
Márcia Roig Sperb
Responsável da Ece Participações S/A
R. Gomes de Carvalho, 1.996, 10º andar, sala 3, Vila Olímpia
SÃO PAULO - SÃO PAULO
CEP.: 04547006

Assunto: **Proposta de Monitoramento do Programa de Comunicação Social da UHE Santo Antônio do Jari. Ref. CT-GMA-47/16. Prot. Ibama: 02001.013543/2016-88.**

Senhora Responsável,

1. Em atenção à Carta CT-GMA-47/16, de 22/07/2016, que apresentou proposta de monitoramento do Programa de Comunicação Social da UHE Santo Antônio do Jari, encaminho, em anexo, a Nota Técnica 02001.001409/2016-34 COHID/IBAMA, que analisou a proposta, para conhecimento e alterações que se fizerem necessárias, de acordo com o solicitado na referida Nota Técnica.

Atenciosamente,


TELMA BENTO DE MOURA
Chefe da COHID/IBAMA



EM BRANCO



Jari ENERGIA

DIGITALIZADO NO IBAMA

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO	
Documento - Tipo:	Santa 46
Nº. 02001.014	368 / 2016-46
Recebido em:	5/8/2016
Assinatura	

IBAMA

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Dra. Telma Bento de Moura

MD. Chefe da COHID/IBAMA

SCEN - Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA - Bloco A - Cx. Postal nº 09566

Brasília/DF

CEP: 70.800-200



Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
Processo nº 02001.000337/2008-06	Ofício nº 02001.007754/2016-81 COHID/IBAMA	CT-GMA- 51/16	4 / 8 / 16

Assunto: UHE Santo Antônio do Jari

Licença de Operação nº 1233/2014 (1ª Retificação) - Condicionantes nº 2.2 e 2.6

Programa de Educação Ambiental - PEA e Programa de Educação Ambiental aos Trabalhadores - PEAT

Prezada Senhora,

A ECE Participações S.A., inscrita sob CNPJ 09.333.996-0001-21, titular da concessão da UHE Santo Antônio do Jari, em atenção às condicionantes nº 2.2 e 2.6 da Licença de Operação nº 1233/2014 (1ª Retificação) e, em especial, ao Ofício nº 02001.007754/2016-81 COHID/IBAMA, vem, por meio desta, apresentar os resultados do Diagnóstico Familiar Participativo realizado, bem como a proposta do novo Programa de Educação Ambiental para a Comunidade e para os Trabalhadores – PEA/PEAT, para vossa apreciação.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

ECE Participações
Márcia Roig Sperb

Anexo I: Relatório do Diagnóstico Familiar Participativo, datado de 15/06/2016.

Anexo II: Proposta do Programa de Educação Ambiental para a Comunidade e para os Trabalhadores – PEA/PEAT, datada de 02/08/2016.

ECE Participações S/A

Sede: Rua Gomes de Carvalho, 1.996, 10º andar, sala 3, Vila Olímpia - CEP 04547-006 - São Paulo/SP - Brasil

Filial 1: Marginal Esquerda do Rio Jari, Coordenadas: UTM - SAD 69 Fuso 22 - S/N - Interior- 68920-000 - Laranjal do Jari - AP Brasil

Filial 2: Rua Rio do Jari, 1152 - Agreste - 68920-000 - Laranjal do Jari - AP Brasil - T: 55 96 3621 1334

www.energiasdobrasil.com.br

Uxornalista Luiz, Fernando.

Rara analisada.

05.08.2016

Telma Bento d'A Moura
Chefe de Unidade Avançada
COHID/CGENE/DILIC/BAMA
Port. 1.054

RELATÓRIO FINAL DO DIAGNÓSTICO FAMILIAR PARTICIPATIVO**ECE PARTICIPAÇÕES S.A. E FUNDAÇÃO JARI****DIAGNÓSTICO FAMILIAR PARTICIPATIVO**

PERÍODO – 10 A 31 DE MAIO DE 2016**DIAGNÓSTICO FAMILIAR PARTICIPATIVO**

GESTÃO DE MEIO AMBIENTE - ECE PARTICIPAÇÕES S.A.

STELLA ANTIORI SÉRPICO

DIAGNÓSTICO FAMILIAR PARTICIPATIVO

COORDENADOR – FUNDAÇÃO JARI

JORGE RAFAEL BARBOSA ALMEIDA

DIAGNÓSTICO FAMILIAR PARTICIPATIVO

RESPONSÁVEL TÉCNICO – FUNDAÇÃO JARI

ARNALDO BARBOSA DOS SANTOS

OFICINA DOP – DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL PARTICIPATIVO

FACILITADORA – FUNDAÇÃO JARI

ROSILENE DA COSTA CORDEIRO

OFICINA DOP – DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL PARTICIPATIVO

COO FACILITADOR – FUNDAÇÃO JARI

ROBSON OLIVEIRA DA SILVA

CONTEXTO SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL

A Amazônia é um grande continente que ocupa 2/5 da América, abrangendo países como Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, além do Brasil onde corresponde a 60% do território em um total de cinco milhões de Km². Toda essa gigantesca floresta, possui uma população de quase 25 milhões de habitantes, sendo 60% concentrada em áreas urbanas, com características semelhantes a cidades de outras regiões e países do chamado terceiro mundo, convivendo com problemas similares em termos de infraestrutura, saneamento, habitação e demanda social por saúde, educação e trabalho. Por outro lado, essa imensa área, concentra 1/5 da disponibilidade mundial de água doce, 1/3 das reservas mundiais de florestas tropicais e 30% das espécies de fauna e flora, distribuídas em um espaço geográfico que reúne condições climáticas, província botânica, bacias hidrográficas e contingentes socioeconômicos, fundamentais para equilíbrio climático do planeta. Em sua história de ocupação, suas riquezas naturais sempre despertaram interesses de ordem política e econômica e, por consequência, conflitos sociais e impactos ambientais de diferentes ordens, sobretudo o desmatamento, em função dessa imensa diversidade de riquezas naturais que concentra em suas florestas e dos dilemas sociais gerados em decorrência dos ciclos tradicionais de exploração ilegal dos recursos naturais.

CONTEXTO AMBIENTAL – O DESAFIO DO CONTROLE DO DESMATAMENTO

O desmatamento da Amazônia correlaciona-se com o processo de ocupação em curso desde a década de 70 e com a abertura de longas rodovias em meio à floresta, bem como expressivos contingentes populacionais vindos de outras regiões do Brasil, atraídos pelas políticas de colonização do Governo. Os novos povoados, que foram surgindo aos poucos, se expandiram até se constituírem em sede de novos municípios. Passados quarenta anos, a integração da Amazônia ao restante do País é uma realidade, embora ainda não consolidada. Boa parte de sua produção segue para o Centro-Sul, notadamente no que se refere à madeira e aos produtos da agropecuária (carne, soja, algodão etc.), enquanto outra é escoada para os mercados internacionais. Embora tenha gerado riquezas, a expansão econômica da Amazônia, que segue o mesmo padrão agro-exportador implantado em outras regiões do País, também causou desequilíbrios. AMARTYA SEN (2002).

Quanto ao aspecto estritamente ambiental, parte significativa do imenso patrimônio natural que constitui a floresta foi afetada. Estimativas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) provenientes do Programa de Cálculo do Desflorestamento da Amazônia (PRODES) demonstram que cerca de 18% das florestas na Amazônia Legal foram removidos. Esse percentual se concentra especialmente numa área denominada Arco do Desflorestamento (ou, em outra perspectiva, Arco de Povoamento Adensado), que se estende desde o oeste do Estado do Maranhão, passando por Tocantins, parte do Pará e do

Mato Grosso, todo o Estado de Rondônia, o sul do Amazonas chegando ao Acre.

O Estado do Amapá ainda representa uma exceção em relação a esse cenário de desmatamento, por ser o Estado mais preservado da Amazônia Legal, o que ressalta a importância de investimentos que mantenham o estado de conservação e preservação dos seus recursos naturais. Por outro lado, os estudos desenvolvidos nessa região e aqui mencionados apontam, desde o ano de 2006, que pelo menos 53% dos produtores rurais agroextrativistas, reconhecem e afirmam a influência de empresários ligados à atividade ilegal da madeira atuando nessa região, segundo o diagnóstico sociambiental realizado pelo Programa Pobreza e Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (POEMA/UFGPA) e o Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor da Universidade de São Paulo (CEATS/USP).

Em relação ao desmatamento no Vale do Jari, mais especificamente na região sul do Amapá (Laranjal do Jari e Vitória do Jari), área focal desse projeto, observam-se taxas crescentes da área degradada de floresta nestes dois municípios. Quando comparados aos demais municípios do estado mais preservado da Amazônia, constatamos índices de desmatamento inferiores apenas em relação à capital Macapá, segundo estudos realizados pelas empresas: Jari Florestal e Bioflica Investimentos Ambientais, no âmbito do projeto REDD+ Jari, sendo que, até 2011, a área desmatada nos municípios do Amapá é apresentada no quadro a seguir.

MUNICÍPIOS	DESMATAMENTO EM KM² ATÉ 2011
MACAPÁ	399
PORTO GRANDE	353
PEDRA BRANCA DO AMAPARI	232
VITÓRIA DO JARI	203
LARANJAL DO JARI	187
CUTIAS DO ARAGUARI	184
FRREIRA GOMES	138
MAZAGÃO	111
ITAUBAL DO PIRIRIM	93
SANTANA	74
SERRA DO NAVIO	72
	2.045

E O PARÁ?
MONTE DOURADO?



Os dados do desmatamento nos estados da Amazônia Legal e suas implicações constam do Diagnóstico Socioambiental realizado pelas empresas Jari Florestal e Biofílica em 2011, durante o início das atividades de implantação do projeto de REDD+ do Grupo Jari na região Sul do Estado do Amapá.

CONTEXTO SOCIAL – O DESAFIO DO CONTROLE DA MISÉRIA E POBREZA

Segundo o Banco Mundial, de um modo geral, a pobreza rural se define em termos do nível insuficiente de rendimento, da falta de acesso a bens e serviços e da negação de direitos elementares, além da indiferença da sociedade que tem contribuído para ampliar o processo de exclusão social.

Na experiência brasileira nota-se que a pobreza rural está fortemente atrelada ao rápido processo de crescimento da indústria e do comércio, por sua vez, atrelado à expansão do agronegócio e pecuária no setor primário; e ao processo de urbanização do país ocorrido na segunda metade do século XX, o que revelou contrastes sociais inerentes a esses processos: de um lado, grandes avanços em termos de expansão da produção em escala do agronegócio no Centro-Oeste brasileiro e Amazônia oriental, que trouxe impactos positivos para a economia rural dos Estados dessas regiões (principalmente Goiás e Mato Grosso); por outro lado, impactos sociais e ambientais negativos, que repercutiram em elevados índices de pobreza nessa região e no avanço do desmatamento na floresta Amazônica.

Entre os fatores históricos determinantes da pobreza rural no Brasil e na Amazônia destacam-se:

- Acesso à terra: quando a pobreza é tratada a partir de outras variáveis para além da renda, sobressai a questão da posse e acesso à terra uma vez que a negação desse direito é, fundamentalmente, um importante fator de exclusão social;
- Outras formas de capital físico: outras formas de capital atuam decisivamente no aumento da produção e da renda, embora para a maioria dos estabelecimentos a propriedade da terra é, sem dúvidas, o capital mais importante, cuja dimensão condiciona as formas de investimento;
- Capacidades humanas: nesse aspecto se destacou o papel fundamental da educação (Básica e Profissional) na elevação da renda das pessoas e das famílias, porém quesitos como repetições, defasagens e qualidade do ensino carecem de melhor avaliação;
- Acesso a serviços básicos: estes tipos de privações são elementos-chave para se entender porque a pobreza rural permanece em patamares elevados em todas as regiões do mundo;

- Infraestrutura: ressaltaram-se deficiências, em relação à habitação, saneamento básico, transportes, lazer, cultura e serviços de saúde e educação da população Vale do Jari;
- Acesso ao mercado: devido às deficiências tecnológicas e à qualidade dos produtos, grande parte dos agroextrativistas acaba sendo excluído dos mercados pelos atravessadores locais;
- Trabalho e renda: em muitas regiões do país, a exemplo da região sul do Estado do Amapá e área de entorno (Vale do Jari), que sempre teve como grandes empregadores, empresas que se instalaram na região, como: Grupo Jari, CADAM PPSA, EDP, ISOLUX, entre outras; além do Setor Público Federal, Estaduais (Pará e Amapá) e Municipais da região (Prefeituras), que atuam como os grandes empregadores na região, porém, sujeitas à oscilações da economia e dificuldades de alocação da mão-de-obra, tanto urbana como rural, seja na agricultura, no extrativismo ou em outras atividades produtivas, em decorrência do cenário econômico global.

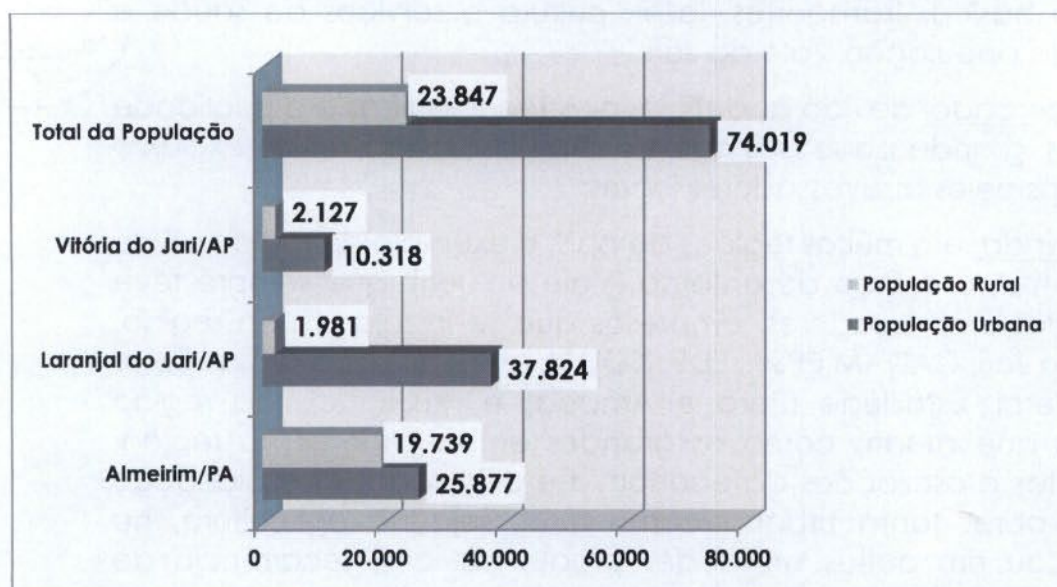
No âmbito global, dados do Banco Mundial revelam que, tomando-se como linha de pobreza o patamar de US\$ 1/dia, havia, em 2007, aproximadamente 800 milhões de pessoas pobres em áreas rurais. Isso significa que mais de 50% da população rural do planeta é caracterizada como pobre, sendo esta incidência muito mais expressiva no continente africano, mas também notada no Brasil.

Na Amazônia, o crescimento econômico é desigual, concentrado e se baseia no fornecimento de matéria-prima, de baixo valor agregado, com uma população com demandas crescentes por qualidade de vida, desenvolvimento, renda, emprego, saneamento, educação, saúde. A presença do Estado não acompanhou o ritmo acelerado de crescimento, levando ao aumento da insegurança e da injustiça e inibindo novas oportunidades de desenvolvimento, aqui visto no mesmo sentido atribuído pelo Nobel de economia, AMARTYA SEN (2002).

No Vale do Jari, destacando-se a população na linha da pobreza no campo, observa-se o perfil de uma população rural que, em que pese à existência de características socioeconômicas e identidade cultural própria, passa também por dificuldades similares em relação a outras populações que vivem na linha da pobreza do Brasil e do mundo, sobretudo pelas dificuldades de acesso aos bens de serviços básicos e a oportunidade de trabalho, emprego e renda.

Contudo, no Vale do Jari, os municípios são essencialmente rurais, não havendo, portanto, diferenças expressivas entre campo e cidade, quando em foco os bens de serviços garantidos à população pela Constituição Brasileira e, contraditoriamente, a defasagem existente entre a legitimidade dos direitos e a realidade social, obviamente mais acentuada no meio rural.



TABELA: População Total, Urbana e Rural por Município Integrante do Vale do Jari.


Fonte: Censo Demográfico do IBGE de 2010.

TABELA: População urbana e rural por município que integrante a região do Vale do Jari.

MUNICÍPIOS – TERRITÓRIOS – UF	POPULAÇÃO URBANA	% TAXA DE URBANIZAÇÃO	POPULAÇÃO RURAL	% TAXA DA POPULAÇÃO RURAL	TOTAL
LARANJAL DO JARI/AP	37.824	95	1.981	5	39.805
VITÓRIA DO JARI/AP	10.318	83	2.127	17	12.445
ALMEIRIM/PA	25.877	56	19.739	44	45.616
TOTAL NO VALE DO JARI	74.019	234	23.847	66	97.866
AMAPÁ	600.561	90	68.128	10	668.689

Fonte: Censo Demográfico do IBGE de 2010.

A IDENTIDADE TERRITORIAL DA POPULAÇÃO RURAL DO VALE DO JARI

Segundo os estudos realizados pela Fundação Jari, esta região tem a identidade da produção familiar rural, de perfil agrícola e extrativista (agroextrativismo), principalmente da castanha, do açaí e do cultivo da mandioca. Ainda apresenta muitos desafios no campo do desenvolvimento rural sustentável, principalmente no que tange à dependência da produção familiar agroextrativista em relação às políticas públicas de cunho

assistencialista, bem como, ao sistema tradicional de aviação da produção agroextrativista, que se reproduz a mais de cem anos nessa região e ainda hoje se mantém, sob abordagens mais contemporâneas, como o motor das relações de trabalho e produção no contexto da exploração tradicional do solo e da floresta na Amazônia, preservando características bastante exploratórias do ponto de vista do trabalho humano, da dependência do produtor ao comprador e do grau de concentração de riquezas ao final da cadeia.

Nesse aspecto, vale ressaltar que, de certa forma, os empresários locais que atuam no papel de intermediários na compra da produção de base agroextrativista, popularmente conhecidos como "atravessadores", desempenham um papel importante no funcionamento dessas cadeias produtivas, sobretudo na garantia de compra dos produtos agroextrativistas. Por outro lado, estes atores comerciais, exercem grande influência na definição de preços no mercado local, além de impor condições de pagamento aos produtores agroextrativistas, que, por sua vez, tornam-se quase sempre "reféns" desse sistema informal de financiamento da produção que, por suas características de exploração e domínio acima comentadas, oferece baixa lucratividade aos pequenos produtores agroextrativistas, mantendo-os na situação de pobreza, reproduzindo sua condição de isolamento geográfico e social em relação aos serviços públicos essenciais de assistência social, educação, cultura, saúde, saneamento, infraestrutura, comunicação, assistência técnica e extensão rural, acesso ao crédito e mercado oficial.

OS ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS REALIZADOS ANTERIORMENTE NA REGIÃO DE ATUAÇÃO

Obviamente, existem diferentes parâmetros e formas, possíveis e variadas medidas, de conceituação e mensuração da pobreza, que dão consistência técnico-científica necessária, pressupõem credibilidade e aceitação ampla pela sociedade. Interessa aqui destacar o melhor entendimento a respeito dos distintos aspectos de manifestação da condição de pobreza na Amazônia, visto que, sem a compreensão precisa de suas formas variadas de manifestação, as políticas públicas adotadas visando a sua superação podem não ter o êxito esperado.

Partindo dessa necessidade de se estabelecer uma compreensão mais profunda a respeito da condição socioeconômica das famílias agroextrativistas sob múltiplos aspectos, a Fundação Jari e as empresas do Grupo Jari, em



parceria com o POEMA/UFPA e o CEATS/USP, realizaram um estudo da realidade socioeconômica e ambiental do Vale do Jari, com ênfase na situação das comunidades rurais da região.

Os quadros abaixo apresentam índices que reforçam aspectos já mencionados anteriormente.

EDUCAÇÃO

- Em 74% das comunidades rurais
- Só até 4º ano do Ensino Fundamental
 - Apenas 3% concluem o Ensino Médio
 - 0,6% concluem o Ensino Superior

SAÚDE

- Ausência em 81% das comunidades
- 55% diarreia
 - 50% usam tratamentos tradicionais
 - 70% já tiveram dentes extraídos

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- 53% em sindicatos
- 38% em associações
- 11% em cooperativas
- 19% reuniões informais

MERCADO

- 36% p/ intermediários locais (Vale do Jari)
- 62% p/ intermediários (Almeirim / Macapá)
- 10% Venda direta - Belém

TRABALHO, RENDA E INFRA-ESTRUTURA RURAL

- 88% - Casos de Trabalho familiar
- 01% - Pessoas Registro em carteira
- 82% - Acesso Bolsa auxílio
- 98% - Sem acesso à energia elétrica
- 97% - Sem acesso a ATER e crédito
- 53% - Influência de madeireiros ilegais

PARCERIAS

- 95% consideram poder público ausente
- 79% consideram empresas ausentes
- 66% acreditam em parcerias com a Fundação Jari e empresas do Grupo Jari

Além desse estudo socioambiental, realizado em 2006, a Fundação Jari, em conjunto parceria com a ICCO – Organização Intereclesiástica para o Desenvolvimento, e o BOP Innovation Center – Empresa Social voltada ao desenvolvimento de negócios com a “base da pirâmide”, desenvolveu em 2010 um novo estudo, com foco também nas comunidades agroextrativistas.

ECONOMIA

Prevalece nas comunidades agroextrativistas do Vale do Jari o setor primário, sendo que, em parte das comunidades a produção de culturas agrícolas é predominante, enquanto outras comunidades já apresentam um perfil mais

extrativista, porém mantendo hábitos de cultivo de subsistência, configurando-se dessa forma o caráter agroextrativista da produção familiar rural.

As comunidades mais antigas mantêm forte relação com prática do extrativismo, sempre predominando a produção da castanha-do-brasil e, em menor escala, a madeira e outros produtos florestais não madeireiros como açai, cacau, palmito, cupuaçu, camu-camu e sementes oleaginosas (andiroba, copaíba, pracaxi, etc.).

Nas demais comunidades observam-se basicamente a presença de culturas de subsistência, principalmente o cultivo da mandioca e a produção de farinha, sendo que, em algumas propriedades, a mandiocultura é complementada com a produção, em menor proporção, de frutas como açai e banana e grãos como feijão, milho e arroz.

Vale ressaltar que nessa região, a criação extensiva de gado bovino e bubalino é também significada, sendo, contudo, realizada por alguns empresários e fazendeiros, de médio-porte, ou seja, a pecuária não é expressiva na produção familiar rural.

É muito baixo o grau de acesso das comunidades à assistência técnica e à tecnologia. O mesmo ocorre em relação ao acesso ao crédito rural, também considerado baixo na opinião da maioria dos agricultores e extrativistas entrevistados. Essas afirmativas confirmam os dados já aferidos em 2006 pelo diagnóstico socioambiental realizado pelo POEMA / CEATS, onde constam 97% dos agricultores e extrativistas entrevistados sem acesso à Assistência Técnica e ao Crédito Rural.

EDUCAÇÃO

A região apresenta escolas com nível de educação baixo no meio rural, trabalhando no modelo de classes multiseriadas (classe ou turma escolar formada por alunos de diferentes séries sob a regência de um único professor), prejudicando a formação escolar da população rural. 93% das comunidades possuem escolas públicas, porém atuam em situações precárias no que se refere à infraestrutura e qualidade do ensino. Em 79% das escolas há apenas um professor atuando (classes multiseriadas). 57% atendem até a 4ª série e 36% até a 8ª série do Ensino Fundamental. Nenhuma comunidade é atendida com Educação Infantil e Ensino Médio.

As despesas com educação nas comunidades são relativamente baixas, já que as escolas rurais são públicas, cabendo à família os custos com material escolar.



Além disso, a maioria que mantêm as crianças na escola é beneficiada pelo Programa Bolsa Família do Governo Federal, subsídio mensal para custeio de despesas com educação.

Como a maior parte das escolas existentes no meio rural atende somente até a 4ª série do Ensino Fundamental, para continuar os estudos os alunos precisam sair das comunidades para morar nas cidades próximas, o que acarreta em custos altos para as famílias e também dificulta o acesso à educação para aqueles que não podem arcar com estes custos. Como consequência, o índice de escolaridade e formação profissional nas comunidades rurais é considerado baixo.

Apesar de observada certa expansão de unidades escolares nas comunidades rurais, em comparação com diagnósticos anteriores, a maior parte dos depoimentos dos produtores entrevistados, relata a necessidade de melhorias na qualidade da educação rural, citando problemas como ausência ou baixa frequência de professores, falta de transporte escolar e dificuldade com a metodologia de ensino nem sempre adequada à realidade do campo e floresta.

SAÚDE

Em relação ao atendimento básico nas comunidades e atendimento hospitalar na região, observam-se maiores dificuldades no acesso e qualidade dos serviços, principalmente nas comunidades rurais, já que 64% destas não possuem postos de saúde pública, sendo que as que possuem, em geral reclamam da falta ou baixa frequência de profissionais habilitados para prestar todos os serviços básicos condizentes com a função dessas unidades de saúde.

Nos casos de acidentes ou doença no meio rural, em geral, a família precisa custear o transporte em Monte Dourado, Laranjal do Jari ou Macapá para poder fazer o tratamento de saúde, sendo estes, os custos que mais pesam ou comprometem o orçamento familiar, depois do custo com a alimentação. Principalmente onde não há Postos de Saúde, o acesso ao atendimento básico e hospitalar é considerado complicado, na opinião da maioria dos produtores entrevistados, que ficam na dependência de carona em veículo que eventualmente passam pela comunidade.

Em geral as famílias não têm acesso à água potável e nem a um sistema adequado de destinação dos resíduos, o que provoca a proliferação de germes e insetos transmissores de doenças, principalmente por veiculação

hídrica, configurando um quadro de más condições de saúde e habitação no âmbito da propriedade familiar rural.

O contato, mesmo que esporádico, com centros urbanos e o acesso à mídia com o uso de televisão, criou o hábito de consumo de alimentos industrializados, o que aumenta o custo com alimentação por parte da família agroextrativista, forçando a necessidade de constantes deslocamentos até a cidade, reforçando o quadro recém citado.

CIDADANIA

As dificuldades de acesso nas áreas das comunidades agroextrativistas da região (estradas precárias e falta de transporte público); ausência de tecnologias de produção e processamento; dificuldade de comunicação e fragilidade de políticas sociais, sobretudo de educação e saúde, prejudica a produtividade agroextrativista, qualidade do produto, diversificação e escoamento da produção, resultando na baixa participação das comunidades no mercado local de alimentos.

A falta de energia regular compromete a qualidade de vida dessas comunidades e suas perspectivas de crescimento pessoal, social e profissional, influenciando o êxodo rural e, por consequência, o aumento da situação de pobreza e violência nas áreas urbanas.

Apesar dessas dificuldades, marcadas pelo isolamento geográfico e pelo distanciamento em relação aos serviços públicos básicos e de direito dessas comunidades agroextrativistas, existe por outro lado, um grande potencial de desenvolvimento comunitário, através do fortalecimento da educação e economia familiar e da qualidade de vida no campo e na floresta, por meio de políticas e iniciativas que priorizem principalmente a educação familiar e comunitária. Envolvendo nesse processo desde a criança até adultos e idosos, de forma integrada com políticas públicas básicas de educação formal e qualificação profissional, garantia de direitos, saúde, saneamento ambiental, infraestrutura, produção, trabalho e renda.

Tal cenário de dificuldades socioeconômicas e ambientais sugere uma reação mais organizada por parte das comunidades. No entanto, a maioria delas tem menos de 50 anos de existência e se formaram em decorrência de processos migratórios de diferentes regiões do país. Por esta razão, observa-se certa fragilidade em termos de coesão comunitária. Por outro lado, muitas comunidades têm uma associação que as representam, porém com baixa funcionalidade em termos de organização da produção e de participação



social e econômica, limitando-se a representação política da comunidade em solicitações aos governos e empresas locais.

Além dos estudos realizados, em 2006 e 2010, com a participação da Fundação Jari:

1. Diagnóstico Socioambiental – Vale do Jari – 2006 (POEMA-UFPA e CEATS-USP);
2. Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental – Vale do Jari - 2010 (ICCO e BOP Innovation);

A Fundação Jari baseou esta contextualização também em outros estudos recentes, tais como:

3. Diagnóstico Socioambiental – Almeirim - 2010 (IFT e IMAFLORA);
4. Plano Territorial das Cadeias produtivas – Sul do Amapá (MDA e PARCEIRO);
5. Estudos Socioambiental – Vale do Jari (Biofílica Investimentos Ambientais e Grupo Jari Florestal).

LEVANTAMENTO DE DADOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS

Assim, além dos estudos acima mencionados e consultados, foi realizado um Diagnóstico Familiar Participativo específico com as comunidades situadas no entorno da UHE Santo Antônio do Jari, no período de 10 a 31 do mês de maio de 2016, pela Fundação Jari, através da parceria com a ECE Participações S.A., visando obter uma caracterização mais atualizada dos aspectos econômicos, sociais e ambientais das famílias de produtores agroextrativistas que vivem nestas comunidades.

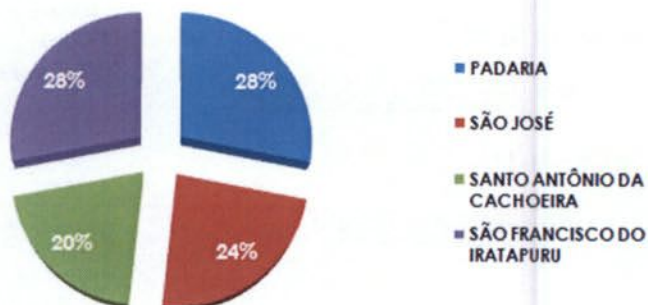
Este Diagnóstico Familiar Participativo foi realizado através de Oficinas de Desenvolvimento Organizacional Participativo – DOP e Levantamento Socioeconômico e Ambiental Familiar nas comunidades de São Francisco do Iratapuru, Santo Antônio da Cachoeira, Padaria e São José, localizadas no Município de Laranjal do Jari/AP.

O público alvo foi composto por 89 famílias, entre extrativistas, produtores agroextrativistas e moradores ribeirinhos, distribuídos nestas comunidades rurais.

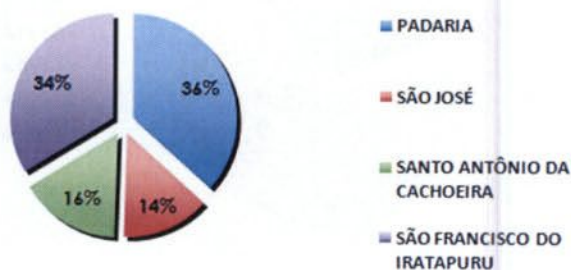
A seguir, apresentamos um resumo dos principais resultados alcançados:

RESULTADOS ALCANÇADOS
OFICINAS DOP – DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL PARTICIPATIVO


COMUNIDADES	FAMÍLIAS	%
PADARIA	25	28%
SÃO JOSÉ	21	24%
SANTO ANTÔNIO DA CACHOEIRA	18	20%
SÃO FRANCISCO DO IRATAPURU	25	28%
Nº/PARTICIPANTES	89	100%

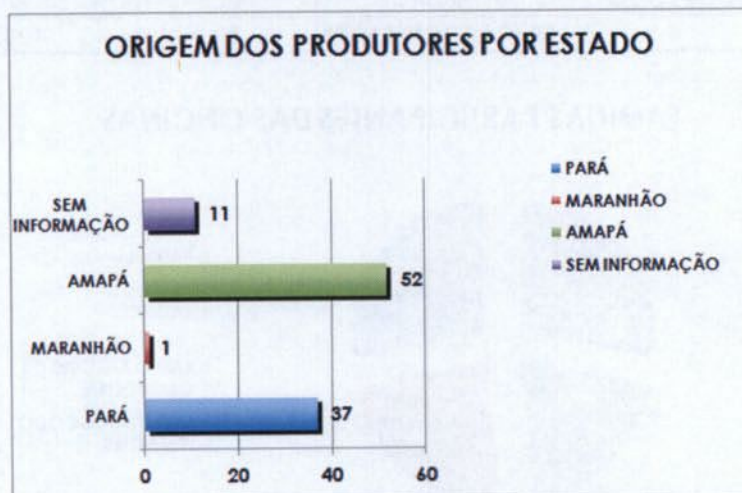
FAMÍLIAS PARTICIPANTES DAS OFICINAS

LEVANTAMENTO SÓCIOECONÔMICO E AMBIENTAL FAMILIAR

COMUNIDADES	FAMÍLIAS	%
PADARIA	37	37%
SÃO JOSÉ	14	14%
SANTO ANTÔNIO DA CACHOEIRA	16	16%
SÃO FRANCISCO DO IRATAPURU	34	34%
Nº/QUESTIONÁRIOS APLICADOS	101	100%

DIAGNÓSTICO FAMILIAR PARTICIPATIVO POR COMUNIDADE


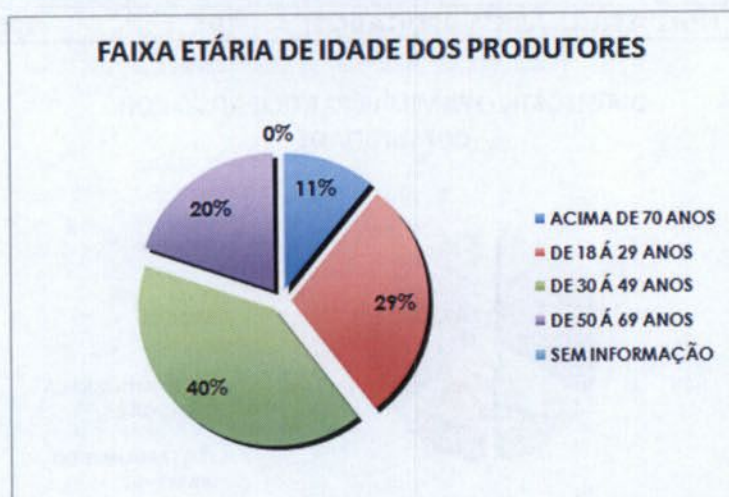
ORIGEM DOS PRODUTORES

ESTADOS DE ORIGEM	PRODUTORES	%
PARÁ	37	37%
MARANHÃO	1	1%
AMAPÁ	52	51%
SEM INFORMAÇÃO	11	11%
Nº/PRODUTORES CONSULTADOS	101	100%



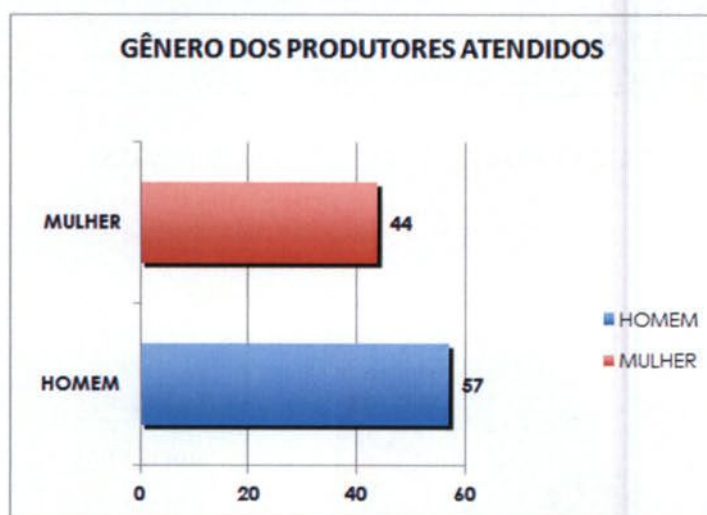
FAIXA ETÁRIA DE IDADE DOS PRODUTORES

FAIXA ETÁRIA DE IDADE	PRODUTORES	%
ACIMA DE 70 ANOS	11	11%
DE 18 Á 29 ANOS	29	29%
DE 30 Á 49 ANOS	41	41%
DE 50 Á 69 ANOS	20	20%
SEM INFORMAÇÃO	0	0%
Nº/PRODUTORES CONSULTADOS	101	100%

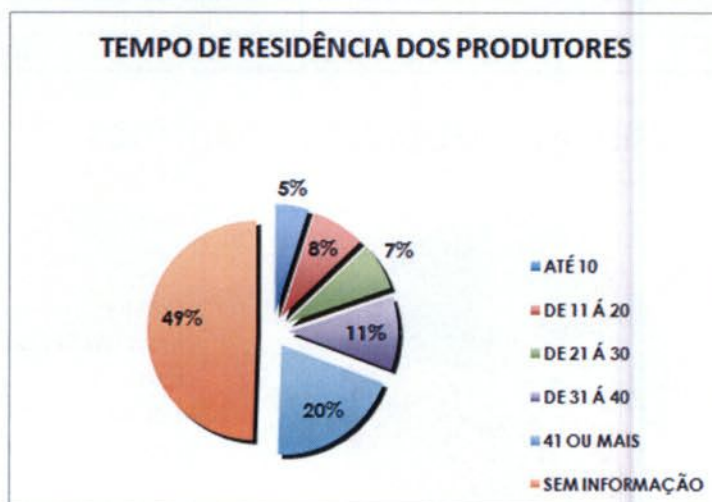


GÊNERO DOS PRODUTORES (AS)

SEXO	PRODUTORES	%
HOMEM	57	56%
MULHER	44	44%
Nº/PRODUTORES CONSULTADOS	101	100%

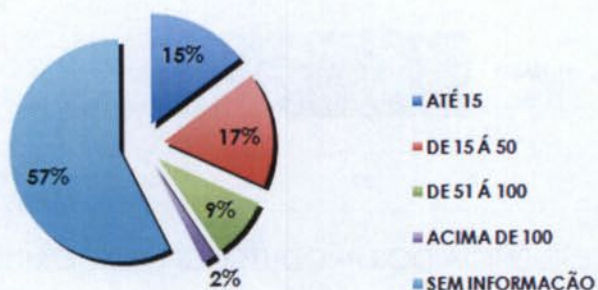

TEMPO DE RESIDÊNCIA DOS PRODUTORES NAS COMUNIDADES EM ANOS

TEMPO DE RESIDÊNCIA	PRODUTORES	%
ATÉ 10	5	5%
DE 11 Á 20	8	8%
DE 21 Á 30	7	7%
DE 31 Á 40	11	11%
41 OU MAIS	20	20%
SEM INFORMAÇÃO	50	50%
Nº/PRODUTORES CONSULTADOS	101	100%

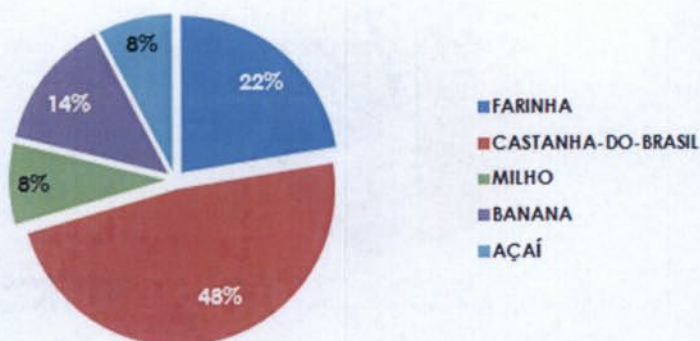


TAMANHO DA ÁREA EM HECTARES

TAMANHO DA ÁREA EM HECTARES	PRODUTORES	%
ATÉ 15	15	15%
DE 15 Á 50	17	17%
DE 51 Á 100	9	9%
ACIMA DE 100	2	2%
SEM INFORMAÇÃO	58	57%
Nº/PRODUTORES CONSULTADOS	101	100%

TAMANHO DAS ÁREAS DOS PRODUTORES

PRINCIPAIS PRODUTOS CULTIVADOS OU COLETADOS PELOS PRODUTORES

PRINCIPAIS PRODUTOS	PRODUTORES	%
FARINHA	35	22%
CASTANHA-DO-BRASIL	75	48%
MILHO	13	8%
BANANA	21	13%
AÇAÍ	12	8%
Nº/PRODUTOS CITADOS	156	100%

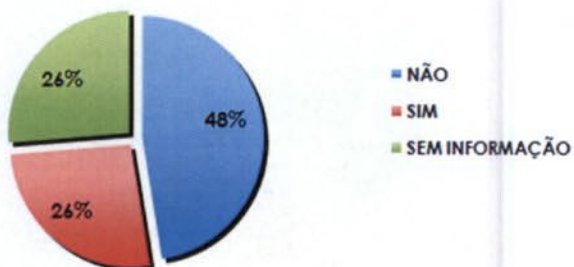
PRINCIPAIS PRODUTOS TRABALHADOS


AINDA FAZ USO DA FLORESTA PARA O CULTIVO AGRÍCOLA



FAZ USO DA FLORESTA	PRODUTORES
NÃO	45
SIM	25
SEM INFORMAÇÃO	31
Nº/PRODUTORES CONSULTADOS	101

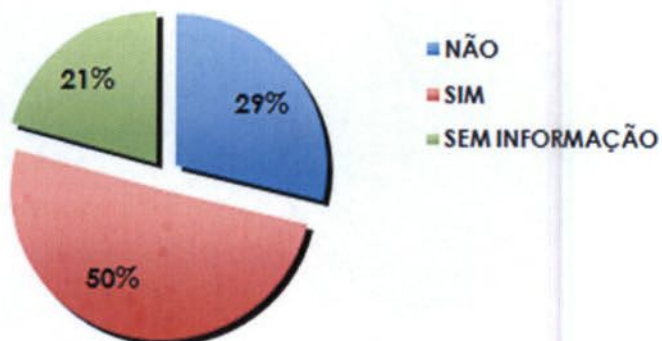
FAZ USO DE FLORESTA PARA AGRICULTURA



FAZ USO DO FOGO APÓS A DERRUBADA

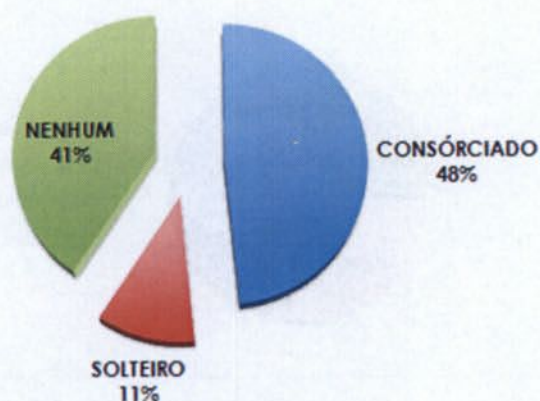
FAZ USO DO FOGO	PRODUTORES
NÃO	29
SIM	51
SEM INFORMAÇÃO	21
Nº/PRODUTORES CONSULTADOS	101

FAZ USO DO FOGO APÓS A DERRUBADA

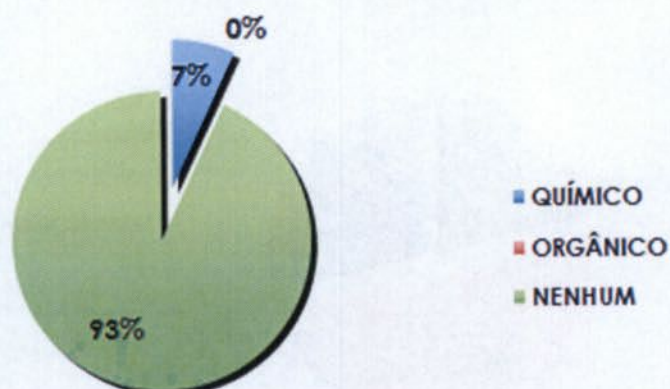


TIPOS DE CULTIVOS IMPLANTADOS NAS UNIDADES DE PRODUÇÃO FAMILIAR

TIPOS DE CULTIVOS	PRODUTORES
CONSÓRCIADO	49
SOLTEIRO	11
NENHUM	41
Nº/PRODUTORES CONSULTADOS	101

TIPOS DE CULTIVOS AGRÍCOLAS

USO DE FERTILIZANTES NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS

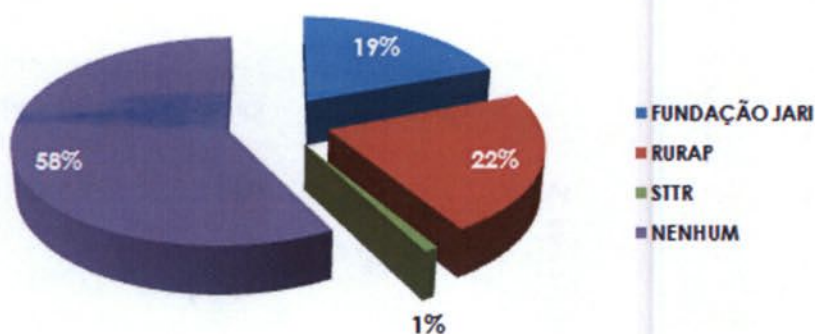
USO DE FERTILIZANTES	PRODUTORES
QUÍMICO	7
ORGÂNICO	0
NENHUM	94
Nº/PRODUTORES CONSULTADOS	101

USO DE FERTILIZANTES


RECEBE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA SUA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR

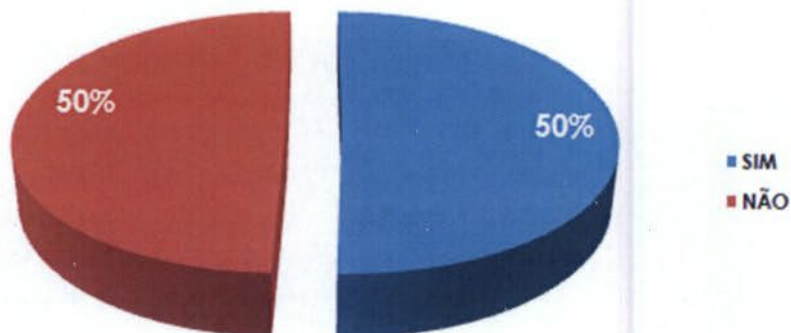
 DILICHAMA
 Fl. 5323
 Ass.: *[Signature]*

RECEBE ASSISTÊNCIA TÉCNICA	PRODUTORES
FUNDAÇÃO JARI	21
RURAP	24
STTR	1
NENHUM	63
Nº/PRODUTORES CONSULTADOS	101

RECEBE ASSISTÊNCIA TÉCNICA


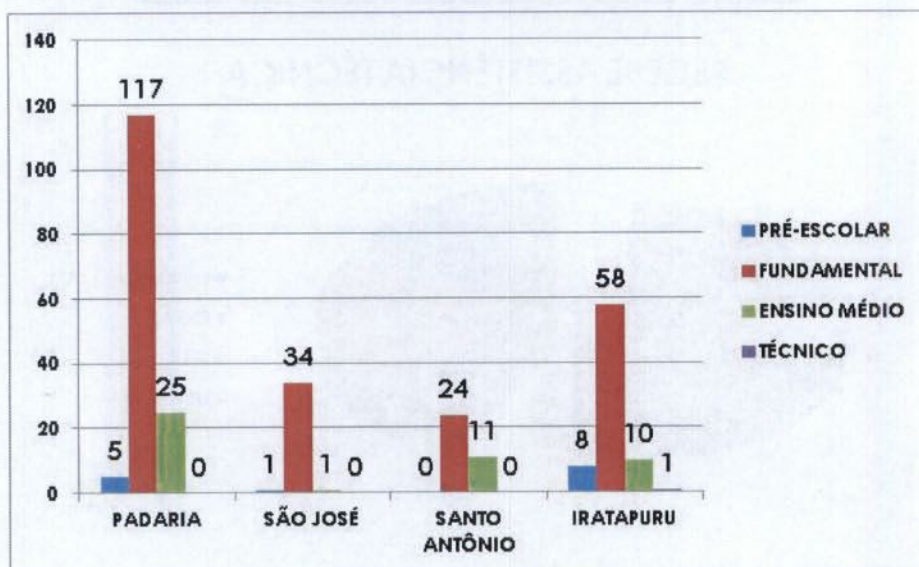
RECEBE A VISITA DO AGENTE DE SAÚDE COMUNITÁRIA

RECEBE AGENTE DE SAÚDE	PRODUTORES
SIM	51
NÃO	50
Nº/DOMICÍLIOS CONSULTADOS	101

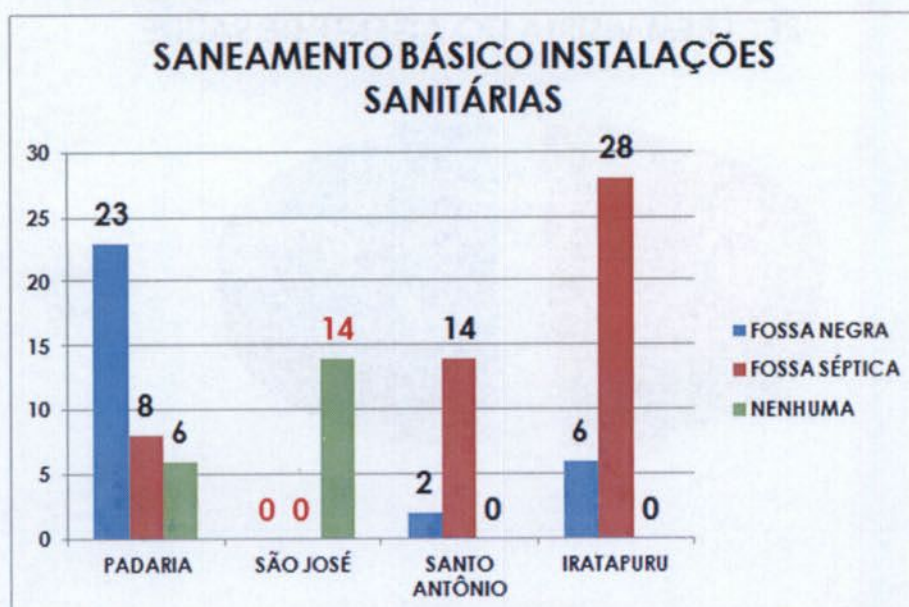
RECEBEM VISITA DO AGENTE DE SAÚDE


EDUCAÇÃO DE JOVENS NAS COMUNIDADES

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	PADARIA	SÃO JOSÉ	SANTO ANTÔNIO	IRATAPURU	TOTAL	% PERCENTUAL
PRÉ-ESCOLAR	5	1	0	8	14	5%
FUNDAMENTAL	117	34	24	58	233	79%
ENSINO MÉDIO	25	1	11	10	47	16%
TÉCNICO	0	0	0	1	1	0%
TOTAL GERAL	147	36	35	77	295	100%

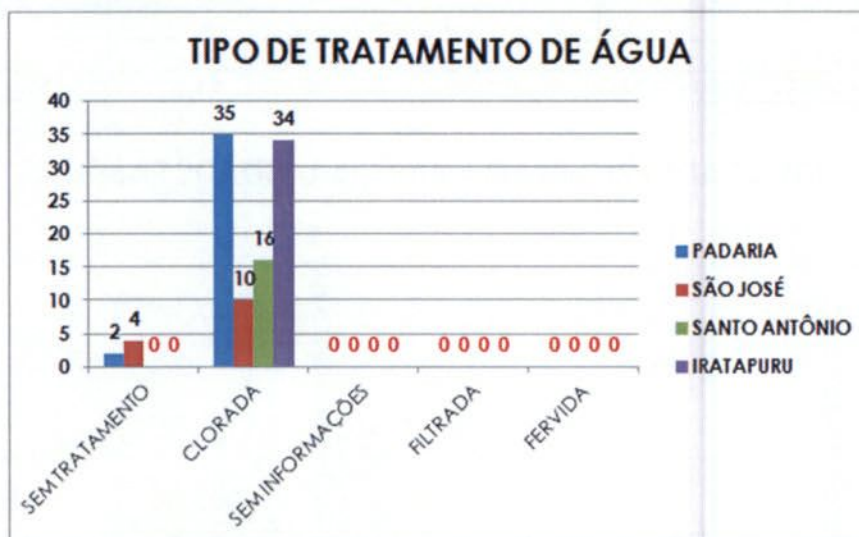

SANEAMENTO BÁSICO NAS UNIDADES FAMILIARES

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	PADARIA	SÃO JOSÉ	SANTO ANTÔNIO	IRATAPURU
FOSSA NEGRA	23	0	2	6
FOSSA SÉPTICA	8	0	14	28
NENHUMA	6	14	0	0
Nº/DOMICÍLIOS CONSULTADOS	37	14	16	34



RECEBE ÁGUA POTÁVEL PARA CONSUMO EM DOMICÍLIO FAMILIAR

TRATAMENTO DE ÁGUA	PADARIA	SÃO JOSÉ	SANTO ANTÔNIO	IRATAPURU
SEM TRATAMENTO	2	4	0	0
CLORADA	35	10	16	34
SEM INFORMAÇÕES	0	0	0	0
FILTRADA	0	0	0	0
FERVIDA	0	0	0	0
Nº/DOMICÍLIOS CONSULTADOS	37	14	16	34

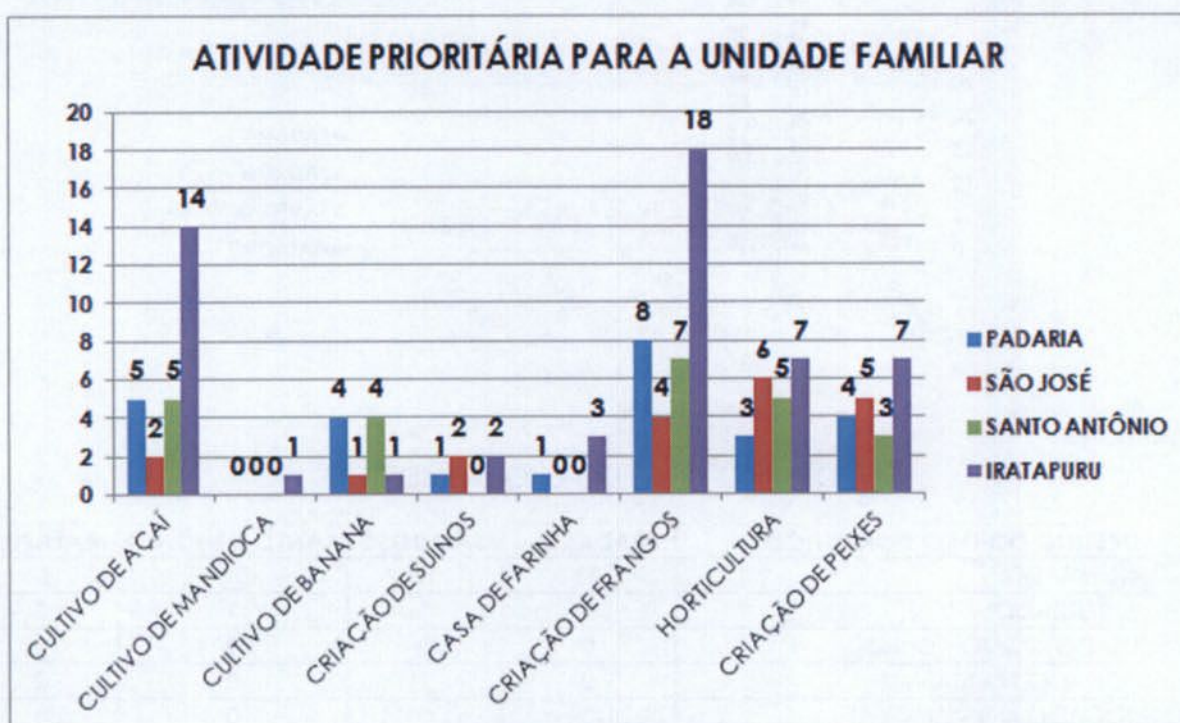

DESTINO FINAL DO LIXO DOMÉSTICO

DESTINO DO LIXO DOMÉSTICO	PADARIA	SÃO JOSÉ	SANTO ANTÔNIO	IRATAPURU
QUEIMADO	33	12	15	33
ENTERRADO	4	1	1	3
USADO COMO ADUBO	0	0	0	0
JOGADO NA MATA	2	1	0	2
JOGADO NO RIO	0	0	0	0
Nº/DOMICÍLIOS CONSULTADOS	39	14	16	38



QUAIS SÃO OS SEUS PROJETOS PRIORITÁRIOS PARA A SUA UNIDADE DE
PRODUÇÃO FAMILIAR

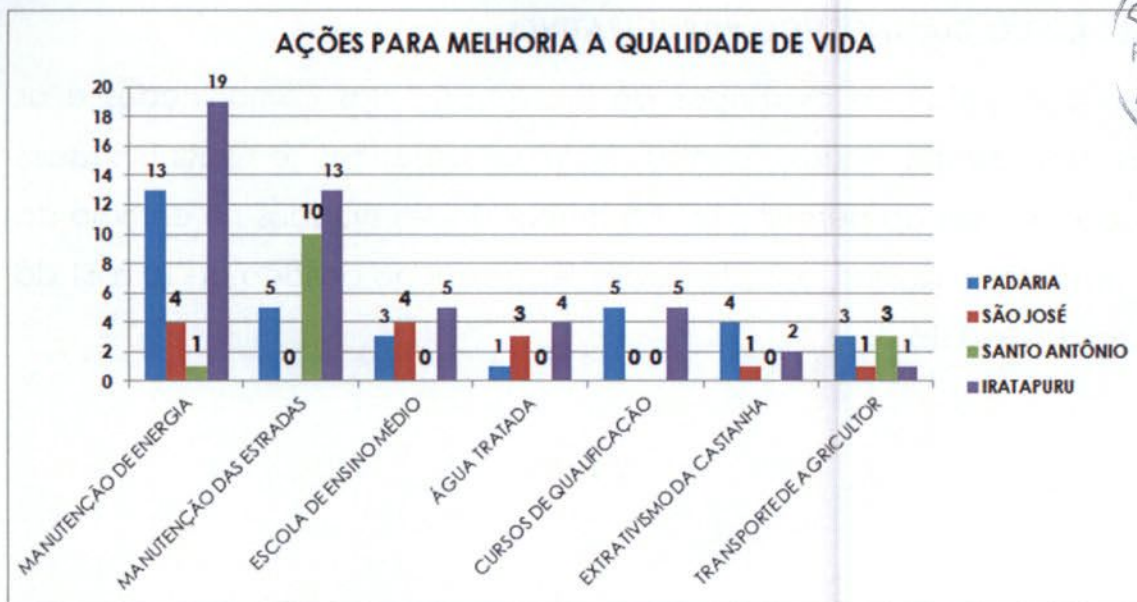
ATIVIDADES PRIORITÁRIAS	PADARIA	SÃO JOSÉ	SANTO ANTÔNIO	IRATAPURU	TOTAL
CULTIVO DE AÇAÍ	5	2	5	14	26
CULTIVO DE MANDIOCA	0	0	0	1	1
CULTIVO DE BANANA	4	1	4	1	10
criação de suínos	1	2	0	2	5
CASA DE FARINHA	1	0	0	3	4
criação de frangos	8	4	7	18	37
HORTICULTURA	3	6	5	7	21
criação de peixes	4	5	3	7	19
Nº/FAMÍLIAS CONSULTADAS	26	20	24	53	123



AÇÕES PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS FAMÍLIAS LOCAIS

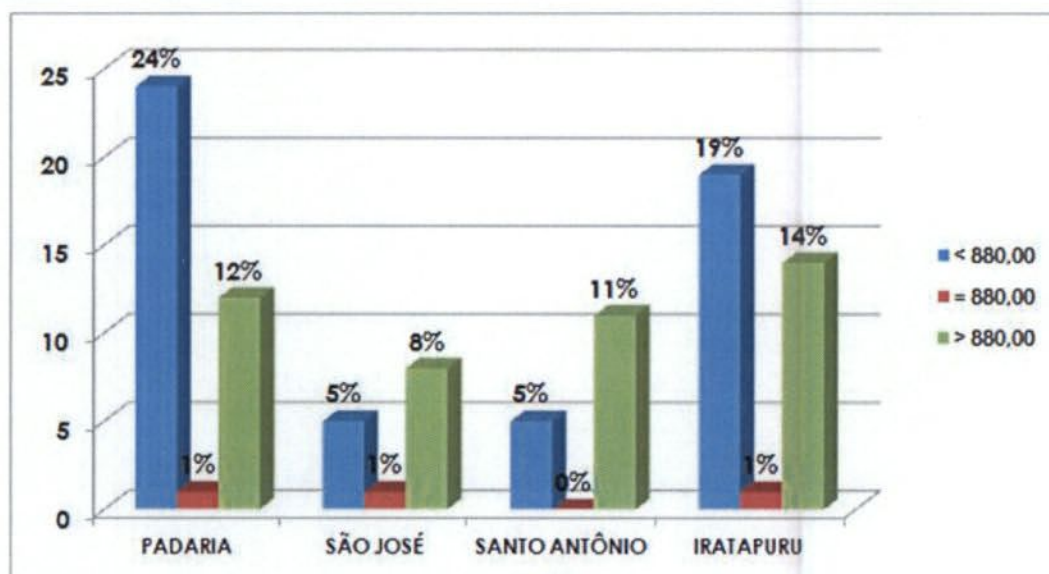
MELHOR QUALIDADE DE VIDA	PADARIA	SÃO JOSÉ	SANTO ANTÔNIO	IRATAPURU	TOTAL
MANUTENÇÃO DE ENERGIA	13	4	1	19	37
MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS	5	0	10	13	28
ESCOLA DE ENSINO MÉDIO	3	4	0	5	12
ÁGUA TRATADA	1	3	0	4	8
CURSOS DE QUALIFICAÇÃO	5	0	0	5	10
EXTRATIVISMO DA CASTANHA	4	1	0	2	7
TRANSPORTE DE AGRICULTOR	3	1	3	1	8
Nº/FAMÍLIAS CONSULTADAS	34	13	14	49	110

DILIGÊNCIA
 Nº 5325
 Ass. [assinatura]



INFORMAÇÕES DE RENDA FAMILIAR

RENDA FAMILIAR MENSAL	PADARIA	SÃO JOSÉ	SANTO ANTÔNIO	IRATAPURU	TOTAL
< 880,00	24	5	5	19	53
= 880,00	1	1	0	1	3
> 880,00	12	8	11	14	45
Nº/FAMÍLIAS CONSULTADAS	37	14	16	34	101



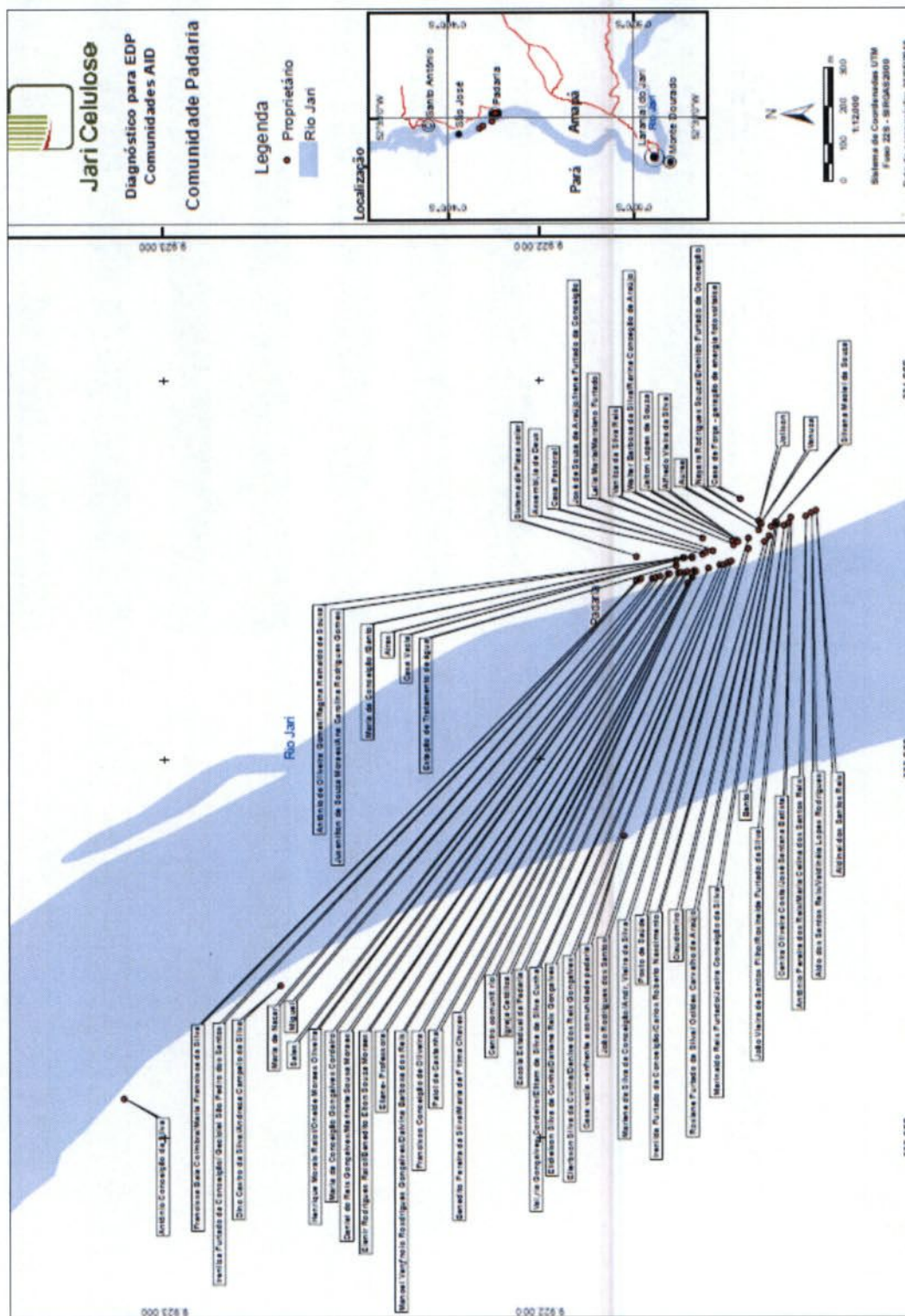
CONCLUSÃO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

A seguir, apresentam-se os mapas de localização das comunidades e os resumos dos pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades observados a partir da percepção das comunidades situadas no entorno da UHE Santo Antônio do Jari, nas atividades realizadas no período de 10 a 31 do mês de maio de 2016.

Monte Dourado, 15 de junho de 2016.



DIAGNÓSTICO FAMILIAR PARTICIPATIVO





DIAGNÓSTICO FAMILIAR PARTICIPATIVO



Fundação Jari
Criança e Vida

FORTALEZA			OPORTUNIDADE		
BOLSA FAMÍLIA (7)	A COMUNIDADE (11)	O RIO (1)	EMPREGO	CRIAÇÃO DE FRANGO	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
UNIDADE DE SAÚDE (1)	CASA PRÓRIA (25)	A FLORESTA (1)	TRANSPORTE	ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	MELHOR ESCOLA
SISTEMA SOLAR DE ENERGIA (1)	CASTANHAL (10)	A CACHOEIRA (1)	LIMPEZA DOS RAMAIS	ESCOMENTO DA PRODUÇÃO	DESENV. DA AGRICULTURA
PLANTIO DE AÇAÍ (8)	O SOLO (25)	AS PESSOAS (25)	CRIAÇÃO DE PEIXES	TRANSPORTE DA COMUNIDADE	MELHOR TRANSPORTE ESCOLA
A ESCOLA (1)	FESTIVIDADE (1)	O CENTRO COMUNITÁRIO (1)	ACESSO A TECNOLOGIA	TRABALHAR COM PADARIA	CRIAÇÃO DE ABELHAS
SÍTIO/POMAR (9)	O LAZER (25)	SISTEMA DE COMUNICAÇÃO (1)	CURSOS DE QUALIFICAÇÃO	PROJETOS COMUNITÁRIOS	INVEST. NA AGRICULTURA
ABASTECIMENTO DE ÁGUA (1)	A IGREJA (25)	OS RABETAS INDIVIDUAIS (25)	TURISMO RURAL	PARCERIA COM A EMPRESA	
MOTOR DE ENERGIA (25)	COMÉRCIO/COMUNIDADE (3)	LATERNA SOLAR (25)	MELHORIA NA ESTRADA	PARCERIA COM O GOVERNO	
PRODUÇÃO DE FARINHA (3)					



Jari ENERGIA

DIAGNÓSTICO FAMILIAR PARTICIPATIVO



Fundação Jari
Criança e Vida

FRAQUESA				AMEAÇAS			
FALTA DE MEDICAMENTOS	FALTA DE ALOJAMENTO/PROF.	FALTA DE ORG. COMUNITÁRIA		FOGO NA FLORESTA	POLUIÇÃO		PRAGAS NOS CASTANHAIS
ENERGIA	FALTA DE TRAPICHO	criação de frango		POLUIÇÃO DO RIO	DESMATAMENTO		ROMPIMENTO DA BARRAGEM
DIMINUIÇÃO DOS PEIXES	AGRICULTURA	COLETA DE LIXO		INVAZÃO	MORTE DOS PEIXES		EXTINÇÃO DOS PEIXES
FALTA DE AÇAÍ	COMUNICAÇÃO	LIDERANÇA COMUNITÁRIA		ENCHENTE DO RIO	DOEÇAS/MALÁRIA/GRIPE		PESCA PREDATÓRIA
TRANSPORTE ESCOLAR	ESTRADA BOA	ESTRUTURA DO CENTRO		FOGO CRIMINOSO	CAÇA PREDATÓRIA		
TRANSPORTE COMUNITÁRIO	O RIO	POLUIÇÃO DO RIO		FOME	LIXO DOMÉSTICO		
DESMATAMENTO AMBIENTAL	CLASSES MULTI-SERIADAS	FALTA DE PEIXES					
FALTA DE ATER	LIMPEZA DO RIO	criação de abelhas					
MERENDA ESCOLA	FALTA DE SISTEMA/IRRIGAÇÃO						

DILCIBAMA
Fl. 5327
Ass.: 29



Fundação Jari
Criança e Vida

Jari Celulose

Diagnóstico para EDP
Comunidades AID

Comunidade São José

Legenda

- Proprietário
- Rio Jari

Localização

São José do Araguaia, Pará, Mato Grosso

Scale: 0 100 200 300 m

Projection: Sistema de Coordenadas UTM, Fuso 22E - SRS:SA-2000



Jari ENERGIA

DIAGNÓSTICO FAMILIAR PARTICIPATIVO

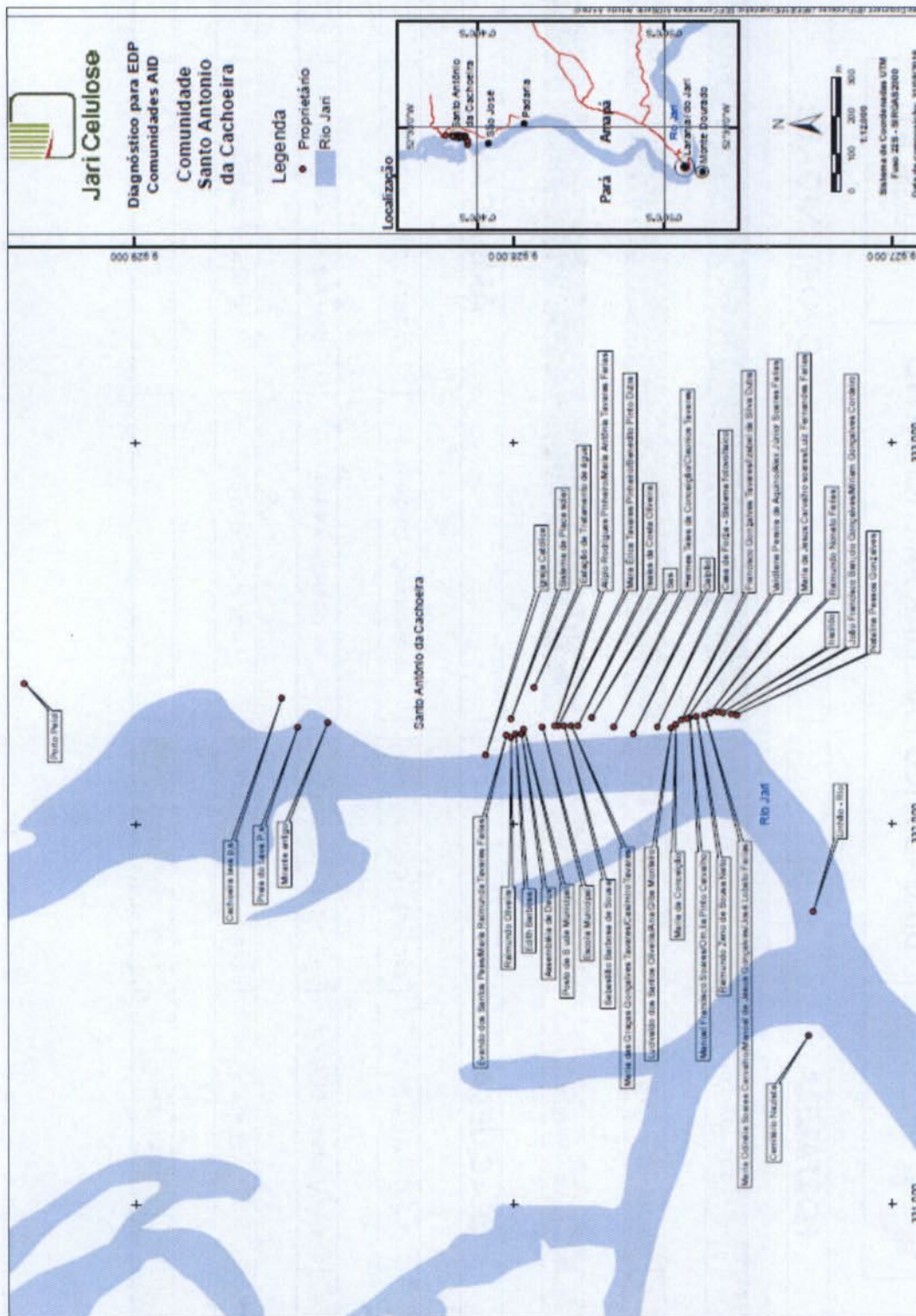


Fundação Jari
Criança e Vida

FORTALEZA			OPORTUNIDADE		
MORADIA	A BOLSA FAMÍLIA	O RIO JARI	TRABALHO	CURSOS DE GESTÃO/NEGÓCIOS	EMPREGO
TRAPICHE	A LIDERANÇA COMUNITÁRIA	AS ROÇAS	criação de peixe	INVESTIMENTO EM AGRICULTURA	GRANJA/FRANGO
ENERGIA	OS CASTANHAIS		CASA DE FARINHA MECANIZADA	IMPLANTACÃO DE HORTA	CURSOS PROFISSIONALIZANTES
FRAQUESA			AMEAÇAS		
À ESCOLA	À IGREJA CATÓLICA	O CENTRO COMUNITÁRIO	INCÊNDIO NOS CASTANHAIS	À SECA DO RIO NO VERÃO	ENCHENTE DO RIO
A ENERGIA	O TRATAMENTO DE ÁGUA	ÓLEO DIESEL	A DOENÇA MALÁRIA	ROMPIMENTO DA BARRAGEM	
ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	A RENDA	O POSTO DE SAÚDE	A DOENÇA DENGUE	EXTINÇÃO DOS PEIXES	
O CAMPO DE FUTEBOL	OS AÇAIZAIA	OS PEIXES			

DILCIBARA
Fl. 5328
Ass.: *hp*

MAPA 03: SANTO ANTÔNIO DA CACHOEIRA





DIAGNÓSTICO FAMILIAR PARTICIPATIVO



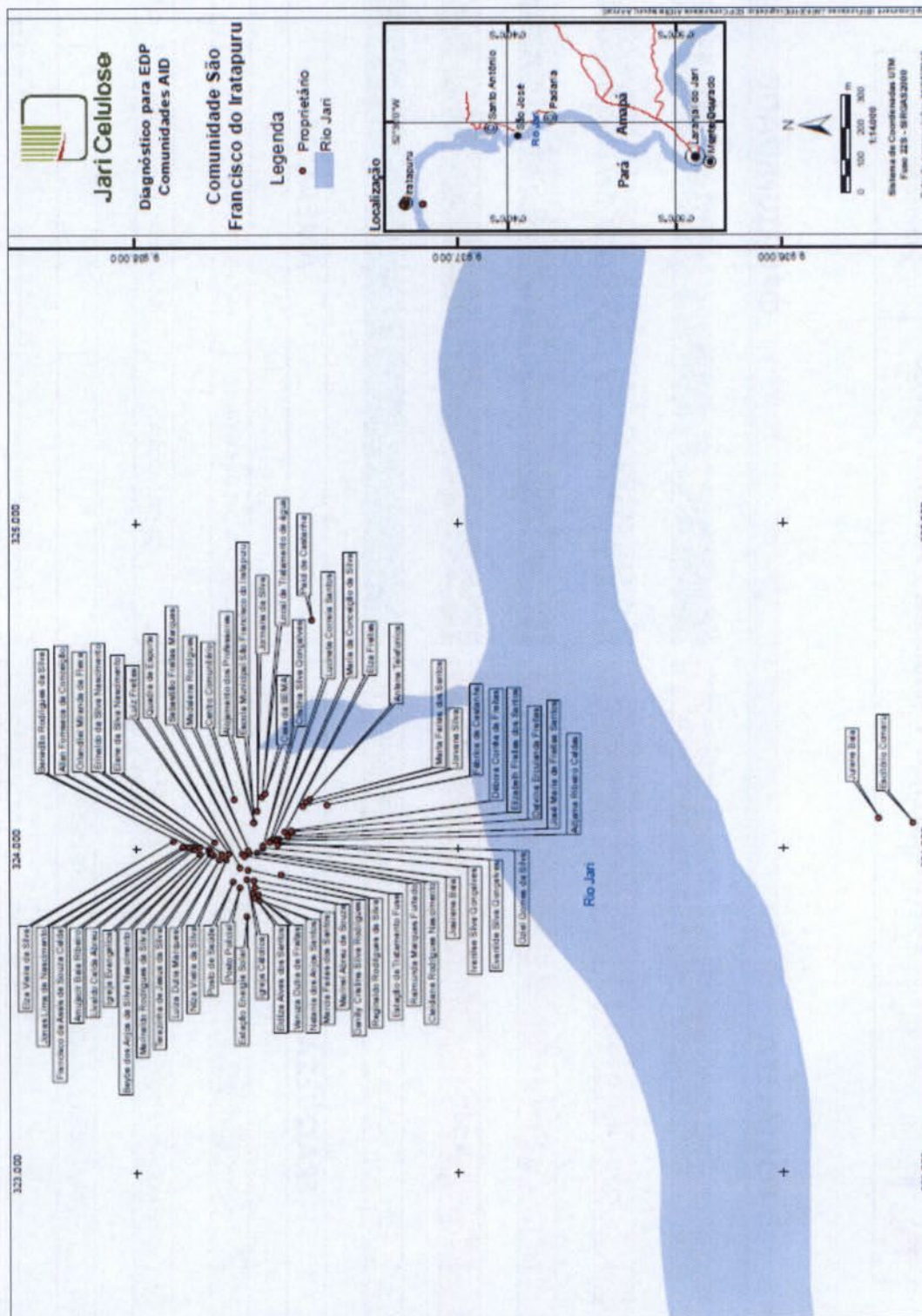
Fundação Jari
Criança e Vida

FORTALEZA		OPORTUNIDADE	
OS CASTANHAIS	AS MORADIAS	O RIO JARI	CASA DE FASRINHA
			criação de Abelha
TRABALHAR NA ROÇA			
A AGRICULTURA	ENERGIA SISTEMA SOLAR	OS PEIXES	criação de peixe
			construção de uma Pousada
criação de Camarão			
O POSTO DE SAÚDE	AS FAMÍLIAS	A FLORESTA	criação de Galinha
			Plantio de Banana
MELHORAR A COMUNICAÇÃO			
O CENTRO COMUNITÁRIO	A ESCOLA	O SISTEMA DE ABASTECIMENTO	Plantio de Cupuaçu
			Plantio de Açaí
CACHOEIRA DE SANTO ANTÔNIO	A IGREJA	OS MOTORES RABETAS	Implantação de Hortas
			Plantio de Cacaú
FRAQUESA		AMEAÇAS	
O AÇAÍ	O TRANSPORTE ESCOLAR	ABASTECIMENTO DE ENERGIA	CONTINUIDADES DOS ESTUDOS
			FALTA DE FISCALIZAÇÃO DA EDP
PESCA PREDATÓRIA			
O PEIXE	O RELACIONAMENTO COM A UHE	TRATAMENTO DE ÁGUA/CLORO	CAÇA PREDATÓRIA
			REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA
O ROMPIMENTO DA BARRAGEM			
EDUCAÇÃO SOMENTE A 4ª SÉRIE	DIMINUIÇÃO DA CAÇA	ILUMINAÇÃO PÚBLICA EDP	
TRANSPORTE DA COMUNIDADE			





MAPA 03: SÃO FRANCISCO DO IRATAPURU





Jari ENERGIA

DIAGNÓSTICO FAMILIAR PARTICIPATIVO



Fundação Jari
Criança e Vida

FORTALEZA			OPORTUNIDADE		
OS CATANHAIS	A UNIÃO	À COMUNIDADE	CAPACITAÇÃO EM PANIFICAÇÃO	UMA PRAÇA NA COMUNIDADE	CAPACITAÇÃO EM RH
PARCERIA COM A FUNDAÇÃO	O CASTANHEIRO	O FUTEBOL DE SALÃO	UMA CANTINA COMUNITÁRIA	CASA DE FÁBRICA MECANIZADA	TRABALHO COM ARTEANATO
A COOPERATIVA COMARU	O TRABALHO	À ESCOLA	FABRICA DE SABÃO	CRIAÇÃO DE PEIXES	SALÃO DE BELEZA
CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	A FAUNA	O POSTO DE SAÚDE	UMA CANTINA DA COOPERATIVA	HORTA COMUNITÁRIA	UMA ACADEMIA COMUNITÁRIA
A ASSOCIAÇÃO BIO-RIO	OS ASSOCIADOS	À QUADRA ESPORTIVA	UMA CRECHE PARA CRIANÇAS	PRODUÇÃO DE VELAS/ANDARÓIA	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
OS PEIXES	PARCERIA COMERCIAL/NATURA	ÀS CASAS			
O RIO JARI/IRATAPURU	OS PESCADORES	O TRATAMENTO DE ÁGUA			
AS CAÇAS	À AGRICULTURA	A FESTIVIDADE NA COMUNIDADE			





DIAGNÓSTICO FAMILIAR PARTICIPATIVO



Fundação Jari
Criança e Vida

FRAQUESA			AMEAÇAS		
O SISTEMA DE COMUNICAÇÃO	A POLUIÇÃO DO RIO	O DESTINO DO LIXO DOMÉSTICO	A PESCA PREDATÓRIA	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	O AQUECIMENTO GLOBAL
O SANEAMENTO BÁSICO	IMPACTO AMBIENTAL	A FALTA DE UMA ÁREA DE RECREAÇÃO	A CAÇA PREDOTÓRIA	PERNILONGO (CARAPÁ)	O CALOR NAS MORADIAS
O FORNECIMENTO DE ENERGIA	ESTRADA DE ACESSO A COMUNIDADE	O TRANSPORTE ESCOLAR	O USO DE DROGAS PELO JOVENS	O SOLO DOS QUINTAIS	CACHORROS VETORES/DOENÇAS
O TRANSPORTE COMUNITÁRIO	CONCESSO/TRANSPORTE DA COOPERATIVA	OS MORCEGOS			
CUSTEIO DE COMBUSTÍVEL/RABETA	CONCESSO/TRANSPORTE DA ASSOCIAÇÃO	SEGURANÇA PÚBLICA			
ATENDIMENTO MÉDICO	FALTA DE MEDICAMENTOS	POLUIÇÃO SONORA			
O ALCOLISMO	FALTA DE PRESERVATIVO	O FORNECIMENTO DE ÓLEO DIESEL/GOV.			
CONCLUSÃO DO SANEAMENTO BÁSICO	AS FESTAS DANÇANTES NA COMUNIDADE	CACHORROS SOLTOS NA COMUNIDADE			
A QUALIDADE DO ENSINO	A DRENAGEM DA ÁGUA DA CHUVA	O BANHO NO LAJEIRO DO RIO			
O CAMPO DE FUTEBOL	A GERAÇÃO DE RENDA NA COMUNIDADE	A COMUNICAÇÃO COLETIVA			
A FALTA DE CERCA DOS QUINTAIS					



**PROPOSTA - PEA/PEAT
UHE SANTO ANTÔNIO DO JARI**



**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL /
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL AOS TRABALHADORES
DA UHE SANTO ANTONIO DO JARI**

PEA / PEAT

AGOSTO DE 2016

PROPOSTA	
DATA	02/08/2016

I. RESUMO DO PROJETO

Com base nos resultados obtidos no Diagnóstico Participativo Familiar, realizado em maio de 2016 nas comunidades de São Francisco do Itatapuru, Santo Antônio da Cachoeira, Padaria e São José, localizadas no Município de Laranjal do Jari/AP e, em atendimento às condicionantes nº 2.2 e 2.6 da Licença de Operação nº 1233/2014 (1º Retificação), com destaque ao Parecer nº 02001.004593/2015-93 COHID/IBAMA; a ECE Participações S.A., em cooperação técnica com a Fundação Jari, organizou o novo PEA e PEAT da UHE Santo Antônio do Jari, integrando um conjunto de metas, estratégias e atividades com o objetivo de gerar resultados e impactos estruturantes no âmbito da educação ambiental com ênfase em práticas de conservação e uso sustentável do solo e da floresta.

II. CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

A UHE Santo Antônio do Jari localiza-se a cerca de 150 km de distância da foz do rio Jari, que desemboca no rio Amazonas, na divisa dos estados do Amapá e Pará, entre os municípios de Laranjal do Jari (AP) e Almeirim (PA). Os principais centros urbanos e industriais estão localizados nas cidades de Monte Dourado (Município de Almeirim) e Laranjal do Jari. A UHE Santo Antônio do Jari é composta por duas casas de força, sendo a casa de força principal com 3 unidades geradoras, totalizando 392,95 MW de potência, e uma casa de força complementar, com 1 unidade geradora de 3,4MW de potência.

III. APRESENTAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PROPONENTE

A Fundação Jari é uma organização social sem fins lucrativos, criada em abril de 1994, que exerce o papel de empresa social do Grupo Jari, desenvolvendo programas e projetos com foco na promoção do desenvolvimento humano, em diversas regiões do Brasil, principalmente nas comunidades situadas nas regiões em que o Grupo Jari atua a exemplo do Vale do Jari, aonde desde o ano 2000, vem construindo ações de inovação social na perspectiva do desenvolvimento humano e sustentável.



PROPOSTA - PEA/PEAT
UHE SANTO ANTÔNIO DO JARI



A Fundação Jari tem como missão: "Contribuir para o desenvolvimento humano e a sustentabilidade da Amazônia" e possui a seguinte filosofia:

"Somos uma organização sementeira de idéias e projetos que, depois de testadas e aprovadas, podem ser incorporadas e disseminadas pela sociedade, multiplicando seu alcance e impacto social, podendo ainda, influenciar na criação ou melhoria de políticas públicas".

No Vale do Jari a Fundação Jari, vem desenvolvendo ações com ênfase em duas linhas estratégicas:

- ☒ Fortalecimento de políticas públicas;
- ☒ Fortalecimento do capital social.

Para contribuir com o fortalecimento de políticas públicas e do tecido social nos diferentes níveis do desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental); a Fundação Jari atua como agente facilitadora de oportunidades, por meio da articulação institucional público-privada; da capacitação e desenvolvimento de lideranças sociais; da qualificação profissional e empreendedorismo local; da geração de trabalho e renda; e da educação e mobilização social para a conservação da floresta.

Com a implementação dessas diferentes medidas, de maneira integrada, é possível influenciar mudanças de comportamento por parte das famílias e comunidades, com relação à superação da condição de pobreza e de violação dos seus direitos sociais, contribuindo, dessa forma, para a consolidação de políticas públicas nos três níveis do desenvolvimento sustentável, dando ênfase em:

1. Políticas de Defesa e Garantia de Direitos;
2. Políticas de Combate à Miséria e a Pobreza;
3. Políticas de Conservação dos Recursos Naturais.

Na área socioambiental, o trabalho voltado ao desenvolvimento socioeconômico e a sustentabilidade das comunidades, realizado pela Fundação Jari, no Vale do Jari, foi reconhecido como o melhor trabalho na categoria: âmbito municipal; na edição 2008



PROPOSTA - PEA/PEAT
UHE SANTO ANTÔNIO DO JARI



do Prêmio Brasil de Meio Ambiente, conferido pelo JB Ecológico / Editora JB – responsável pelo tradicional periódico fluminense Jornal do Brasil. O prêmio tem o objetivo de divulgar iniciativas realizadas em todo o território nacional em prol do meio ambiente, além de ampliar o debate sobre questões ambientais, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social.

Na área socioeconômica, a Fundação Jari desenvolve um Programa de Fomento de Negócios Agroflorestais Sustentáveis, voltado para o fortalecimento da agricultura familiar e do extrativismo sustentável com base na assistência técnica para o uso produtivo e responsável do solo e da floresta. Esse programa foi reconhecido e certificado em 2010, como Tecnologia Social através do Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social, desenvolvido pela FBB, BNDES, FFEM, UNESCO, KPMG e Ministério de Ciência e Tecnologia. O prêmio é atribuído às empresas e organizações da sociedade que tenham comprovada experiência no desenvolvimento de metodologias e ferramentas de gestão social eficientes, eficazes e inovadoras (Tecnologia Social), em termos de soluções para problemas sociais e ambientais da atualidade.

Por conta da atuação e resultados do programa de Negócios Agroflorestais, a Fundação Jari recebeu, também em 2010, o reconhecimento e o credenciamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA / INCRA, através do título de Entidade Prestadora de Serviço de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER no estado do Pará, de acordo com a Lei 12.188 de 11 de Janeiro de 2010, o Decreto nº 7.215 de 15 de Junho de 2010, a Portaria nº 35 de 16 de Junho de 2010 e baseado nas informações e documentos fornecidos pela entidade, junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER, com o Certificado de Credenciamento de ATER (Nº 1794/09-2011) e com validade até 29 de setembro de 2017, baseado nas informações e documentos fornecidos pela entidade supracitada.



PROPOSTA - PEA/PEAT UHE SANTO ANTÔNIO DO JARI



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
E DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL - DATER

CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO DE ATER

CREDENCIAMENTO Nº 1794/09-2011

Certificamos que o(a) FUNDAÇÃO JARI foi credenciada como prestadora de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater no estado do(e) Pará, de acordo com a Lei 12.188 de 11 de Janeiro de 2010, o Decreto nº 7.215 de 15 de Junho de 2010, a Portaria nº 35 de 16 de Junho de 2010 e baseado nas informações e documentos fornecidos pela entidade supra citada.

Pará, 15 de Dezembro de 2015.

Validade do credenciamento: 29 de Setembro de 2017.

ÁREAS DE GESTÃO ESTRATÉGICA DA FUNDAÇÃO JARI

Para dar conta da visão estratégica de sustentabilidade e atuação multidisciplinar e intersetorial correspondentes, o sistema de gestão da Fundação Jari está organizado em três áreas de gestão:

1. Desenvolvimento Social _ Fortalecimento do Capital Humano e Social:

Esta área de gestão tem foco em ações de educação para a promoção dos direitos humanos e do fortalecimento organizacional das comunidades participantes dos projetos; lançando mão de articulações institucionais para facilitar o acesso às políticas públicas, para a cidade, o campo e a floresta; atuando de forma integrada com os conselhos setoriais e de direitos e com os agentes públicos locais, de acordo com suas competências.

Além disso, essa área realiza formação continuada nas comunidades com base em metodologias participativas: GESPAR e DOP, disseminado de forma didática e interativa, instrumentos que proporcionam a construção coletiva do diagnóstico da realidade socioeconômica e ambiental de cada comunidade, a elaboração de um plano de desenvolvimento comunitário com definição de prioridades no campo dos direitos e necessidades das famílias, a indicação de ações concretas em resposta a essas demandas e a definição de papéis, responsabilidades e prazos entre os membros da comunidade, acompanhado da prática de avaliação e revisão periódica do referido plano.

2. Desenvolvimento econômico _ Fortalecimento do empreendedorismo e economia local:

Esta área de gestão está voltada para a análise e estruturação de cadeias produtivas com base no uso sustentável do solo e da floresta. Assume um papel fundamental na consecução dos objetivos do projeto, na medida em que estimula de forma planejada o desenvolvimento das vocações e potenciais produtivos das comunidades agrícolas e extrativistas, por meio da intenção do conhecimento técnico agroflorestal e os saberes tradicionais das comunidades, que por sua vez, assume também a responsabilidade de garantir por parte das famílias participantes, a aplicação desses conhecimentos em favor da recuperação de áreas alteradas e a conservação da floresta, bem como, da sua autossuficiência produtiva e qualidade de vida.

Além do serviço de ATER para a organização da produção agroextrativista, esta área de gestão também comporta o serviço de assessoramento técnico aos empreendimentos comunitários (associações e cooperativas) ligados às cadeias de valor agroflorestais. Na prática significa combinar: planejamento, produção e comercialização, permitindo que agroextrativistas e pequenos empreendedores tenham acesso a conhecimento e ferramentas adaptados à prática gerencial e comercial nas suas propriedades, assimilando boas práticas de gestão sustentável, por meio do incentivo a inovação e agregação de valor aos produtos regionais, priorizando culturas agroflorestais que tenham garantia de mercado de forma integrada com os sistemas de produção tradicionais complementares à segurança alimentar e nutricional das famílias.

3. Desenvolvimento ambiental _ Educação e conservação dos recursos naturais:

Nessa área de gestão, a atuação é por meio da formação continuada em educação ambiental nas comunidades participantes do projeto, realizando ações de sensibilização e mobilização de lideranças comunitárias para a coleta e destinação adequada do lixo. A educação para os cuidados com a higiene e saúde das pessoas e do meio ambiente, e a capacitação para a defesa e conservação dos recursos naturais, incluindo desde o conhecimento dos aspectos e instrumentos da legislação



PROPOSTA - PEA/PEAT
UHE SANTO ANTÔNIO DO JARI



ambiental até a identificação, denúncia de situações de exploração ilegal aos órgãos oficiais, formando lideranças comunitárias como: Agentes Socioambientais.

Além desse trabalho de formação e mobilização social em defesa da floresta, a equipe também se ocupa da tarefa de aplicar formas de monitoramento, registro e análise de dados e informações sobre os percentuais de área utilizada para a agricultura; de recuperação de áreas degradadas e de conservação das Reservas Legais (RL's) e Áreas de Preservação Permanente (APP's) das propriedades rurais, contribuindo também para a redução da pressão ambiental que estas comunidades exercem sobre as Unidades de Conservação (UC's) existentes na região.

IV. JUSTIFICATIVA

Segundo o diagnóstico socioeconômico e ambiental, desenvolvido pela ICCO e BOP Innovation Center e a Fundação Jari, no ano de 2010, no Vale do Jari, a renda média das famílias de produtores agroextrativistas da região gira em torno de R\$ 563,00 (quinhentos e sessenta e três reais) ao mês, considerando toda a população rural da região, sendo as mais baixas no lado do estado do Pará (área rural de Almeirim) com média de R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais) e mais altas no Amapá (Laranjal do Jari e Vitória do Jari), em média R\$ 662,00 (seiscentos e sessenta e dois reais). Essa diferença se explica pela maior abrangência dos programas de transferência de renda dos governos federal e estadual no lado amapaense da região.

Por ser tratar de produção familiar agroextrativista, vale lembrar que a renda mensal está condicionada as sazonalidades dos períodos de safra e entressafra das diferentes culturas produzidas; às oscilações de preços praticados pelo mercado local dos produtos agrícolas e extrativistas, entre outros fatores, com destaque para a renda nos meses de março a junho normalmente mais elevadas, revelando a importância da comercialização da castanha-do-pará.

Foi observado também, que os domicílios rurais extremamente pobres do Vale do Jari, apresentam grande dependência em relação aos programas de transferência

de renda. Tudo indica que esses programas não são suficientes para retirar as pessoas da condição de pobreza. A partir dos depoimentos de lideranças locais consultadas nos estudos realizados pelo MDA, na região, acredita-se que a influência de uma cultura local de dependência das populações de baixa renda em relação às políticas institucionais de cunho assistencialista, se deve, entre outros aspectos, ao processo histórico de formação do estado do Amapá, ainda muito recente quando comparado à institucionalização dos demais estados brasileiros, por sua condição anterior de território nacional totalmente dependente da União, o que teria influenciado na consolidação de uma cultura política paternalista ainda muito evidente no comportamento de boa parte da população local e, até mesmo, na atuação de determinadas instituições públicas, privadas e sociais do estado.

Em comparação com a intensidade das atividades florestais, industriais e comerciais presentes na região do Vale do Jari, em função da atuação de grandes empresas ligadas aos setores de produção florestal, mineração, geração de energia e construção civil, o setor produtivo rural ainda é incipiente em termos de produção, organização e mercado, com características que não fogem ao conceito de economia de subsistência. Observa-se, portanto a existência de um fosso entre a demanda de consumo de produtos de base agroextrativista e a capacidade de oferta desses produtos por parte dos agricultores e extrativistas da região, fato que leva as instituições e o empresariado local a assimilar a grande maioria desses produtos fora do mercado local - regional.

Tal situação dificulta o desenvolvimento das cadeias produtivas locais, afetando, sobretudo produtores e consumidores; os primeiros pela dificuldade de acesso à qualificação, tecnologia e ferramentas de gestão, necessárias ao fortalecimento de sua capacidade de oferta no setor produtivo; o segundo, pelos altos custos agregados aos produtos básicos advindos do mercado externo ao território, em função das implicações logísticas, tributárias e de mercado decorrentes da disponibilização desses produtos para a região, superestimando o valor econômico dos mesmos em relação à renda per capita da população do Vale do Jari,



**PROPOSTA - PEA/PEAT
UHE SANTO ANTÔNIO DO JARI**



afetando, sobretudo a qualidade de vida das famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica.

A superação desse quadro de distanciamento entre as demandas do mercado local e a capacidade de oferta dos produtores rurais da região, passa necessariamente por um processo de formação e ORGANIZAÇÃO social e comunitária, integrado a estratégias de estruturação e GESTÃO de cadeias de valor com base na vocação e potencial agrícola e extrativista da região, dentro de um escopo de ação que considere como princípio máximo e finalidade incondicional a CONSERVAÇÃO e uso responsável dos recursos naturais.

Em pleno século XXI, torna-se necessário e estratégico para o desenvolvimento da economia e sociedade local, a geração de oportunidades de educação, trabalho e renda, pela via do desenvolvimento local e empreendedorismo rural em bases tecnológicas conservacionistas.

Em síntese, considerando:

- O avanço da agricultura itinerante e da atividade madeireira ilegal e outras atividades predatórias na direção dos municípios do oeste do Pará e Sul estado do Amapá.
- A demanda de fortalecimento e inovação da produção familiar agroextrativista;
- A ausência de uma cultura empreendedora e sustentável no campo e floresta;
- A carência de políticas de ATER voltadas à produção e gestão de sistemas agroflorestais e de manejo sustentável de produtos madeireiros e não madeireiros;
- O crescente apelo da sociedade e mercados mundial em torno da chamada economia verde e do mercado justo e solidário;

Verifica-se, portanto, a necessidade de desenvolver no Vale do Jari, espaços e instrumentos capazes de combinar organização, produção e mercado para os

povos da floresta, a fim de que sejam capazes de produzir e comercializar de forma economicamente viável, humanamente respeitável e ambientalmente responsável, conquistando sua auto sustentação e qualidade de vida no campo, evitando o êxodo rural e tornando-se aliados das políticas de defesa e conservação da floresta contra o desmatamento e a exploração ilegal dos recursos naturais.

V. OBJETIVO GERAL

Promover educação socioambiental de trabalhadores e comunidades, criando condições para o aumento da participação e controle social na gestão ambiental do empreendimento, e para a melhoria da qualidade de vidas das famílias através do incentivo ao uso sustentável do solo e da floresta visando geração de trabalho e renda, segurança alimentar e saneamento ambiental.

VI. OBJETIVO ESPECÍFICO

Disseminar a educação ambiental nos trabalhadores do empreendimento e nas comunidades do entorno do empreendimento visando, a melhoria dos aspectos ambientais da qualidade de vida.

VII. METODOLOGIA

A metodologia através da qual o plano de trabalho vai ser desenvolvido, tem início com a devolução do diagnóstico participativo aos trabalhadores do empreendimento e comunidades do entorno, seguido da apresentação do programa aos trabalhadores e comunidades, esclarecendo seus objetivos e metas e responsabilidades, dos colaboradores da usina, das famílias participantes e parceiros diretos e indiretos, envolvidos no PEA e PEAT.

Educação Socioambiental

- Palestras de educação socioambiental;
- Campanhas de educação socioambiental, com Brechó Ambiental.

As atividades de palestras e campanhas, do PEA e PEAT, priorizarão no desenvolvimento das atividades de educação socioambiental, os seguintes conteúdos:

- **Água:** Bacias hidrográficas, proteção dos mananciais, poluição das águas, consumo consciente, racionalização do uso, melhoria da qualidade da água, ecossistema hídrico, apoio ao período de defeso;
- **Riscos Ambientais:** Inundações e enchentes, desmatamento, erosão do solo, contaminação de solo e água;
- **Formação Cidadã:** Saúde e cidadania, segurança alimentar, cooperativismo e associativismo, educação patrimonial e preservação da memória, doenças prevalentes na região, valorização das vocações locais para o incremento da economia, pagamento de compensação financeira;
- **Ocupação e uso do solo:** Vegetação natural, urbanização, agricultura e extrativismo;
- **Recuperação e Preservação Ambiental:** Convivência com Unidades de Conservação reserva legal, plantios e recomposição da mata ciliar, biodiversidade, tráfico de animais, caça e pesca predatória, segurança dos animais em vias trafegáveis, orientação sobre os impactos da introdução indevida de espécies exóticas e alóctones nos ambientes aquáticos, necessidade da preservação de espécies raras e ameaçadas, importância da proteção de área de preservação permanente – APP no entorno de reservatórios, nascentes e cursos d'água;

- **Saneamento Ambiental:** Sistema de saneamento, destinação do lixo, doméstico, destinação de resíduos perigosos, coleta seletiva e reciclagem, redução de resíduos sólidos;
- **Sociedades Sustentáveis:** Agroecologia e manejo sustentável, alternativas e práticas sustentáveis, consumo consciente, economia solidária, arborização urbana, conhecimento tradicional.

VIII. METAS

META 1.1 – 20 Palestras de educação socioambiental

PALESTRAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA PRODUTORES AGROEXTRATIVISTAS E TRABALHADORES DO EMPREENDIMENTO						
DISCRIMINAÇÃO DAS AÇÕES	UHE	PADARIA	SÃO JOSÉ	SANTO ANTÔNIO	IRATAPURU	TOTAL
USO CONSCIENTE DA ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL	01	01	01	01	01	05
RISCOS AMBIENTAIS E OCUPAÇÃO E USO DO SOLO	01	01	01	01	01	05
FORMAÇÃO CIDADÃ E SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS	01	01	01	01	01	05
RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	01	01	01	01	01	05
Nº de palestras	04	04	04	04	04	20

META 1.2 – 4 Campanhas de educação socioambiental

CAMPANHAS EDUCATIVAS PARA PRODUTORES AGROEXTRATIVISTAS E TRABALHADORES DO EMPREENDIMENTO						
DISCRIMINAÇÃO DAS AÇÕES	UHE	PADARIA	SÃO JOSÉ	SANTO ANTÔNIO	IRATAPURU	TOTAL
DIA MUNDIAL DA ÁGUA	-	-	-	-	01	01
DIA DO MEIO AMBIENTE	-	-	-	01	-	01
DIA DA ÁRVORE	-	-	01	-	-	01
DIA DA FLORESTA	-	01	-	-	-	01
Nº de campanhas	-	01	01	01	01	04



**PROPOSTA - PEA/PEAT
UHE SANTO ANTÔNIO DO JARI**



IX. MATRIZ DE AVALIAÇÃO

MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DO PROJETO			
OBJETIVO	INDICADORES ANUAIS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PERÍODO DE VERIFICAÇÃO DOS MEIOS
1ª - META - 20 PALESTRAS EDUCATIVAS REALIZADAS	400 ADULTOS E JOVENS ESTUDANTES RURAIS PARTICIPANTES E INFORMADOS SOBRE O CONTEÚDO ABORDADO	1) FICHA DE REGISTRO; 2) RELATÓRIO TRIMESTRAL; 3) REGISTRO FOTOGRÁFICO; 4) LISTA DE FREQUÊNCIA.	NO FINAL DE CADA PALESTRA REALIZADA
2ª - META - 4 CAMPANHAS EDUCATIVAS REALIZADAS	400 ADULTOS E JOVENS ESTUDANTES RURAIS PARTICIPANTES E INFORMADOS SOBRE O CONTEÚDO ABORDADO	1) FICHA DE REGISTRO; 2) RELATÓRIO TRIMESTRAL; 3) REGISTRO FOTOGRÁFICO; 4) LISTA DE FREQUÊNCIA.	NO FINAL DE CADA CAMPANHA REALIZADA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1595 - 1596
www.ibama.gov.br



OF 02001.008986/2016-57 COHID/IBAMA

Brasília, 12 de agosto de 2016.

À Senhora
Márcia Roig Sperb
Responsável da Ece Participações S/A
R. Gomes de Carvalho, 1.996, 10º andar, sala 3, Vila Olímpia
SÃO PAULO - SÃO PAULO
CEP.: 04547006

Assunto: **Análise do 4º Relatório Semestral de Monitoramento dos Programas Ambientais e das Condicionantes da LO 1233/2014 da UHE Santo Antônio do Jari.**

Senhora Responsável,

1. Em atenção ao Processo de Licenciamento Ambiental da UHE Santo Antônio do Jari, encaminhado, em anexo, o Parecer 02001.002906/2016-50 e o Parecer 02001.002942/2016-13, para conhecimento e atendimento das determinações exaradas nos respectivos documentos.

Atenciosamente,


TELMA BENTO DE MOURA
Chefe da COHID/IBAMA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



PAR. 02001.003097/2016-01 COHID/IBAMA

Assunto: Análise da solicitação de retificação da ACCTMB nº 063/2012 - Programa de Monitoramento de Ictiofauna da UHE Santo Antônio do Jari.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

REFERENCIA: CT 02001.013753/2016-76/

Ementa: Análise da solicitação de retificação da Autorização para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico, ACCTMB nº 063/2012, para execução do Programa de Monitoramento da Ictiofauna na Área de Influência da UHE Santo Antônio do Jari, processo nº 02001.000337/2008-06.

1. INTRODUÇÃO

O presente Parecer tem por objetivo avaliar a solicitação de retificação da Autorização para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico - ACCTMB nº 063/2012, para execução do Programa de Monitoramento da Ictiofauna na Área de Influência da UHE Santo Antônio do Jari, processo nº 02001.000337/2008-06, solicitado por ECE Participações S.A. mediante o documento CT-GMA-48/16, registrado no DOCIBAMA através do protocolo nº 02001.013753/2016-76.

O empreendimento está localizado na divisa dos estados do Pará e Amapá. O eixo do barramento localiza-se no rio Jari, entre os municípios de Almeirim (PA) e Laranjal do Jari (AP). A usina tem capacidade instalada total de 392,95 MW e é composta por duas casas de força: (i) casa de força principal, com 3 unidades geradoras do tipo Kaplan de eixo vertical totalizando 389,55 MW; e (ii) casa de força complementar com 1 unidade geradora do tipo Kaplan de eixo horizontal de 3,4 MW de potência. A usina possui a Licença de Operação nº 1233/2014, expedida em 13 de maio de 2014, tendo sido retificada em 09 de março de 2015, com validade de 04 anos, até 09 de março de 2019. A ACCTMB nº 063/2012, originalmente foi expedida em 04 de abril de 2012, renovada em 30 de abril de 2014, tendo sido retificada em 19 de agosto de 2014, com validade de 02 anos, até 30 de abril de 2016. Posteriormente a autorização foi renovada em 20 de abril de 2016, com validade até 30 de abril de 2018.

Para subsidiar a análise da solicitação de retificação, a empresa encaminhou cópia da carta de aceite de material biológico, emitida pelo Instituto de Pesquisas Científicas do Estado do Amapá - IEPA; a ART vigente do coordenador responsável pelas atividades; currículo, declarações de aptidão e certificado de regularidade do Cadastro Técnico Federal dos profissionais executores das atividades, assim como do coordenador

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



responsável e da empresa consultora.

2. ANÁLISE

A análise da presente solicitação se dará a partir da Instrução Normativa nº146/2007, de 10 de janeiro de 2007, do IBAMA, que estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna, sujeitas ao licenciamento ambiental, como definido pela Lei nº 6.938/81, pelas Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97 e Lei Complementar nº140/2011.

Como se trata de solicitação referente ao monitoramento de empreendimento hidrelétrico licenciado pelo IBAMA, a Portaria IBAMA nº 12/2011, de 05 de agosto de 2011, remeteu à Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC/IBAMA, a competência de emitir estas autorizações. Dessa forma, o presente parecer procederá a avaliação da solicitação de renovação da autorização de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo documento "*Procedimentos para Emissão de Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico no âmbito do Processo de Licenciamento Ambiental*" elaborado pela DILIC/IBAMA.

2.1. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

2.1.1. Identificação dos dados do empreendedor e da empresa de consultoria.

Atendido parcialmente.

Apesar das informações do empreendedor não terem sido apresentadas conforme solicitado pelo documento "*Procedimentos para Emissão de Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico no âmbito do Processo de Licenciamento Ambiental*", a informações da empresa consultora foram apresentadas corretamente.

Por se tratar de uma retificação de autorização, em consulta ao Sistema SICAFI/IBAMA, Sistema SISLIC/IBAMA e processo licenciatório, foi possível extrair as informações faltantes necessárias para a análise.

2.1.2. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do coordenador geral e/ou coordenador de área do Programa de Monitoramento, quando couber.

Atendido.

Foi encaminhada cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART nº 2016/00755, expedida pelo Conselho Regional de Biologia - 6ª Região, para o biólogo Gustavo Ribeiro Aloísio, coordenador responsável pela execução das atividades previstas no programa.

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



2.1.3. Declaração individual de aptidão e experiência para execução das atividades propostas, contendo link do Currículo Lattes, CPF e CTF (Cadastro Técnico Federal) atualizado e sem pendências dos profissionais responsáveis pelo trabalho em campo ou pela identificação taxonômica e dos coordenadores;

Atendido.

Foram encaminhadas as informações necessárias para a análise - registros do Cadastro Técnico Federal (CTF), validade do Certificado de Regularidade do CTF, declarações de aptidão profissional, certidão de regularidade junto ao conselho de classe ou cópia das carteiras profissionais, de todos os profissionais responsáveis pela execução das atividades do programa de monitoramento.

De acordo com a carta CT-GMA 48/2016, a equipe técnica responsável pela execução do monitoramento de Ictiofauna da UHE Santo Antônio do Jari é composta pelos seguintes profissionais:

NOME	CPF	REGISTRO PROFISSIONAL	CTF
Anna Carolina Nascimento Moreira	011.136.651-81	CRQ 12402566	5847859
Aristides Ferreira Sobrinho	919.059.823-72	CREA-AP 031128582-1	1851827
Gustavo Ribeiro Aloísio (coordenador)	884.289.231-91	CRBio 30565/04-D	1864653
Leonardo Silva de Paula	019.429.671-79	CRMV 05526	5536129
Marianny Aparecida de Oliveira Feliciano	035.211.101-17	CRBio 104279/04-P	6486949

Ressalta-se a obrigatoriedade de todos os membros da equipe possuírem Certificados de Regularidade válidos durante todo o período de realização das atividades referente à Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico em questão.

2.1.4. Carta(s) de aceite original(is) ou autenticada(s) da(s) instituição(ões) que receberá(ão) material biológico coletado, com identificação do(s) grupo(s) taxonômico (s) que poderá(ao) ser recebido(s) e orientações quanto aos métodos de fixação e conservação de forma a garantir a viabilidade e utilização do material coletado;

Atendido.

Foi apresentada carta de aceite de material biológico expedida pelo Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA.

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



Ressalta-se que o empreendedor deverá encaminhar, junto aos relatórios do monitoramento, carta da instituição receptora atestando o recebimento de material biológico, indicando a espécie, quantidade por espécie, número do tombo e a data de recebimento.

2.2. ANÁLISE DO PLANO DE TRABALHO

O plano de trabalho do Programa de Monitoramento da Ictiofauna na Área de Influência da UHE Santo Antônio do Jari foi avaliado pelo Parecer Técnico nº 44/2011. A expedição da ACCTMB nº 063/2012 foi subsidiada pela Nota Técnica nº 32/2012. Também foram emitidos os Pareceres nº 1577/2014 e 3275/2014, referentes à Renovação e Retificação da ACTMB nº 063/2012, respectivamente.

Em que pese a Carta CT-GMA 48/2016 apresentar um plano de trabalho, o documento indica que *"a metodologia para amostragem da ictiofauna será a mesma utilizada pela equipe de estudo anterior seguindo as instruções para o atendimento das condicionantes 2.2 e 2.9 da LO 1233/2014 do IBAMA"*.

Desta forma, se tratando de retificação da autorização, não deverá ter alteração de metodologia, não cabendo nova análise de plano de trabalho.

Ressalta-se que os relatórios semestrais de acompanhamento do programa de monitoramento referente a esta autorização deverão seguir as orientações já indicadas nos Pareceres 02001.004593/2015-93 e 02001.002906/2016-50.

3. CONCLUSÃO

Com base nas consultas realizadas, conclui-se que não há óbices para a emissão de Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico para as atividades de Monitoramento Ictiofauna na Área de Influência da UHE Santo Antônio do Jari, contanto que sejam cumpridas as seguintes condicionantes:

1. Enviar ao IBAMA, no prazo de 30 dias, cronograma atualizado, com a previsão de execução das atividades previstas no programa.
2. Esta autorização somente é válida para transporte de animais e/ou material devidamente identificados.
3. Esta Autorização não permite a captura exemplares de peixes além das áreas de influência do empreendimento UHE Santo Antônio do Jari.
4. A coordenação do projeto deverá enviar relatórios periódicos semestrais inseridos nos relatórios de acompanhamento do PBA. Estes relatórios devem seguir as orientações indicadas nos Pareceres 02001.004593/2015-93 e 02001.002906/2016-50.
5. Os relatórios deverão ser rubricados e assinados pelo coordenador do projeto. Deverá, ainda, ser assinada pelo coordenador e encaminhada em anexo a cada relatório, declaração de responsabilidade pelo conteúdo destes.

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



6. Animais exóticos (cuja distribuição geográfica não inclui a bacia hidrográfica de ocorrência natural da espécie), capturados não devem ser reintroduzidos. Deve ser apresentada destinação adequada para esses animais.
7. Qualquer alteração na equipe ou metodologia deve ser comunicada ao IBAMA para avaliação.

Por se tratar de uma retificação, sugere-se que a validade da autorização ora em análise, seja estabelecida pelos 24 meses originalmente concedidos, ou seja, 30 de abril de 2018.

Por fim, sugere-se que seja dada ciência ao empreendedor quanto ao conteúdo deste Parecer.

Brasília, 09 de agosto de 2016

Regis Fontana Pinto

Analista Ambiental da COHID/IBAMA

de acordo,

A Dile,

*Para providências de emissão dos
LACC TMB, assim encaminhado a minuta
de LACC TMB nº 63/2012 - 2ª Retificação / 2ª Renovação
e o parecer para conhecimento.*

13.08.2016

A Dile,

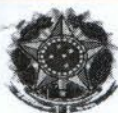
*de acordo, por providências
cabíveis.*

*Claudia Jeanine da Silva Barros
Coordenadora de E. Elétrica Nuclear e Dutos
COEN/IGENE/DILIC/IBAMA
15.08.16*

*Adilson Moura
Chefe de Unidade Avançada
COHID/IGENE/DILIC/IBAMA*

EM BRANCO

Handwritten signature and stamp at the bottom right corner.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL



AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA
Nº 02001.000337/2008-06

AUTORIZAÇÃO Nº 063/2012
2ª RETIFICAÇÃO / 2ª RENOVAÇÃO

VALIDADE:
ATÉ 30/04/2018

ATIVIDADE ☐ LEVANTAMENTO ☒ MONITORAMENTO ☐ RESGATE/SALVAMENTO
TIPO ☐ BIOTA TERRESTRE ☒ BIOTA AQUÁTICA ☐ BIOTA SEMI-AQUÁTICA

EMPREENHIMENTO: UHE Santo Antônio do Jari

EMPREENDEDOR: ECE Participações S.A.

CNPJ: 09.333.996/0001-21

CTF: 3631900

ENDEREÇO: Rua Gomes de Carvalho, 1996 – 7º andar – Vila Olímpia – São Paulo/SP CEP 04.547-006

CONSULTORIA RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE: Ambiental - Consultoria, Estudos e Projetos LTDA

CNPJ/CPF: 06.696.411/0001-40

CTF: 2184743

ENDEREÇO: Rua 118-A, nº 69, Quadra F-37, Lote 05 – Setor Sul – Goiânia/GO CEP 74.085-390

COORDENADOR(A) DAS ATIVIDADES: Gustavo Ribeiro Aloísio

CPF: 884.289.231-91

CTF: 1864653

ART: 2016/00755 – 6ª região

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE: Programa de Monitoramento da Ictiofauna na Área de Influência do UHE Santo Antônio do Jari no rio Jari, na divisa dos Estados do Amapá e do Pará, compreendendo campanhas trimestrais de campo em 16 (dezesesseis) estações de coleta distribuídas no rio Jari e em alguns de seus tributários. Serão utilizadas redes de arrasto, picarés, tarrafas, puças, covos, peneiras, redes de espera, redes de cerco, anzóis de galho, espinhéis e redes de ictioplâncton equipadas com fluxômetro. O material coletado será devidamente acondicionado e fixado e levado para as devidas análises em laboratório.

ÁREAS DA ATIVIDADE: As dezesseis estações de coleta são divididas em cinco estações no rio Jari a montante do empreendimento (1-próximo à cachoeira de Itapeuara, 2-próximo ao Igarapé Carrapatinho, 3-entre o rio Iratapuru e o rio Piunquara, 4-logo a montante da cachoeira de Santo Antônio e 5-braço do rio Jari, bem a montante da cachoeira de Santo Antônio); quatro estações no rio a jusante do empreendimento (1-no TVR, no braço esquerdo do rio Jari, em frente à comunidade de Santo Antônio, 2-no TVR, no braço direito do rio Jari, 3-a jusante do TVR, antes da foz do rio Pacanari e 4-a jusante do cemitério, em frente à comunidade de São José), quatro estações nos tributários do Jari a montante do empreendimento (1-no rio Iratapuru; jusante da vila de Iratapuru, 2-no rio Iratapuru; montante da vila de Iratapuru, 3-no Rio Piunquara, margem esquerda do rio Jari e 4-no Rio Traíra- acesso pela estrada) e em três estações em rios tributários a jusante do rio Jari (1-rio Pacanari; acesso pela estrada, 2-rio Carucarú, próximo da Vila Santa Maria e 3-igarapé Arapiranga, próximo ao Porto do Figueira).

PETRECHOS: Serão utilizadas redes de arrasto tipo *trawl net* (malha de 5mm entre nós) picarés (malhas de 25 a 50 mm), tarrafas (malhas de 40 a 80mm entre nós), puças (malha de 1mm) peneiras (malhas 0,2mm), redes de espera (malhas de 15 a 80mm entre nós), redes de cerco (malha de 0,2 mm entre nós) redes de ictioplâncton (malhas de 350um com fluxômetro e copo coletor) anzóis de galho e espinhéis de diferentes tamanhos (5/0, 7/0 e 10/0) e tipos de isca.

DESTINAÇÃO DO MATERIAL: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA.

AS CONDICIONANTES DESTA AUTORIZAÇÃO ESTÃO LISTADAS NA(S) FOLHA(S) EM ANEXO.

LOCAL E DATA DE EMISSÃO:
Brasília,

16 AGO 2016

AUTORIDADE EXPEDIDORA (ASSINATURA E CARIMBO):

Rose M. Hofmann
Rose Mirian Hofmann
Diretora de Licenciamento Ambiental
DILIC/IBAMA



AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA
Nº 02001.000337/2008-06

AUTORIZAÇÃO Nº 063/2012
2ª RETIFICAÇÃO / 2ª RENOVAÇÃO

VALIDADE:
ATÉ 30/04/2018

ESTA AUTORIZAÇÃO NÃO PERMITE

1. Captura/coleta/transporte/soltura de espécies em área particular sem o consentimento do proprietário;
2. Captura/coleta/transporte/soltura de espécies em unidades de conservação federais, estaduais, distritais ou municipais, salvo quando acompanhadas da anuência do órgão administrador competente;
3. Transporte de animais vivos fora da área do empreendimento, exceto no trajeto até as áreas de soltura autorizadas. A solicitação, análise e emissão de autorizações para transporte de fauna impossibilitada de soltura deverá se dar no âmbito das superintendências do Ibama, preferencialmente do estado de origem do animal resgatado, conforme Portaria Ibama nº 12, de 05/08/2011;
4. Coleta de espécies listadas na IUCN, Portaria MMA nº 445/2014 e nas listas oficiais dos estados de AP e PA, exceto de espécimes que morrerem no processo de amostragem, os quais devem ser identificados e listados para o Ibama nos relatórios e encaminhados às Instituições Depositárias, caso haja condições de aproveitamento científico do material;
5. Coleta de material biológico por técnicos não listados nesta autorização;
6. Exportação de material biológico;
7. Acesso ao patrimônio genético, nos termos da regulamentação constante na medida provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001.

Observação: As Autorizações obtidas por meio do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) não podem ser utilizadas para a captura e/ou coleta de material biológico referente ao processo de licenciamento ambiental de empreendimentos.

NOME	EQUIPE TÉCNICA:		
	CPF	REGISTRO PROFISSIONAL	CTF
Anna Carolina Nascimento Moreira	011.136.651-81	CRQ 12402566	5847859
Aristides Ferreira Sobrinho	919.059.823-72	CREA-AP 031128582-1	1851827
Gustavo Ribeiro Aloísio (coordenador)	884.289.231-91	CRBio 30565/04-D	1864653
Leonardo Silva de Paula	019.429.671-79	CRMV 05526	5536129
Marianny Aparecida de Oliveira Feliciano	035.211.101-17	CRBio 104279/04-P	6486949

CONDICIONANTES

1 Condicionantes Gerais:

- 1.1. Válida somente sem emendas e/ou rasuras;
- 1.2. O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, bem como suspender ou cancelar esta autorização caso ocorra:
 - a) violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - b) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da autorização;
 - c) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
- 1.3. A ocorrência de situações descritas nos itens "1.2.a)" e "1.2.b)" acima sujeita os responsáveis, incluindo toda a equipe técnica, à aplicação de sanções previstas na legislação pertinente;
- 1.4. O pedido de renovação, caso necessário, deverá ser protocolado 30 (trinta) dias antes de expirar o prazo de validade desta autorização.
- 1.5. Todos os profissionais constantes na Autorização devem manter-se sem pendências no CTF durante todo o período de vigência desta. Todas as atividades devem ser realizadas por equipe composta por pelo menos 1 (um) profissional constante nesta Autorização;
- 1.6. Os Relatórios de atividades, com periodicidade definida no PBA, devem conter as Cartas de recebimento das Instituições Depositárias, originais ou autenticadas contendo a quantidade de espécimes recebidos, o número de registro em campo de cada indivíduo e sua espécie. Em até 120 (cento e vinte) dias contados do final do prazo de validade desta autorização, apresentar listagem emitida pelas instituições receptoras contendo o número de identificação em campo de cada indivíduo associado ao seu número de tombamento na coleção, para todos os animais depositados. Este prazo poderá ser prorrogado mediante justificativa a ser analisada pelo Ibama.



AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA
Nº 02001.000337/2008-06

AUTORIZAÇÃO Nº 063/2012
2ª RETIFICAÇÃO / 2ª RENOVAÇÃO

VALIDADE:
ATÉ 30/04/2018

2. Condicionantes Específicas:

- 2.1. Enviar ao IBAMA, no prazo de 30 dias, cronograma atualizado, com previsão de execução das atividades previstas no programa;
- 2.2. Esta autorização somente é válida para transporte de animais e/ou material devidamente identificados;
- 2.3. Esta Autorização não permite a captura exemplares de material biológico além das áreas de influência do empreendimento UHE Santo Antônio do Jari;
- 2.4. A coordenação do projeto deverá enviar relatórios periódicos semestrais inseridos nos relatórios de acompanhamento do PBA. Estes relatórios devem seguir as orientações indicadas nos Pareceres 02001.004593/2015-93 e 02001.002906/2016-50;
- 2.5. Os relatórios deverão ser rubricados e assinados pelo coordenador do projeto. Deverá, ainda, ser encaminhada em anexo a cada relatório, declaração de responsabilidade pelo conteúdo deste, assinada pelo coordenador;
- 2.6. Animais exóticos (cuja distribuição geográfica não inclui a bacia hidrográfica de ocorrência natural da espécie), capturados não devem ser reintroduzidos. Deve ser apresentada destinação adequada para esses animais;
- 2.7. Qualquer alteração na equipe ou metodologia deve ser comunicada ao IBAMA para avaliação.

EM BRANCO

MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO	
Documento - Tipo: <i>Carta</i>	
Nº. 02001.015 <i>494</i> /2016- <i>18</i>	
Recebido em: 23/8/2016	
<i>Samuele</i>	
Assinatura	



IBAMA

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Dra. Telma Bento de Moura

MD. Chefe da COHID/IBAMA

SCEN - Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA - Bloco A - Cx. Postal nº 09566

Brasília/DF

CEP.: 70.800-200

DIGITALIZADO NO IBAMA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
Processo	Ofício nº	CT-GMA- 55/16	22 / 8 / 16
02001.000337/2008-06	02001.003884/2015-64		
	COHID/IBAMA		

Assunto: UHE Santo Antônio do Jari

Licença de Operação nº 1233/2014 (1º Retificação) - Condicionantes nº 2.2 e 2.25

Solicitação de Alteração na Autorização nº 451/2014 (1º Renovação)

Prezada Senhora,

A ECE Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09.333.993/0001-21, titular da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, vem, por meio desta, informar que será alterada a empresa responsável por realizar o Monitoramento da Fauna Terrestre e Mamíferos Aquáticos e Semiaquáticos nas áreas de influência da usina, por motivo de encerramento do contrato.

Por esta razão, solicitamos a substituição da empresa responsável descrita na Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 451/2014 (1º Renovação), válida até 31 de dezembro de 2016, pela empresa **SETE SOLUÇÕES E TECNOLOGIA AMBIENTAL**, que dará continuidade a este monitoramento até o mês de maio de 2018.

Assim, nos Anexos I a VI, consta a documentação necessária para a atualização dos novos responsáveis por estas atividades.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

**ECE Participações**
Márcia Roig Sperb**Anexos:****Anexo I:** Carta de Aceite de Material Biológico**Anexo II:** Currículo Lattes da equipe técnica responsável**Anexo III:** Plano de Trabalho**Anexo IV:** Declaração de Aptidão e Experiência Individual; CTF e CRBio da equipe técnica responsável**Anexo V:** Documentação do coordenador responsável**Anexo VI:** Informações da empresa contratada**ECE Participações S/A**

Sede: Rua Gomes de Carvalho, 1.996, 10º andar, sala 3, Vila Olímpia - CEP 04547-006 - São Paulo/SP - Brasil

Filial 1: Marginal Esquerda do Rio Jari, Coordenadas: UTM - SAD 69 Fuso 22 - S/N - Interior- 68920-000 - Laranjal do Jari - AP Brasil

Filial 2: Rua Rio do Jari, 1152 - Agreste - 68920-000 - Laranjal do Jari - AP Brasil - T: 55 96 3621 1334

www.energiasdobrasil.com.br

Analista Juliana,

Para proceder a análise
do pedido de ratificação
da ACC TMB.

29.08.2016

Teina Bento de Moura
Chefe de Unidade Avançada
COHID/CGENE/DILIC/BAMA
Port. 1.054

A Coordenação,

DEVOLVEMOS A DEMANDA ACOMPANHADA
DO PARECER 02001.003396/2016-38
E 3 VIAS DA AUTORIZAÇÃO PARA
ASSINATURA. SUGERIMOS ENCAMINHAR
4 DEMANDAS AO TRP PARA
ANEXAÇÃO AO PROCESSO. FRISO
QUE A DEMANDA NÃO HAVIA SIDO
MOVIMENTADA NO SISTEMA.

em 06/09/2016

Régis Fontana Pinto
Analista Ambiental - Matr. 1512287

Ab TRP Luiz,

Para instrução proces-
sual.

06.09.2016

Teina Bento de Moura
Chefe de Unidade Avançada
COHID/CGENE/DILIC/BAMA
Port. 1.054

IBAMA

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

Dra. Telma Bento de Moura

Chefe da COHID/IBAMA

SCEN - Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA Bloco A - Cx. Postal nº 09566

Brasília/DF

CEP: 70.800-200



Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
Processo		CT-GMA- 57/16	29 / 8 / 16
02001.000337/2008-06			

Assunto: UHE Santo Antônio do Jari

Licença de Operação nº 1233/2014 - 1ª Retificação - Condicionante nº 2.2

Programa de Supressão da Vegetação - Escoamento do Material Lenhoso

Prezada Senhora,

A ECE Participações S.A., inscrita sob o CNPJ nº 09.333.996/0001-21, titular da concessão da UHE Santo Antônio do Jari, em atenção à condicionante nº 2.2 da Licença de Operação nº 1233/2014 - 1ª Retificação, especificamente ao Programa de Supressão Vegetal, no que diz respeito à destinação do material lenhoso, vem, por meio desta, solicitar a Renovação da Autorização de Supressão Vegetal - ASV nº 566/2011, pelo prazo de 365 dias, para que seja possível a emissão da respectiva AUMPF pela Superintendência do IBAMA no Estado do Amapá. Este prazo extenso visa evitar uma nova necessidade de renovação.

Destaca-se que a exigência desta renovação foi informada pela Superintendência do IBAMA no Estado do Amapá, a partir do Ofício nº 02004.000731/2016-16 GABIN/AP/IBAMA, cuja cópia segue em anexo.

Atenciosamente,



ECE PARTICIPAÇÕES S.A.

Márcia Roig Sperb
CPF: 801.533.050-53**Anexo:** Cópia do Ofício nº 02004.000731/2016-16 GABIN/AP/IBAMA, recebido em 04/08/2016.**ECE Participações S/A**

Sede: Rua Gomes de Carvalho, 1.996, 10º andar, sala 3, Vila Olímpia - CEP 04547-006 - São Paulo/SP - Brasil

Filial 1: Marginal Esquerda do Rio Jari, Coordenadas: UTM - SAD 69 Fuso 22 - S/N - Interior- 68920-000 - Laranjal do Jari - AP Brasil

Filial 2: Rua Rio do Jari, 1152 - Agreste - 68920-000 - Laranjal do Jari - AP Brasil - T: 55 96 3621 1334

www.energiasdobrasil.com.br

Analista Ana Cristina,
Sobre providência a
renovação.

05.09.2016

Adm
Ana Cristina de Moura
Chefe de Unidade Avançada
QUADRO GENE/DILIC/IBAMA
054

Ao TRP

Para instrução processual

20.09.2016

Ana Cristina
mat: 2076711

ANALISADO PELA PARECER

TÉCNICO Nº 02001.003608/16-87
DE 21.09.16. (Fl. 5381)

Marcia Roig Speth
CPF: 001.633.050-63



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Superintendência do Ibama no Estado do Amapá-AP
Gabinete-AP
Rua Hamilton Silva, nº 1570, Macapá-AP
CEP: 68900-068 e (96) 2101-6755
www.ibama.gov.br



OF 02004.000731/2016-16 GABIN/AP/IBAMA

Macapá, 27 de julho de 2016.

À Senhora
MÁRCIA ROIG SPERB
Representante Legal da Ece Participações S/A
Rua GOMES DE CARVALHO, nº 1.996 - 10º andar, sala 9, Villa Olímpia
SÃO PAULO - SÃO PAULO
CEP.: 04547006

Assunto: **Análise e comunicação de pendência.**

Senhora Representante Legal,

1. Informamos que a cópia da ASV nº 566/2011-3ª RENOVAÇÃO, encaminhada através da Carta CT-GMA-53/16 (DOCUMENTO IBAMA Nº 02004.000535/16-41), está vencida desde Março de 2016, portanto não atende ao que estabelece a § 2º do Art. 8º da IN IBAMA nº 06, de 07 de abril de 2009.

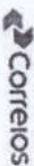
2. Portanto, o Processo nº 02004.000426/2015 continua com as pendências relacionadas no OF 02004.000364/2015-70.

Atenciosamente,

MARCIA BUENO

Superintendente Substituta do IBAMA

DESTINATÁRIO:



MÁRCIA ROIG SPERB - REPRESENTANTE LEGAL
ECE PARTICIPAÇÕES S/A
RUA GOMES DE CARVALHO, 1.996
10º ANDAR, SALA 9
VILLA OLÍMPIA
04547-006 SÃO PAULO-SP



04547-006



REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY

AR

MP

PESO / WEIGHT (kg)

10 163 0715 0 BR





MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



NOT. TEC. 02001.001598/2016-45 COHID/IBAMA

Brasília, 02 de setembro de 2016

Assunto: UHE Santo Antônio do Jari: Programa de Educação Ambiental (PEA) e Programa de Educação Ambiental aos Trabalhadores (PEAT).

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: A Nota Técnica analisa a proposta de Programa de Educação Ambiental da UHE Santo Antônio do Jari para a fase de Operação do empreendimento.

Este Parecer tem por objetivo analisar a proposta de Programa de Educação Ambiental da UHE Santo Antônio do Jari, encaminhada ao IBAMA por meio da Carta CT-GMA-51/16, de 04/08/16, Protocolo DocIbama: 02001.014368/2016-46.

A proposta em pauta visa atender à Condicionante 2.6 da Licença de Operação nº 1233/2014 (1ª Retificação) da UHE Santo Antônio do Jari, transcrita abaixo:

2.6 No âmbito do Programa de Educação Ambiental - PEA:

- a. *Apresentar, no próximo relatório semestral, proposta de PEA para os primeiros 4 anos da fase de operação da usina, embora sua duração deva ser entendida como contínua e mantida enquanto durar a concessão. A implementação do programa deverá seguir as orientações contidas na Nota Técnica nº 119/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 29/11/2012;*
- b. *Contemplar entre objetivos do programa a divulgação do pagamento dos royalties do empreendimento aos municípios;*
- c. *Abordar questões relativas ao uso adequado do solo, destinação do lixo doméstico, sistemas de saneamento, saúde e cidadania; segurança alimentar; doenças prevalentes na região; educação patrimonial e preservação da memória; valorização das vocações locais para incremento da economia; caça e pesca predatórias e segurança dos animais em vias trafegáveis nos limites da usina e entre áreas de preservação circunvizinhas; orientação sobre os impactos da introdução indevida de espécies exóticas e alóctones nos ambientes aquáticos; necessidade de preservação de espécies raras e ameaçadas; importância da proteção das áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios, nascentes e cursos d'água; convivência com Unidades de Conservação;*
- d. *Apoiar as ações voltadas para a aprovação do PACUERA, assim como prever e realizar atividades com vistas à proteção da APP do reservatório;*
- e. *Incentivar e organizar a comunidade da vila Iratapuru para definição do projeto paisagístico da nova vila;*
- f. *Manter interface com o Programa de Saúde para o combate e prevenção do mosquito da malária e outras doenças endêmicas, de veiculação hídrica, etc.;*
- g. *Promover ações de informação, educação e conscientização quanto às áreas de segurança da barragem e as medidas de proteção a serem adotadas pelos diversos usuários dos recursos hídricos;*

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



- h. Manter as parcerias com as instituições que atuam na área ambiental da região do Vale do Jari;*
- i. Utilizar inserções em rádios da região para divulgação e comunicação das ações do programa;*
- j. Estender o PEA aos trabalhadores da obra, naquilo que couber.*

Para a elaboração do PEA/PEAT o empreendedor contratou a Fundação Jari, empresa que já atua na região do empreendimento e que conhece bem a realidade do Vale do Jari.

Em atendimento à letra *a)* da Condicionante, que solicita, para a elaboração do PEA, seguir as orientações da Nota Técnica nº 119/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, o empreendedor apresentou o Diagnóstico Familiar Participativo.

O Diagnóstico fez uma contextualização socioeconômica e ambiental da região com base em levantamentos secundários e em estudos pretéritos realizados pela Fundação Jari, entre outros. O desmatamento configura-se como um problema que atinge a região amazônica como um todo. No entanto, o estado do Amapá apresenta-se como uma das regiões mais preservadas da Amazônia. Porém, levantamentos recentes apontam uma tendência de crescimento do desmatamento, em especial nos municípios de Laranjal e Vitória do Jari. Não foi apresentada qualquer informação sobre o desmatamento no estado do Pará. É importante ressaltar que a empresa Jari Celulose ocupa uma vasta área do território de Almeirim para o plantio de eucalipto.

Em termos sociais, a região do vale do Jari se caracteriza pelas deficiências nas áreas de habitação, saneamento básico, transportes, lazer, cultura, saúde e educação. Neste sentido, verifica-se que há pouca diferença entre a população que vive no campo e na cidade.

Na área rural, observa-se uma população vivendo próximo à linha da pobreza, que sobrevive graças à produção familiar e tendo no extrativismo e na cultura de subsistência a base de sua sustentação econômica. Neste contexto, as políticas públicas de assistência social, como o Bolsa Família, desempenham papel importante na complementação da renda de muitas famílias.

Para a realização do Diagnóstico específico para as vilas da área de influência da UHE Santo Antônio do Jari, foi realizada uma pesquisa socioeconômica durante o período de 10 a 31 de maio de 2016. Em termos metodológicos, foram realizadas Oficinas de Desenvolvimento Organizacional Participativo (DOP) e um levantamento socioeconômico e ambiental da região das Vilas da área de influência direta da UHE Santo Antônio do Jari.

Participaram das Oficinas DOP 25 pessoas da Vila Padaria, 21 da Vila São José, 18 da Vila Santo Antônio da Cachoeira e 25 da Vila São Francisco do Iratapuru, totalizando 89 participantes. Para o levantamento socioeconômico foram aplicados 101 questionários, sendo 37 na Vila Padaria, 14 na Vila São José, 16 na Vila Santo Antônio da Cachoeira e 34 na Vila São Francisco do Iratapuru.

O Relatório apresentado fez um resumo das principais resultados obtidos com as pesquisas. Observando estes resultados, algumas tabelas apresentam como foco da investigação os "produtores" extrativistas, e outras, as características da infraestrutura presentes nas vilas.

O tamanho das áreas dos produtores é pequena, sendo que, de um universo de 101 produtores, apenas dois deles disseram possuir área maior que 100 hectares; 15 disseram possuir 15 hectares; 17 de 15 a 50 hectares; 9 de 51 a 100 hectares e 58 nada informaram. Não foi investigado se esses produtores possuem escritura das áreas que dizem possuir. Diagnósticos realizados em outras ocasiões do

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



licenciamento ambiental da UHE Santo Antônio do Jari apontaram que a questão fundiária na região é um problema social a ser resolvido.

Os principais produtos produzidos ou extraídos nas propriedades são a Castanha-do-Brasil, a farinha, o milho, a banana e o açaí. O uso do fogo na agricultura é praticado por cerca 50% dos produtores e o emprego de fertilizantes agrícolas é pequeno, apenas 7 disseram usar algum tipo de fertilizante químico.

Em termos de saúde, cerca de 50% disseram que recebe a visita dos Agentes de Saúde Comunitária. Na área de educação, 79% dos entrevistados disseram possuir apenas o Ensino Fundamental e 16% o Ensino Médio.

Sobre o saneamento básico, foi detectado que a maioria das casas possui fossa negra ou fossa séptica, sendo que na Vila São José, os entrevistados (14 pessoas) disseram que não utilizam nem fossa séptica nem fossa negra. Cabe ressaltar que a pesquisa não apontou, na Vila Iratapuru, a existência de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE). A ETE foi construída pela EDP e sua entrada em funcionamento depende da Companhia de Água e Esgoto do estado do Amapá, que deverá assumir a responsabilidade pela operação da ETE.

Em relação ao consumo de água, a maior parte dos entrevistados disseram que receber em suas casas a água tratada com cloro. Quatro informantes da Vila São José e dois da Vila Padaria disseram consumir água sem tratamento. Quanto ao destino final do lixo, a maioria dos entrevistados disse que queima o lixo doméstico.

A investigação sobre quais projetos para a melhoria da renda familiar poderiam interessar às comunidades identificou a preferência pela criação de frangos, horticultura, criação de peixes, cultivo de açaí e da banana. Também foram apontados como fatores importantes para a melhoria da qualidade de vida das famílias o fornecimento (manutenção) de energia, manutenção das estradas, a existência de escolas de ensino médio e cursos de qualificação.

O Diagnóstico contemplou ainda um bloco de questões sobre a percepção das comunidades quanto ao que eles consideram ser os *pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades* nas Vila onde moram. Após estes levantamentos do Diagnóstico foi apresentada a proposta de PEA e PEAT.

Programa de Educação Ambiental e Programa de Educação Ambiental aos Trabalhadores

A proposta de PEA/PEAT fez, primeiramente, uma caracterização da empresa proponente (Fundação Jari) e a descrição de suas principais linhas de ação no Vale do Jari.

Em termos sintéticos, a Fundação Jari atua em duas grandes linhas: 1) Fortalecimento de políticas públicas e; 2) Fortalecimento do capital social. Estes eixos de atuação visam contribuir: 1) Para a defesa e garantia dos direitos sociais; 2) Para o Combate à miséria e à pobreza e; 3) Para a conservação dos recursos naturais.

A atuação da Fundação Jari, voltada para o desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade das comunidades, rendeu-lhe, em 2008, o Prêmio Brasil de Meio Ambiente, conferido pelo JB Ecológico (Jornal do Brasil). Em 2010, a Fundação Jari foi premiada pela Fundação Banco do Brasil graças ao desenvolvimento do Programa de Fomento de Negócios Agroflorestais Sustentáveis, voltado para o fortalecimento da agricultura familiar e do extrativismo sustentável com base na assistência técnica para o uso produtivo e responsável do solo e da floresta. Estas atuações culminaram com o credenciamento da

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



Fundação Jari, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, como Entidade Prestadora de Serviço de ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural - no estado do Pará.

Observando o histórico e as áreas de atuação da Fundação Jari na região do empreendimento, não há dúvida que a Fundação é detentora das condições sociais, técnicas e de logística para conduzir um programa de educação ambiental nos moldes preconizados pelas diretrizes do IBAMA.

A justificativa para a proposta de educação ambiental

A Justificativa para a proposta de educação ambiental teve por base os elementos investigados no Diagnóstico, onde verificou-se que a Renda média mensal das famílias extrativistas do Vale do Jari, em 2010, era de R\$ 563,00; que o fator sazonalidade interfere no rendimento das famílias; que há uma forte presença do estado com políticas de transferência de renda para as famílias mais pobres; que "O setor produtivo rural é incipiente em termos de produção, organização e mercado, com características que não fogem ao conceito de economia de subsistência."; que os diversos diagnósticos realizados na região do Vale do Jari apontam a existência de um fosso entre as demandas de mercado e a capacidade de oferta dos produtores rurais.

Para a solução dos problemas identificados na produção rural extrativista, preconiza-se o fortalecimento da cadeia produtiva numa combinação de ações que envolvem a melhoria da organização social e comunitária, da gestão da cadeia produtiva, das demandas de mercado e do estabelecimento de uma política de desenvolvimento que agregue noções de empreendedorismo em bases tecnológicas conservacionistas.

Diante deste quadro social a proposta de PEA/PEAT definiu como Objetivo Geral "*Promover educação socioambiental de trabalhadores e comunidades, criando condições para o aumento da participação e controle social na gestão ambiental do empreendimento, e para a melhoria da qualidade de vidas das famílias através do incentivo ao uso sustentável do solo e da floresta visando geração de trabalho e renda, segurança alimentar e saneamento ambiental.*"

Em termos metodológicos, a proposta afirma que o plano de trabalho terá início com a devolutiva do Diagnóstico participativo aos trabalhadores do empreendimento e comunidades do entorno, acompanhado da apresentação do Programa, dos colaboradores da usina, das famílias participantes e dos parceiros envolvidos no PEA/PEAT. (Obs. não consta na proposta apresentada que os trabalhadores do empreendimento teriam participado do Diagnóstico. Ademais, a devolutiva não deveria ter sido feita durante a realização do Diagnóstico)

Ainda em termos metodológicos, pretende-se alcançar o objetivo dos Programas com a realização de Palestras de Educação Socioambiental e de Campanhas de Educação Socioambiental.

As palestras abordarão os seguintes temas: 1) Uso consciente da água e saneamento ambiental; 2) Riscos ambientais e ocupação e uso do solo; 3) Formação cidadã e sociedades sustentáveis; 4) Recuperação e preservação ambiental. Essas palestras, uma (01) para cada tema, seriam realizadas em todos as Vilas e para os funcionários da UHE.

As Campanhas contemplam 4 temas: 1) Dia mundial da água, a ser realizada na Vila Iratapuru; 2) Dia do meio ambiente, a ser realizada na Vila Santo Antônio; 3) Dia da árvore, a ser realizada na Vila São José e; 4) Dia da floresta, a ser realizada na Vila Padaria.

As metas dos Programas são a realização de 20 Palestras Educativas e 4 as Campanhas.

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



Para a avaliação dos Programas são apontados como Indicadores a participação de 400 jovens e adultos estudantes rurais nas Palestras e nas Campanhas.

Análise da Proposta

Observa-se que há um descompasso entre o que foi identificado no Diagnóstico e a proposta apresentada.

As principais conclusões do Diagnóstico foram: aumento das taxas de desmatamento na região do empreendimento; presença de comunidades rurais vivendo na linha da pobreza; perfil agrícola e extrativista das famílias; dependência das famílias rurais de programas assistencialistas governamentais; sistema agroextrativista dependente, em parte, do papel de intermediários para a dinamização das relações de trabalho, da produção e geração da geração de renda, com desvantagens significativas para a família rural e tendência à concentração de riquezas nas mãos de poucos; nível educacional baixo; saúde precária, onde 70% dos moradores já tiveram dentes extraídos e nas comunidades em que há Posto de Saúde, é baixa a frequência de profissionais habilitados para o atendimento das necessidades básicas das comunidades; oferta de água para o consumo humano de baixa qualidade; sistema precário para a destinação dos resíduos; apenas 1% das pessoas tem registro em carteira; cerca de 95% consideram o poder público ausente em suas comunidades; dificuldade de acesso ao crédito rural e à assistência técnica; uso frequente do fogo na agricultura; dificuldade de comunicação e acesso às áreas urbanas dos municípios; oferta precária de energia elétrica e etc.

As famílias participantes do Diagnóstico disseram que gostariam de ampliar a renda familiar por meio do cultivo de açaí, da criação de frangos, da horticultura, da criação de peixes e cultivo de bananas, entre outros.

Diante deste cenário e após algumas considerações, a proposta de Educação Ambiental apresentada pela Fundação Jari afirma que é necessário "(...) desenvolver no Vale do Jari, espaços e instrumentos capazes de combinar organização, produção e mercado para os povos da floresta, a fim de que sejam capazes de produzir e comercializar de forma economicamente viável, humanamente sustentável e ambientalmente responsável, conquistando a auto sustentação e qualidade de vida no campo, evitando o êxodo rural e tornando-se aliados das políticas de defesa e conservação da floresta contra o desmatamento e a exploração ilegal dos recursos naturais."

Contudo, a leitura dos objetivos e da metodologia preconizados no Programa destoam do cenário identificado no Diagnóstico e das justificativas apontadas no Programa de PEA/PEAT. Assim, fica a impressão de que a proposta de realização de Palestras e Campanhas de educação socioambiental são insuficientes para atacar os diversos problemas vivenciados pelas comunidades, especialmente a situação da organização, produção e comercialização dos produtos agroextrativistas, conforme apontado na Justificativa. Não ficou claro como as Palestras e Campanhas, por si só, poderão contribuir para a solução dos problemas vivenciados pelas comunidades. Não há na proposta nenhuma proposição de medidas práticas que apontem no sentido de resolver ou mitigar concretamente os problemas e anseios das comunidades. Por exemplo, na comunidade da Vila São José, onde foi verificado problemas sérios com o esgotamento sanitário, que medida ou ação poderia contribuir para que os moradores venham a ter um sistema adequado de destinação do esgoto? Que medidas serão trabalhadas com os produtores para a diminuição do uso do fogo na agricultura? Que ações poderiam ser implementadas para a melhoria da renda e da segurança alimentar das famílias? Como o PEA/PEAT pode contribuir para a regularização fundiária da Vila Santo Antônio?

Neste ponto, quando se compara a proposta de PEA/PEAT com as determinações da NOTA TÉCNICA Nº 119/2012/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, constata-se que aspectos metodológicos importantes não foram

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



contemplados.

Para a elaboração do Programa de Educação Ambiental, a referida Nota Técnica preconiza que o conteúdo a ser abordado deve contemplar minimamente as seguintes Linhas de Ação:

- ª **Linha A** - Fortalecimento da Participação e controle social com vistas à gestão de conflitos: desenvolver processos formativos e discussões, buscando o desenvolvimento e aplicação de ferramentas de controle social, bem como estimular a participação da comunidade/sociedade no processo de licenciamento ambiental e discussão de políticas públicas.
- ª **Linha B** - Interface do Programa de Educação Ambiental com os demais programas do PBA e outros programas desenvolvidos pela iniciativa privada, ONGs e pelo poder público.
- ª **Linha C** - Percepção, gestão e convivência com alterações ambientais introduzidas pela formação do reservatório e pelo novo ordenamento territorial do Entorno: adotar processos participativos a fim de capacitar a comunidade para conviver com as alterações na região que serão introduzidas com o advento do reservatório, em especial, a implantação da APP e da proposta de ordenamento no âmbito do Plano de Conservação e Uso de Entorno do Reservatório - PACUERA.
- ª **Linha D** - Linha de ação a ser apresentada pelo empreendedor, como resultado do Diagnóstico Socioambiental Participativo.

Não consta na proposta apresentada, quais as Linhas de Ação que serão contempladas pelos programas de educação ambiental. Cabe destacar ainda que, é a partir da definição das Linhas de Ação que o(s) projeto(s) educativos devem ser elaborados, como pode ser observado na leitura dos itens 24, 25 e 26 da NT nº 119/2012, descritos abaixo:

24. O Programa de Educação Ambiental deverá contemplar Projetos elaborados a partir das linhas de ação, conforme resultado do Diagnóstico Socioambiental Participativo.

25. Cada Projeto deve ser composto por uma ou mais atividades de cunho pedagógico que serão desenvolvidas junto aos sujeitos da ação educativa.

26. O empreendedor deverá apresentar o Programa de Educação Ambiental - PEA, contendo os projetos a serem desenvolvidos no âmbito de cada linha de ação, seguindo o formato abaixo.

Os conteúdos das Palestras e Campanhas previstos na proposta são genéricos e amplos, e não fica claro como tais conteúdos poderão ter seus desdobramentos em termos práticos nas comunidades-alvos dos Programas. Também verifica-se que O PEA desconsiderou, na definição de seus conteúdos e objetivos, os resultados do levantamento dos *pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades* apontadas pelos moradores das Vilas do entorno da UHE.

Outros pontos que também não foram contemplados na proposta em pauta referem-se aos itens da Condicionante 2.6, citada acima. Destacam-se, por exemplo, a ausência de ações de informação, educação e conscientização quanto às áreas de segurança da barragem; o apoio às ações de discussão, aprovação e implementação do PACUERA; não foi prevista interface com o Programa de Saúde e demais programas em desenvolvimento na fase de Licença de Operação do empreendimento. Cabe destacar ainda que a Condicionante pede a apresentação de proposta de PEA/PEAT para os primeiros 4 anos da fase de operação da usina, aspecto que também não foi contemplado na proposta apresentada.

Observa-se também que há equívocos na proposta quanto à definição dos objetivos, metas e indicadores de avaliação. Em linhas gerais, entende-se por Objetivo os resultados quantitativos ou qualitativos que se

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



pretende alcançar alguma área/setor; e Meta configura-se como a quantificação dos objetivos num determinado tempo. Por exemplo: Objetivo: emagrecer; Meta: perder dois quilos por mês.

Conforme a Instrução Normativa do IBAMA nº 2, de 27 de março de 2012, em seu Art. 6º - O PEA e o PEAT deverão prever procedimentos de avaliação permanente e continuada, com base em sistema de monitoramento com metas e indicadores de processos e resultados, sob acompanhamento e avaliação do IBAMA.

O Indicador é uma medida, parâmetro ou valor utilizado para simplificar ou sintetizar fenômenos complexos através de sua quantificação. O Indicador é uma ferramenta útil para a análise crítica dos resultados obtidos e serve como auxílio no processo de tomada de decisão. O Indicador deve ser passível de aferição e coerente com o objetivo estabelecido. Assim considerado, um Indicador informa algo sobre uma realidade para fins de monitoramento e avaliação de programas e projetos.

Quando se analisa o item IX. *Matriz de Avaliação*, reproduzida abaixo, fica claro os limites metodológicos da proposta de PEA apresentada:

MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DO PROJETO			
OBJETIVO	INDICADORES ANUAIS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PERÍODO DE VERIFICAÇÃO DOS MEIOS
1ª Meta - 20 Palestras educativas realizadas	400 adultos e jovens estudantes rurais participantes e informados sobre o conteúdo abordado	1) Ficha de registro; 2) Relatório trimestral; 3) Registro fotográfico; 4) Lista de frequência.	No final de cada palestra realizada
2ª Meta - 4 Campanhas educativas realizadas	400 adultos e jovens estudantes rurais participantes e informados sobre o conteúdo abordado	1) Ficha de registro; 2) Relatório trimestral; 3) Registro fotográfico; 4) Lista de frequência.	No final de cada Campanha realizada

Primeiro problema, na Coluna Objetivo, aparecem as metas. Depois, realizar 20 Palestras não é meta. Palestras e Campanhas são atividades ou recursos didáticos utilizados para se alcançar algum objetivo ou meta. Na Coluna Indicador, atingir a participação de 400 adultos e jovens pode ser descrito como um objetivo a ser alcançado e não como indicador.

Não há na proposta de PEA/PEAT a menor alusão ao monitoramento de resultados, ou seja, houve mudança de comportamento após a realização das atividades? Houve melhoria da renda das pessoas? Diminuiu a caça predatória? As comunidades se organizaram melhor para a busca de suas necessidades? A APP do reservatório está sendo respeitada? Enfim, da forma como está organizada a proposta de PEA/PEAT não é possível medir se as ações do Programa contribuíram ou não para a mudanças de hábitos, para a melhora da qualidade de vida e do meio ambiente na região do empreendimento.

Sugestão de bibliografia para a elaboração de indicadores:

<http://docplayer.com.br/2077386-Metas-e-indicadores-como-definir-os-indicadores.html>

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil. Campinas: Ed. Alínea, 2003. 141p

Conclusão

Considerando as observações que foram feitas ao longo desta Nota Técnica, recomenda-se a reapresentação do Programa de Educação Ambiental e do Programa de Educação Ambiental aos Trabalhadores para que sejam feitas as readequações necessárias para o atendimento da Condicionante 2.6 da Licença de Operação nº nº 1233/2014 (1ª Retificação) e, em especial, o atendimento das diretrizes da Nota Técnica nº 119/2012 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 29/11/2012 e da Instrução Normativa do IBAMA Nº 2, de 27 de março de 2012.

Para a estruturação dos projetos de educação ambiental, deve ser observada, entre outros pontos, a diretriz da IN 02/2012, que solicita que os procedimentos metodológicos e a definição dos projetos devem ser feitos em conjunto com os grupos sociais objeto dos programas. Portanto, é preciso apresentar às comunidades e aos trabalhadores do empreendimento os resultados dos Diagnósticos e definir, junto com eles, os projetos que serão implementados.

Luiz Fernando Suffiati
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

De acordo. Encaminhe-se para as providências necessárias.

TELMA BENTO DE MOURA
Chefe da COHID/IBAMA

*Fora minuta Oficial
para encaminhar ao
empreendimento.*

05.09.2016
Telma Bento de Moura
Chefe de Unidade Avançada
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
DEPARTMENT OF CHEMISTRY
RESEARCH REPORT

1961-1962

The following is a summary of the work done in the Department of Chemistry during the year 1961-1962. The work was carried out by the following members of the Department: [List of names and titles]

1961-1962

1961-1962

1961-1962



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1595 - 1596
www.ibama.gov.br



OF 02001.010009/2016-10 COHID/IBAMA

Brasília, 06 de setembro de 2016.

À Senhora
Márcia Roig Sperb
Responsável da Ece Participações S/A
R. GOMES DE CARVALHO, 1996 - 10º andar, sala 3 - Vila Olímpia
SÃO PAULO - SÃO PAULO
CEP.: 04547006

Assunto: **Encaminha a ACCTMB nº 063/2012 do Programa de Monitoramento da Ictiofauna da UHE Santo Antônio do Jari.**

REFERENCIA: CT 02001.013753/2016-76/

Senhora Responsável,

1. Em atenção a correspondência CT-GMA-48/16, que solicita a substituição da empresa responsável pela execução das atividades do Programa de Monitoramento da Ictiofauna da UHE Santo Antônio do Jari na Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico - ACCTMB nº 063/2012, encaminho cópia da autorização retificada e do Parecer 02001.003097/2016-01 COHID/IBAMA, que subsidiou sua expedição.

Atenciosamente,


TELMA BENTO DE MOURA
Chefe da COHID/IBAMA

OK

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



PAR. 02001.003396/2016-38 COHID/IBAMA

Assunto: Análise da solicitação de retificação da ACCTMB nº 451/2014 - Programa de Monitoramento da Fauna Fauna Terrestre, Aquática e Semiaquática - UHE Santo Antônio do Jari.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Análise da solicitação de retificação da Autorização para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico, ACCTMB nº 451/2014, para execução do Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre, Aquática e Semiaquática na Área de Influência da UHE Santo Antônio do Jari, processo nº 02001.000337/2008-06.

1. INTRODUÇÃO

O presente Parecer tem por objetivo avaliar a solicitação de retificação da Autorização para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico - ACCTMB nº 451/2014, para execução do Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre, Aquática e Semiaquática na Área de Influência da UHE Santo Antônio do Jari, processo nº 02001.000337/2008-06, solicitado pela ECE Participações S.A. mediante o documento CT-GMA-55/16, registrado no DOCIBAMA através do protocolo nº 02001.015499/2016-18.

O empreendimento está localizado na divisa dos estados do Pará e Amapá. O eixo do barramento localiza-se no rio Jari, entre os municípios de Almeirim (PA) e Laranjal do Jari (AP). A usina tem capacidade instalada total de 392,95 MW e é composta por duas casas de força: (i) casa de força principal, com 3 unidades geradoras do tipo Kaplan de eixo vertical totalizando 389,55 MW; e (ii) casa de força complementar com 1 unidade geradora do tipo Kaplan de eixo horizontal de 3,4 MW de potência. A usina possui a Licença de Operação nº 1233/2014, expedida em 13 de maio de 2014, tendo sido retificada em 09 de março de 2015, com validade de 04 anos, até 09 de março de 2019. Possui também a ACCTMB nº 451/2014, expedida em 14 de abril de 2014, renovada em 02 de abril de 2015, com validade até 31 de dezembro de 2016.

Para subsidiar a análise da solicitação de retificação, a empresa encaminhou carta aceite emitidas pelo Instituto de Pesquisas Científicas do Estado do Amapá - IEPA, que receberá o material biológico coletado; ART vigente do coordenador responsável pelas atividades, currículo e certificado de regularidade do Cadastro Técnico Federal dos profissionais pertencentes a equipe executora e da empresa consultora.

2. ANÁLISE



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

A análise da presente solicitação se dará a partir da Instrução Normativa nº146/2007, de 10 de janeiro de 2007, do IBAMA, que estabelece os critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna, sujeitas ao licenciamento ambiental, como definido pela Lei nº 6.938/81, pelas Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97 e Lei Complementar nº140/2011.

Como se trata de solicitação referente ao monitoramento de empreendimento hidrelétrico licenciado pelo IBAMA, a Portaria IBAMA nº 12/2011, de 05 de agosto de 2011, remeteu à Diretoria de Licenciamento Ambiental - DILIC/IBAMA, a competência de emitir estas autorizações. Dessa forma, o presente parecer procederá a avaliação da solicitação de renovação da autorização de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo documento "*Procedimentos para Emissão de Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico no âmbito do Processo de Licenciamento Ambiental*" elaborado pela DILIC/IBAMA.

2.1. DOCUMENTAÇÃO

2.1.1. Identificação dos dados do empreendedor e da empresa de consultoria.

Atendido.

As informações foram apresentadas conforme solicitado pelo documento "*Procedimentos para Emissão de Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico no âmbito do Processo de Licenciamento Ambiental*".

2.1.2. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do coordenador geral e/ou coordenador de área do Programa de Monitoramento, quando couber.

Atendido.

Foi encaminhada cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART nº 2016/00842, expedida pelo Conselho Regional de Biologia - 6ª Região, para o biólogo Leandro Nunes Souza, coordenador responsável pela execução das atividades previstas no programa.

2.1.3. Declaração individual de aptidão e experiência para execução das atividades propostas, contendo link do Currículo Lattes, CPF e CTF (Cadastro Técnico Federal) atualizado e sem pendências dos profissionais responsáveis pelo trabalho em campo ou pela identificação taxonômica e dos coordenadores;

Atendido.

Foram encaminhados os currículos, declarações e certificados de regularidade do



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



Cadastro Técnico Federal dos profissionais pertencentes a equipe executora e do coordenador responsável pelas atividades.

As informações foram validadas através de consulta ao Sistema SICAFI/IBAMA, Sistema SISLIC/IBAMA, processo licenciatório do empreendimento e consulta on line do CRBio.

De acordo com o documento encaminhado, a equipe técnica responsável pela execução do monitoramento é composta pelos seguintes profissionais:

NOME	CPF	CTF
Cláudia Regina da Silva	565.246.099-72	302252
Danielle dos Santos Lima	008.744.446-16	468168
Janaína Reis Ferreira Lima	840.694.223-15	1690027
Jucivaldo Dias Lima	508.364.712-53	1690113
Kurazo Mateus Okada Aguiar	517.545.842-68	2099780
Rafael Cabral dos Santos	787.696.802-30	2628049
Rafael Freitas Meneses	016.353.723-21	5312671
Sílvia Helena de Oliveira	201.605.758-00	303412
Leandro Nunes Souza (coordenador)	058.213.436-66	2249888

Os registros do CTF e certificados de regularidade das empresas, empreendedora e consultora, assim como dos seus respectivos representantes legais, também foram consultados a partir dos sistemas anteriormente citados.

Ressalta-se a obrigatoriedade de todos os membros da equipe possuírem Certificados de Regularidade válidos durante todo o período de realização das atividades referente à Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico em questão.

2.1.4. Carta(s) de aceite original(is) ou autenticada(s) da(s) instituição(ões) que receberá(ão) material biológico coletado, com identificação do(s) grupo(s) taxonômico (s) que poderá(ao) ser recebido(s) e orientações quanto aos métodos de fixação e conservação de forma a garantir a viabilidade e utilização do material coletado;

Atendido.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Foi apresentada carta de aceite do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá - IEPA, que receberá o material biológico coletado, conforme solicitado pelo documento "*Procedimentos para Emissão de Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico no âmbito do Processo de Licenciamento Ambiental*".

Ressalta-se que o empreendedor deverá encaminhar, junto aos relatórios do monitoramento, carta da instituição receptora atestando o recebimento de material biológico, indicando a espécie, quantidade por espécie, número do tombo e a data de recebimento.

2.2. PLANO DE TRABALHO

O plano de trabalho, e os métodos de amostragem para todos os grupos estudados do Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre, Aquática e Semiaquática da Área de Influência da UHE Santo Antônio, vem sendo cumprido de acordo com o PBA, conforme análises constantes do Parecer 02001.002170/2015-39 COHID/IBAMA, que analisa o 1º e 2º Relatórios Semestrais de Acompanhamento da Operação do empreendimento e o Parecer 02001.004593/2015-93 COHID/IBAMA, que analisa o 3º Relatório Semestral de Acompanhamento. A expedição da ACCTMB nº 451/2014 foi subsidiada pelo Parecer 02001.001441/2014 COHID/IBAMA, e a sua renovação pelo Parecer 02001.001120/2015-34 COHID/IBAMA. Desta forma, se tratando de retificação da autorização, sem alteração de metodologia, não cabe nova análise do plano de trabalho.

3. CONCLUSÃO

Com base nas consultas realizadas verificou-se que a documentação apresentada está regular, assim como o plano de trabalho e metodologia, que permanecem os mesmos que estão aprovados e vem sendo executados sem pendências. Portanto, conclui-se que não há óbices para a emissão da retificação da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico - ACCTMB nº 451/2014 para as atividades de Monitoramento da Fauna Terrestre, Aquática e Semiaquática da Área de Influência da UHE Santo Antônio do Jari. As seguintes condicionantes específicas devem permanecer constando na autorização:

- Esta Autorização não permite a captura de animais silvestres além das áreas de influência do empreendimento UHE Santo Antônio do Jari;
- A metodologia deve seguir o disposto no *Programa de Monitoramento de Fauna Terrestre, Aquática e Semiaquática* conforme o PBA aprovado pelo Ibama;
- Os relatórios de cada campanha de monitoramento devem ser enviados à DILIC como atendimento ao Programa de Monitoramento de Fauna Terrestre, Aquática e Semiaquática;
- Os seguintes procedimentos devem ser adotados durante a realização das atividades:

a) A Superintendência do IBAMA no Estado do Amapá deverá ser imediatamente avisada caso seja observado animal ameaçado de extinção



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



ferido atropelado para que sejam tomadas as devidas providências quanto à destinação deste animal, conforme entendimento entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e o Ibama;

b) As redes de neblina deverão ser vistoriadas frequentemente, com intervalos máximos de 30 minutos;

c) As armadilhas de interceptação e queda devem ser retiradas dos locais de captura ou permanecer tampadas entre os períodos de amostragem. Devem possuir dispositivo de segurança contra afogamentos e hipotermia/hipotermia, como furos na base dos baldes, colocação de folhas, gravetos e vasilha d'água. As vistorias devem ser, no mínimo, diárias (preferencialmente matutinas);

d) Em caso de ocorrência, no local do empreendimento, de focos epidemiológicos, fauna potencialmente invasora, inclusive doméstica, ou fauna sinantrópica ou exótica nociva, os espécimes deverão ser destinados de acordo com a IN Ibama nº 141/2006;

e) Animais exóticos (cuja distribuição geográfica não inclui o território brasileiro) capturados não devem ser reintroduzidos. Deve ser apresentada destinação adequada para esses animais.

- Em até 90 (noventa) dias contados do final do prazo de validade desta Autorização, encaminhar a Declaração de Recebimento original ou autenticada, emitida pela instituição de depósito, contendo o número de espécimes recebidos associando ao número de campo de cada indivíduo;
- Em até 180 (cento e oitenta) dias contados do final do prazo de validade desta Autorização, encaminhar listagem emitida pela instituição receptora do material contendo o número de tombamento dos animais recebidos. Esse prazo poderá ser prorrogado mediante a apresentação de documentação contendo justificativa a ser analisada pelo Ibama;
- Durante a validade desta Autorização e a realização das atividades permitidas, o CTF do Coordenador Geral da Atividade e dos profissionais listados no campo "Equipe Técnica" devem ser mantidos válidos e regulares através da emissão do Certificado de Regularidade;
- Esta autorização deve substituir a Autorização de Captura, Coleta e transporte de Material Biológico nº 61/2012 e sua retificação.

Quanto a validade da autorização, o empreendedor indica que a empresa consultora prestará os serviços executando as atividades do programa até o mês de maio de 2018. Em que pese a renovação da autorização em comento ter sua validade inicial estabelecida até 31 de dezembro de 2016, a validade da LO nº 1233/2014 é até 09 de março de 2019, e



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

sua Condicionante Específica 2.25, prevê que "o Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre, Aquática e Semiaquática deverá ser realizado por um período de 5 anos após o início da operação do empreendimento, conforme definido no PBA". Desta forma, evitando novas análises no curto espaço de tempo, e em respeito a economicidade do erário, sugere-se que a validade da autorização ora em análise, seja alterada e estabelecida até 31 de maio de 2018.

Faz parte deste parecer cópia da documentação complementar encaminhada pelo empreendedor através de mensagem eletrônica.

Por fim, sugere-se que seja dada ciência ao empreendedor quanto ao conteúdo deste Parecer.

Brasília, 06 de setembro de 2016

Regis Fontana Pinto

Analista Ambiental da COHID/IBAMA

De acordo,

À CGENE,

Encaminhar ACC THB nº 451/2014 (1ª Renovação 1ª Retificação)
para assinatura e demais providências, assim como
o parecer para consulta.

06.09.2016

À DILIC,

De acordo,

Em 08.09.16

Raul Trindade
Coordenador Geral de Infraestrutura
de Energia Elétrica
CGENE/DILIC/IBAMA

Telina de Moura
Chefe de Unidade Avançada
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
Port. 1.054

Responder

Encaminhar

Excluir



RES: Retificação da ACCTMB nº 451/2014

Data: Hoje, 16:00:30 BRT

De: Marcia Roig Sperb

Para: Regis.Pinto@ibama.gov.br Telma Bento de Moura

Cc: Stella Antiori Serpico Donizeti De Paula

Anexos: ct gma 59-16.pdf (26 KB)

CTF Jucivaldo.pdf (18 KB)

CTF Kurazo.pdf (18 KB)

Texto (19 KB)

Prezado Regis, boa tarde!

Seguem, em anexo, os arquivos digitais dos seguintes documentos atualizados, para agilizar o procedimento:

- Certificado de Regularidade do CTF do biólogo Jucivaldo Dias Lima;
- Certificado de Regularidade do CTF do biólogo Kurazo Mateus Okada Aguiar;

Segue, também em anexo, o arquivo digital da carta CT-GMA-59/16, encaminhada formalmente na data de hoje ao IBAMA.

Por favor, peço a gentileza de nos informar assim que a Autorização for emitida, para fins da mobilização imediata da equipe.

Muito obrigada!

Atenciosamente,



Márcia Roig Sperb

GMA - Gestão Executiva de Meio Ambiente da Geração

EDP - Energias do Brasil, S.A.

Especialista Ambiental

R. Gomes de Carvalho, 1996, 10º andar, Vila Olímpia

04547-006, São Paulo, SP, Brasil

Tel.: 55 11 2185-5574

Cel.: 55 11 9-9654-4865

De: Marcia Roig Sperb

Enviada em: quarta-feira, 31 de agosto de 2016 15:49

Para: 'Regis.Pinto@ibama.gov.br' <Regis.Pinto@ibama.gov.br>; Telma Bento de Moura <Telma.Moura@ibama.gov.br>

Cc: Stella Antiori Serpico <stella.serpico@edpbr.com.br>; Donizeti De Paula <donizeti.paula@edpbr.com.br>

Assunto: RES: Retificação da ACCTMB nº 451/2014

Copa Regis

Caro Regis,

Confirmo o recebimento da mensagem.

Vamos providenciar a resolução imediata das pendências.

Atte.,



Márcia Roig Sperb

GMA - Gestão Executiva de Meio Ambiente da Geração

EDP - Energias do Brasil, S.A.

Especialista Ambiental

R. Gomes de Carvalho, 1996, 10º andar, Vila Olímpia

04547-006, São Paulo, SP, Brasil

Tel.: 55 11 2185-5574

Cel.: 55 11 9-9654-4865

De: Regis.Pinto@ibama.gov.br [<mailto:Regis.Pinto@ibama.gov.br>]

Enviada em: quarta-feira, 31 de agosto de 2016 15:47

Para: Marcia Roig Sperb <marcia.sperb@edpbr.com.br>; Telma Bento de Moura
<Telma.Moura@ibama.gov.br>

Assunto: Retificação da ACCTMB nº 451/2014

Caros,

Em análise à solicitação de retificação da ACCTMB nº 451/2014, referente ao Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre e Mamíferos Aquático e Semiaquáticos da Área de Influência da UHE Santo Antônio do Jari, encaminhada no documento CT-GMA-55/2016, observamos as seguintes pendências que deverão ser sanadas o mais rápido possível para podermos expedir a autorização:

- atualizar e encaminhar o Certificado de Regularidade do CTF do biólogo Jucivaldo Dias Lima;
- atualizar e encaminhar o Certificado de Regularidade do CTF do biólogo Kurazo Mateus Okada Aguiar;

Ressaltamos que cópia digital dos documentos pode ser enviada para este endereço eletrônico para agilizar o procedimento.

Por fim, solicitamos a confirmação de recebimento desta mensagem.

Atenciosamente,

Régis Fontana Pinto

Analista Ambiental - COHID/DILIC/IBAMA

61 3316-1317

Régis Fontana Pinto

Analista Ambiental - COHID/DILIC/IBAMA

61 3316-1317

This message and any files herewith attached may contain confidential or privileged information. If you receive

ct gma 59-16.pdf (26 KB)

CTF Jucivaldo.pdf (18 KB)

CTF Kurazo.pdf (18 KB)



EM BRANCO

IBAMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Dra. Telma Bento de Moura
MD. Chefe da COHID/IBAMA
SCEN - Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA - Bloco A - Cx. Postal nº 09566
Brasília/DF
CEP.: 70.800-200

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
Processo 02001.000337/2008-06		CT-GMA- 59/16	6 / 9 / 16

Assunto: UHE Santo Antônio do Jari
Licença de Operação nº 1233/2014 (1º Retificação) - Condicionantes nº 2.2 e 2.25
Solicitação de Alteração na Autorização nº 451/2014 (1º Renovação)

Prezada Senhora,

A ECE Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09.333.993/0001-21, titular da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, em complementação à carta CT-GMA-55/16, datada de 22/08/16, vem, por meio desta, encaminhar os seguintes documentos atualizados:

- Certificado de Regularidade do CTF do biólogo Jucivaldo Dias Lima;
- Certificado de Regularidade do CTF do biólogo Kurazo Mateus Okada Aguiar.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

ECE Participações
Márcia Roig Sperb

Anexos:

Anexo I: Certificado de Regularidade do CTF do biólogo Jucivaldo Dias Lima
Anexo II: Certificado de Regularidade do CTF do biólogo Kurazo Mateus Okada Aguiar

ECE Participações S/A

Sede: Rua Gomes de Carvalho, 1.996, 10º andar, sala 3, Vila Olímpia - CEP 04547-006 - São Paulo/SP - Brasil
Filial 1: Marginal Esquerda do Rio Jari, Coordenadas: UTM - SAD 69 Fuso 22 - S/N - Interior- 68920-000 - Laranjal do Jari - AP Brasil
Filial 2: Rua Rio do Jari, 1152 - Agreste - 68920-000 - Laranjal do Jari - AP Brasil - T: 55 96 3621 1334
www.energiasdobrasil.com.br

EM BRANCO

IBAMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Dra. Telma Bento de Moura
MD. Chefe da COHID/IBAMA
SCEN - Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA - Bloco A - Cx. Postal nº 09566
Brasília/DF
CEP.: 70.800-200

DIGITALIZADO NO IBAMA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
Processo 02001.000337/2008-06		CT-GMA- 59/16	6 / 9 / 16

Assunto: UHE Santo Antônio do Jari
Licença de Operação nº 1233/2014 (1º Retificação) - Condicionantes nº 2.2 e 2.25
Solicitação de Alteração na Autorização nº 451/2014 (1º Renovação)

Prezada Senhora,

A ECE Participações S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09.333.996/0001-21, titular da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari, em complementação à carta CT-GMA-55/16, datada de 22/08/16, vem, por meio desta, encaminhar os seguintes documentos atualizados:

- Certificado de Regularidade do CTF do biólogo Jucivaldo Dias Lima;
- Certificado de Regularidade do CTF do biólogo Kurazo Mateus Okada Aguiar.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,



ECE Participações
Márcia Roig Sperb

Anexos:

Anexo I: Certificado de Regularidade do CTF do biólogo Jucivaldo Dias Lima
Anexo II: Certificado de Regularidade do CTF do biólogo Kurazo Mateus Okada Aguiar


ECE Participações S/A

Sede: Rua Gomes de Carvalho, 1.996, 10º andar, sala 3, Vila Olímpia - CEP 04547-006 - São Paulo/SP - Brasil
Filial 1: Marginal Esquerda do Rio Jari, Coordenadas: UTM - SAD 69 Fuso 22 - S/N - Interior- 68920-000 - Laranjal do Jari - AP Brasil
Filial 2: Rua Rio do Jari, 1152 - Agreste - 68920-000 - Laranjal do Jari - AP Brasil - T: 55 96 3621 1334
www.energiasdobrasil.com.br

Do analista Régis,

Para ciência e demais
providências.

09.09.2016


Régis Fontana Pinto
Chefe de Unidade Avançada
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
Port. 1.054

Ao ANALISTA LUIZ SOFATI,

TRP DO PROCESSO,

PARA ANEXAR AO PROCESSO.

DEMANDA RESPONDA NO

PARCELA 02001.003396/2016-38.

Em 19/09/2016.


Régis Fontana Pinto
Analista Ambiental - Matr. 1512287



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR



Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
1690113	06/09/2016	06/09/2016	06/12/2016

Dados básicos:

CPF: 508.364.712-53

Nome: JUCIVALDO DIAS LIMA

Endereço:

Logradouro: RUA DA PAZ, N° 545

N.º: 545

Complemento:

Bairro: INFRAERO II

Município: MACAPÁ

CEP: 68908-078

UF: AP

Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA

Código CBO	Ocupação	Área de Atividade
2211-05	Biólogo	Inventariar biodiversidade
2211-05	Biólogo	Realizar consultoria e assessoria na área biológica e ambiental

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa física está em conformidade com as obrigações cadastrais do CTF/AIDA.

A inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA constitui declaração, pela pessoa física, do cumprimento de exigências específicas de qualificação ou de limites de atuação que porventura sejam determinados pelo respectivo Conselho de Fiscalização Profissional.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/AIDA não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades, especialmente os documentos de responsabilidade técnica, qualquer o tipo e conforme regulamentação do respectivo Conselho de Fiscalização Profissional, quando exigíveis.

O Certificado de Regularidade no CTF/AIDA não produz qualquer efeito quanto à qualificação e à habilitação técnica da pessoa física inscrita.

Chave de autenticação

Q96HZF52WG1ZXUYE

EM BRANCO



Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR



Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
2099780	01/09/2016	01/09/2016	01/12/2016

Dados básicos:

CPF: 517.545.842-68

Nome: KURAZO MATEUS OKADA AGUIAR

Endereço:

logradouro: RUA RAIMUNDO RAMOS DA SILVA

N.º: 649

Complemento:

Bairro: INFRAERO II

Município: MACAPA

CEP: 68908-641

UF: AP

Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA

Código CBO	Ocupação	Área de Atividade
2211-05	Biólogo	Estudar seres vivos
2211-05	Biólogo	Inventariar biodiversidade
2211-05	Biólogo	Realizar consultoria e assessoria na área biológica e ambiental

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa física está em conformidade com as obrigações cadastrais do CTF/AIDA.

A inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental – CTF/AIDA constitui declaração, pela pessoa física, do cumprimento de exigências específicas de qualificação ou de limites de atuação que porventura sejam determinados pelo respectivo Conselho de Fiscalização Profissional.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/AIDA não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades, especialmente os documentos de responsabilidade técnica, qualquer o tipo e conforme regulamentação do respectivo Conselho de Fiscalização Profissional, quando exigíveis.

O Certificado de Regularidade no CTF/AIDA não produz qualquer efeito quanto à qualificação e à habilitação técnica da pessoa física inscrita.

Chave de autenticação	MYGUEXW9HN3X8QP6
------------------------------	------------------



EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1595 - 1596
www.ibama.gov.br



OF 02001.010238/2016-34 COHID/IBAMA

Brasília, 09 de setembro de 2016.

À Senhora
Márcia Roig Sperb
Responsável da Ece Participações S/A
R. Gomes de Carvalho, 1.996, 10º andar, sala 3, Vila Olímpia
SÃO PAULO - SÃO PAULO
CEP.: 04547006

Assunto: **UHE Santo Antônio do Jari: encaminha a Nota Técnica nº 02001.001598/2016-45 COHID/IBAMA, sobre o Programa de Educação Ambiental.**

Senhora Responsável,

1. Em atenção à Carta-GMA-51/16, de 04/08/16, que apresentou proposta de Programa de Educação Ambiental (PEA) e de Programa de Educação Ambiental aos Trabalhadores (PEAT) da UHE Santo Antônio do Jari, encaminho, em Anexo, a Nota Técnica nº 02001.001598/2016-45 COHID/IBAMA, de 02/09/2016, com análise das referidas propostas, para que se proceda as alterações solicitadas no documento.
2. Informo que será concedido um prazo de 60 dias, a partir da data de recebimento deste Ofício, para que as propostas sejam reapresentadas.

Atenciosamente,


TELMA BENTO DE MOURA
Chefe da COHID/IBAMA

OK

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL



AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA Nº 02001.000337/2008-06	AUTORIZAÇÃO Nº 451/2014 (1º Renovação/1º Retificação)	VALIDADE 31 de maio de 2018
ATIVIDADE <input type="checkbox"/> LEVANTAMENTO <input checked="" type="checkbox"/> MONITORAMENTO <input type="checkbox"/> RESGATE/SALVAMENTO		
TIPO <input checked="" type="checkbox"/> FAUNA TERRESTRE <input checked="" type="checkbox"/> BIOTA AQUÁTICA		
EMPREENDEDOR: UHE Santo Antônio do Jari		
EMPREENDEDOR: ECE Participações S.A.		
CNPJ: 09.333.996/0001-21 CTF: 3631900		
ENDEREÇO: Rua Gomes de Carvalho, 1996, 10º andar, sala 03, Vila Olímpia, São Paulo – SP, CEP.: 04547-006		
CONSULTORIA RESPONSÁVEL PELA ATIVIDADE: Sete Soluções e Tecnologia Ambiental LTDA		
CNPJ/CPF: 02.052.511/0001-82 CTF: 233317		
ENDEREÇO: Rua Pernambuco, 1000 – 5º andar, Belo Horizonte/MG - CEP: 30.130-151		
COORDENADOR GERAL DA ATIVIDADE: Leandro Nunes Souza		
CPF: 058.213.436-66 CTF: 2249888		
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE: Realização de campanhas trimestrais para fauna terrestre e mamíferos aquáticos e semiaquáticos; e realização de três campanhas anuais (vazante, seca e enchente) para quelônios e crocodilianos. Captura ilimitada de indivíduos de aves, répteis, anfíbios e mamíferos de pequeno porte terrestre. Coleta e transporte de até 3 (três) espécimes por espécie de aves, mamíferos de pequeno porte, anfíbios e répteis, por campanha realizada e por módulo amostral (4 módulos). Coleta ilimitada de espécimes encontrados mortos de qualquer táxon. Estão permitidas as seguintes marcações: marcação de escamas ventrais e elastômeros para herpetofauna, furo no pavilhão auricular para pequenos mamíferos, anilhas do CEMAVE para avifauna e corte nas placas marginais para quelônios.		
ÁREAS AMOSTRAIS: Terrestre: 4 módulos sendo 2 no município de Laranjal do Jari/AP e 2 no município de Almeirim/PA. Aquático: 6 trechos de amostragem na área de influência da UHE Santo Antônio do Jari.		
PETRECHOS: Armadilhas de interceptação e queda para herpetofauna; Armadilhas do tipo Sherman e Tomahawk e Armadilhas fotográficas para mastofauna; Redes de neblina para avifauna; Cambão ou Laço para crocodilianos; Armadilhas do tipo covo e Redes malhadeiras para quelônios.		
DESTINAÇÃO DO MATERIAL: Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá – IEPA		
AS CONDICIONANTES DESTA AUTORIZAÇÃO ESTÃO LISTADAS NA(S) FOLHA(S) EM ANEXO.		
LOCAL E DATA DE EMISSÃO: Brasília, 12 SET 2016	AUTORIDADE EXPEDIDORA (ASSINATURA E CARIMBO): Rose Mirian Hofmann Diretora de Licenciamento Ambiental DILIC/IBAMA	



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA
Nº 02001.000337/2008-06

AUTORIZAÇÃO
Nº 451/2014 (1ª Renovação/1ª Retificação)

VALIDADE
31 de maio de 2018

ESTA AUTORIZAÇÃO NÃO PERMITE

1. CAPTURA/COLETA/TRANSPORTE/SOLTURA DE ESPÉCIES EM ÁREA PARTICULAR SEM O CONSENTIMENTO DO PROPRIETÁRIO;
2. CAPTURA/COLETA/TRANSPORTE/SOLTURA DE ESPÉCIES EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS, ESTADUAIS, DISTRITAIS OU MUNICIPAIS, SALVO QUANDO ACOMPANHADAS DA ANUÊNCIA DO ÓRGÃO ADMINISTRADOR COMPETENTE;
3. CAPTURA/COLETA/TRANSPORTE/SOLTURA DE ESPÉCIES LISTADAS NOS ANEXOS CITES;
4. COLETA DE MATERIAL BIOLÓGICO POR TÉCNICOS NÃO LISTADOS NO VERSO DESTA;
5. EXPORTAÇÃO DE MATERIAL BIOLÓGICO;
6. ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO, NOS TERMOS DA REGULAMENTAÇÃO CONSTANTE NA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.186-16, DE 23 DE AGOSTO DE 2001.

Observação: As Autorizações obtidas por meio do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) não podem ser utilizadas para a captura e/ou coleta de material biológico referente ao processo de Licenciamento Ambiental de empreendimentos.

EQUIPE TÉCNICA:

Profissional	CPF	CTF
Cláudia Regina da Silva	565.246.099-72	302252
Danielle dos Santos Lima	008.744.446-16	468168
Janaína Reis Ferreira Lima	840.694.223-15	1690027
Jucivaldo Dias Lima	508.364.712-53	1690113
Kurazo Mateus Okada Aguiar	517.545.842-68	2099780
Rafael Cabral dos Santos	787.696.802-30	2628049
Rafael Freitas Meneses	016.353.723-21	5312671
Sílvia Helena de Oliveira	201.605.758-00	303412
Leandro Nunes Souza (coordenador)	058.213.436-66	2249888

AUTORIDADE EXPEDIDORA (ASSINATURA E CARIMBO):


Rose Mirian Hofmann
Diretora de Licenciamento Ambiental
DILIC/IBAMA



AUTORIZAÇÃO DE CAPTURA, COLETA E TRANSPORTE DE MATERIAL BIOLÓGICO

PROCESSO IBAMA Nº 02001.000337/2008-06	AUTORIZAÇÃO Nº 451/2014 (1º Renovação/1º Retificação)	VALIDADE 31 de maio de 2018
---	--	--------------------------------

CONDICIONANTES

1 Condicionantes Gerais:

- 1.1. Válida somente sem emendas e/ou rasuras;
- 1.2. O Ibama, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, bem como suspender ou cancelar esta autorização caso ocorra:
 - a) violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
 - b) omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da autorização;
 - c) superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.
- 1.3. A ocorrência de situações descritas nos itens "1.2.a" e "1.2.b" acima sujeita os responsáveis, incluindo toda a equipe técnica, à aplicação de sanções previstas na legislação pertinente;
- 1.4. Esta Autorização só é válida para transporte de animais e/ou material que esteja identificado individualmente;
- 1.5. O pedido de renovação, caso necessário, deverá ser protocolado 60 (sessenta) dias antes de expirar o prazo de validade desta autorização;
- 1.6. A renovação somente poderá ser concedida após o recebimento e análise do relatório especificado no item 2.3 abaixo;
- 1.7. A captura, soltura, coleta e/ou transporte de animais só poderá ser realizada com presença de algum membro da equipe técnica designada por esta Autorização;
- 1.8. Qualquer alteração na equipe deve ser solicitada oficialmente ao Ibama;
- 1.9. Observar as restrições estabelecidas pela Portaria MMA nº 444/2014 e respectivos atos regulamentares.

2. Condicionantes Específicas:

- 2.1. Esta Autorização não permite a captura de animais silvestres além das áreas de influência do empreendimento UHE Santo Antônio do Jari;
- 2.2. A metodologia deve seguir o disposto no *Programa de Monitoramento de Fauna Terrestre, Aquática e Semiaquática* conforme o PBA aprovado pelo Ibama;
- 2.3. Os relatórios de cada campanha de monitoramento devem ser enviados à DILIC como atendimento ao Programa de Monitoramento de Fauna Terrestre, Aquática e Semiaquática;
- 2.4. Os seguintes procedimentos devem ser adotados durante a realização das atividades:
 - a) A Superintendência do IBAMA no Estado do Amapá deverá ser imediatamente avisada caso seja observado animal ameaçado de extinção ferido atropelado para que sejam tomadas as devidas providências quanto à destinação deste animal, conforme entendimento entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e o Ibama;
 - b) As redes de neblina deverão ser vistoriadas frequentemente, com intervalos máximos de 30 minutos;
 - c) As armadilhas de interceptação e queda devem ser retiradas dos locais de captura ou permanecer tampadas entre os períodos de amostragem. Devem possuir dispositivo de segurança contra afogamentos e hipertermia/hipotermia, como furos na base dos baldes, colocação de folhas, gravetos e vasilha d'água. As vistorias devem ser, no mínimo, diárias (preferencialmente matutinas);

d) Em caso de ocorrência, no local do empreendimento, de focos epidemiológicos, fauna potencialmente invasora, inclusive doméstica, ou fauna sinantrópica ou exótica nociva, os espécimes deverão ser destinados de acordo com a IN Ibama nº 141/2006;

e) Animais exóticos (cuja distribuição geográfica não inclui o território brasileiro) capturados não devem ser reintroduzidos. Deve ser apresentada destinação adequada para esses animais.

2.5. Em até 90 (noventa) dias contados do final do prazo de validade desta Autorização, encaminhar a Declaração de Recebimento original ou autenticada, emitida pela instituição de depósito, contendo o número de espécimes recebidos associando ao número de campo de cada indivíduo;

2.6. Em até 180 (cento e oitenta) dias contados do final do prazo de validade desta Autorização, encaminhar listagem emitida pela instituição receptora do material contendo o número de tombamento dos animais recebidos. Esse prazo poderá ser prorrogado mediante a apresentação de documentação contendo justificativa a ser analisada pelo Ibama;

2.7. Durante a validade desta Autorização e a realização das atividades permitidas, o CTF do Coordenador Geral da Atividade e dos profissionais listados no campo "Equipe Técnica" devem ser mantidos válidos e regulares através da emissão do Certificado de Regularidade;

2.8. Esta autorização deve substituir a Autorização de Captura, Coleta e transporte de Material Biológico nº 61/2012 e sua retificação.



MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO	
Documento - Tipo:	<i>Envia</i>
Nº. 02001. 016	<i>458</i> / 2016 <i>51</i>
Recebido em:	<i>12/9/2016</i>
Assinatura <i>[assinatura]</i>	

IBAMA

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

Dra. Telma Bento de Moura

Chefe da COHID/IBAMA

SCEN - Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA Bloco A - Cx. Postal nº 09566

Brasília/DF

CEP: 70.800-200



Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
Processo		CT-GMA- 64/16	8 / 9 / 16
02001.000337/2008-06			

Assunto: UHE Santo Antônio do Jari

Licença de Operação nº 1233/2014 - 1ª Retificação - Condicionante nº 2.2

Programa de Supressão da Vegetação - Escoamento do Material Lenhoso

Prezada Senhora,

A ECE Participações S.A., inscrita sob o CNPJ nº 09.333.996/0001-21, titular da concessão da UHE Santo Antônio do Jari, em atenção à condicionante nº 2.2 da Licença de Operação nº 1233/2014 – 1ª Retificação, especificamente ao Programa de Supressão Vegetal, no que diz respeito à destinação do material lenhoso, vem, por meio desta, solicitar a Renovação da Autorização de Supressão Vegetal – ASV nº 771/2013 – 1ª Renovação, pelo prazo de 365 dias, para que seja possível a emissão da respectiva AUMPF pela Superintendência do IBAMA no Estado do Amapá. Este prazo extenso visa evitar uma nova necessidade de renovação.

Destaca-se que a exigência desta renovação foi informada pela Superintendência do IBAMA no Estado do Amapá, a partir do Ofício nº 02004.000736/2016-49 GABIN/AP/IBAMA, cuja cópia segue em anexo.

Atenciosamente,

**ECE PARTICIPAÇÕES S.A.****Anexo:** Cópia do Ofício nº 02004.000736/2016-49 GABIN/AP/IBAMA, recebido em 11/08/2016.**ECE Participações S/A**

Sede: Rua Gomes de Carvalho, 1.996, 10º andar, sala 3, Vila Olímpia - CEP 04547-006 - São Paulo/SP - Brasil

Filial 1: Marginal Esquerda do Rio Jari, Coordenadas: UTM - SAD 69 Fuso 22 - S/N - Interior- 68920-000 - Laranjal do Jari - AP Brasil

Filial 2: Rua Rio do Jari, 1152 - Agreste - 68920-000 - Laranjal do Jari - AP Brasil - T: 55 96 3621 1334

www.energiasdobrasil.com.br

À analista Ana Cristina,
Para proceder à análise
do pedido.

13.09.2016

LM

Helmi Bento de Moura
Chefe de Unidade Avançada
COHID/CGENE/DILIC/BAMA
Port. 1.054

Ao TRP

Para instrução processual

20.09.2016

Ana Cristina
mat: 2076711

PAR. 02001.003607/16-32
DE 21/09/16 (FL.5380)



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Superintendência do Ibama no Estado do Amapá-AP
Gabinete-AP
Rua Hamilton Silva, nº 1570, Macapá-AP
CEP: 68900-068 e (96) 2101-6755
www.ibama.gov.br



OF 02004.000736/2016-49 GABIN/AP/IBAMA

Macapá, 28 de julho de 2016.

À Senhora
MÁRCIA ROIG SPERB
Representante Legal da Ece Participações S/A
Rua GOMES DE CARVALHO, nº 1.996 - 10º andar, SALA 3, Vila Olímpia
SÃO PAULO - SÃO PAULO
CEP.: 04547006

Assunto: **Análise e Comunicação de pendência.**

Senhora Representante Legal,

1. Informamos que a cópia da ASV nº 771/2013-1ª RENOVAÇÃO, encaminhada através da Carta CT-GMA- 39/16 (DOCUMENTO IBAMA Nº 02004.000708/16-21), está vencida desde Fevereiro de 2016, logo não atende ao que estabelece a § 2º do Art. 8º da IN IBAMA nº 06, de 07 de abril de 2009.

2. Portanto, o Processo nº 02004.000036/2015 continua com a pendência relacionada a apresentação da ASV nº 771/2013 vigente.

Atenciosamente,

MARCIA BUENO
Superintendente Substituta do IBAMA

DESTINATÁRIO:



MÁRCIA ROIG SPERB REPRESENTANTE LEGAL
DA ECE PARTICIPAÇÕES S/A
RUA GOMES CARVALHO 1.996
10º ANDAR, SALA 3, VILA OLIMPIA
04547-006 SÃO PAULO -SP

11 Jan 2016



04547-006



MMA/IBAMA/SEDE - PROTOCOLO	
Documento - Tipo:	Carta
Nº. 02001. 016	159 / 2016-03
Recebido em:	12/9/2016
Assinatura	

IBAMA

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

Dra. Telma Bento de Moura

Chefe da COHID/IBAMA

SCEN - Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA Bloco A - Cx. Postal nº 09566

Brasília/DF

CEP: 70.800-200



Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
Processo		CT-GMA- 63/16	8 / 9 / 16
02001.000337/2008-06			

Assunto: UHE Santo Antônio do Jari
Licença de Operação nº 1233/2014 - 1ª Retificação - Condicionante nº 2.2
Programa de Supressão da Vegetação - Escoamento do Material Lenhoso

Prezada Senhora,

A ECE Participações S.A., inscrita sob o CNPJ nº 09.333.996/0001-21, titular da concessão da UHE Santo Antônio do Jari, em atenção à condicionante nº 2.2 da Licença de Operação nº 1233/2014 - 1ª Retificação, especificamente ao Programa de Supressão Vegetal, no que diz respeito à destinação do material lenhoso, vem, por meio desta, solicitar a Renovação da Autorização de Supressão Vegetal - ASV nº 687/2012 - 2ª Renovação, pelo prazo de 365 dias, para que seja possível a emissão da respectiva AUMPF pela Superintendência do IBAMA no Estado do Amapá. Este prazo extenso visa evitar uma nova necessidade de renovação.

Destaca-se que a exigência desta renovação foi informada pela Superintendência do IBAMA no Estado do Amapá, a partir do Ofício nº 02004.000737/2016-93 GABIN/AP/IBAMA, cuja cópia segue em anexo.

Atenciosamente,


ECE PARTICIPAÇÕES S.A.

Anexo: Cópia do Ofício nº 02004.000737/2016-93 GABIN/AP/IBAMA, recebido em 11/08/2016.

ECE Participações S/A

Sede: Rua Gomes de Carvalho, 1.996, 10º andar, sala 3, Vila Olímpia - CEP 04547-006 - São Paulo/SP - Brasil

Filial 1: Marginal Esquerda do Rio Jari, Coordenadas: UTM - SAD 69 Fuso 22 - S/N - Interior- 68920-000 - Laranjal do Jari - AP Brasil

Filial 2: Rua Rio do Jari, 1152 - Agreste - 68920-000 - Laranjal do Jari - AP Brasil - T: 55 96 3621 1334

www.energiasdobrasil.com.br

Vto analista Vicente,

Para fazer a análise,

do pedido.

13.09.2016

lv
Telma Bento de Moura
Chefe de Unidade Avançada
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
Port. 1.054

Elaborado PAR 02001.003527/
2016-87 COHID/IBAMA

em 14.09.2016.

Vicente Xavier Compte

Vicente Xavier Compte
Analista Ambiental
Mat. 1.499.937
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

Vto TRX Luiz Suffiati,

Para instrução

processual.

16.09.2016

lv
Telma Bento de Moura
Chefe de Unidade Avançada
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
Port. 1.054



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Superintendência do Ibama no Estado do Amapá-AP
Gabinete-AP
Rua Hamilton Silva, nº 1570, Macapá-AP
CEP: 68900-068 e (96) 2101-6755
www.ibama.gov.br



OF 02004.000737/2016-93 GABIN/AP/IBAMA

Macapá, 28 de julho de 2016.

À Senhora
MÁRCIA ROIG SPERB
Representante Legal da Ece Participações S/A
Rua GOMES DE CARVALHO, nº 1.996 - 10º andar, SALA 3, Vila Olimpia
SÃO PAULO - SÃO PAULO
CEP.: 04547006

Assunto: **Análise e Comunicação de pendência.**

Senhora Representante Legal,

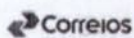
1. Informamos que a cópia da ASV nº 687/2012-2ª RENOVAÇÃO, encaminhada através da Carta CT-GMA-38/16 (DOCUMENTO IBAMA Nº 02004.000709/16-76), está vencida desde Fevereiro de 2016, portanto não atende ao que estabelece a § 2º do Art. 8º da IN IBAMA nº 06, de 07 de abril de 2009.
2. Portanto, o Processo nº 02004.000037/2015 continua com a pendência relacionada a apresentação da ASV nº 687/2012 vigente.

Atenciosamente,

MARCIA BUENO

Superintendente Substituta do IBAMA

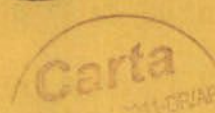
DESTINATÁRIO:



MÁRCIA ROIG SPERB REPRESENTANTE LEGAL
DA ECE PARTICIPAÇÕES S/A
RUA GOMES DE CARVALHO Nº 1.996
10º ANDAR, SALA 3, VILLA OLIMPIA
04547-006 SÃO PAULO-SP



04547-006



IBAMA
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Dra. Telma Bento de Moura
MD. Chefe da COHID/IBAMA
SCEN - Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA - Bloco A - Cx Postal nº 09566
Brasília/DF
CEP: 70.800-200

DIGITALIZADO NO IBAMA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
Processo nº 02001.000337/2008-06	Parecer nº 02001.003097/2016-01 COHID/IBAMA	CT-GMA- 60/16	8 / 9 / 16

Assunto: UHE Santo Antônio do Jari
Licença de Operação nº 1233/2014 (1º Retificação)
Autorização de Monitoramento de Ictiofauna nº 063/2012 - 2º Retificação/2º Renovação

Prezada Senhora,

A ECE Participações S.A., inscrita sob CNPJ nº 09.333.996/0001-21, titular da concessão da UHE Santo Antônio do Jari, em atendimento à condicionante nº 2.1 da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico nº 063/2012 - 2º Retificação/2º Renovação, vem, por meio desta, apresentar o cronograma atualizado das atividades de monitoramento de ictiofauna durante a fase de operação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,



ECE Participações
Márcia Roig Sperb

Anexo: Cronograma atualizado do Programa de Monitoramento de Ictiofauna

ECE Participações S/A

Sede: Rua Gomes de Carvalho, 1.996, 10º andar, sala 3, Vila Olímpia - CEP 04547-006 - São Paulo/SP - Brasil
Filial 1: Marginal Esquerda do Rio Jari, Coordenadas: UTM - SAD 69 Fuso 22 - S/N - Interior- 68920-000 - Laranjal do Jari - AP Brasil
Filial 2: Rua Rio do Jari, 1152 - Agreste - 68920-000 - Laranjal do Jari - AP Brasil - T: 55 96 3621 1334
www.energiasdobrasil.com.br

Bo analista Régis,
Para conhecimento.

16.09.2016

Telma Bento de Moura
Chefe de Unidade Avançada
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
Port. 1.054

Bo TRP,

Para inserir no processo.

Em 21/09/2016

Régis Fontana Pinto
Analista Ambiental - Matr. 1512287



Atividades	2016				2017												2018					2019	
	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M				
Solicitação de Renovação da Autorização junto ao IBAMA																							
Realização das campanhas durante a operação do empreendimento (*)																							
Análise dos Dados																							
Relatórios																							

(*) Informa-se que a primeira campanha de monitoramento realizada pela empresa Ambiental, em atendimento à Autorização n° 063/2012- 2° Retificação / 2° Renovação, foi realizada no mês de agosto de 2016 e as demais campanhas continuarão com a periodicidade bimestral, até anuência do Ibama para alteração para trimestral.

EM BRANCO

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



PAR. 02001.003527/2016-87 COHID/IBAMA

Assunto: Requerimento de Terceira Renovação da ASV nº 687/2012 do UHE Santo Antônio do Jari Processo nº 02001.000337/2008-06, conforme CT nº 02001.016759/2016-03 de 12/09/2016.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

REFERENCIA: CT 02001.016759/2016-03/

Ementa: Requerimento de Terceira Renovação da ASV nº 687/2012 do UHE Santo Antônio do Jari Processo nº 02001.000337/2008-06, conforme CT nº 02001.016759/2016-03 de 12/09/2016.

1 Introdução

A UHE Santo Antônio do Jari está localizado a 150 km a montante da foz do rio Jari, afluente da margem esquerda do rio Amazonas e que serve como divisa natural entre os estados do Pará e Amapá. Tem uma potência instalada de 300 MW e potência firme de 186 MW, com uma área inundada da ordem de 1706 ha, o que lhe proporciona um coeficiente de área inundada por potência firme a ser gerada aproximadamente 0,1 caracterizando-o como um empreendimento de alta eficiência.

A barragem tem 2640 m de comprimento, com altura da crista da barragem de 19 m, possui 6 turbinas do tipo Kaplan de eixo vertical abrangendo áreas dos municípios de Almeirim (PA) e Laranjal do Jari (AP). À sua montante encontra-se a UHE Itapeuara.

O reservatório tem uma área inundada de 3170 ha, volume acumulado de 133,39 hm³, quota mínima de operação 29,10 m, quota máxima de operação 31,90 m, profundidade média do reservatório 9,5 m, comprimento do reservatório 28 km, está localizado no bioma Amazônia contendo sua Área de Influência Indireta áreas de Floresta Ombrófila (densa e aberta).

O empreendimento possui a Licença de Operação nº 1233/2014 1ª Retificação de 09/03/2015 com validade de 4 anos.

2. Análise

O presente Parecer Técnico contém a análise referente ao requerimento da terceira renovação da Autorização de Supressão de Vegetação nº 687/2012 feito pelo empreendedor através da correspondência CT-GMA 63/16 de 08/09/2016 protocolado no Ibama Sede sob o nº 02001.016759/2016-03 de 12/09/2016, com a finalidade de se dar continuidade à destinação do material lenhoso previsto na condicionante nº 2.2 da



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Licença de Operação nº 1233/2014 1ª Retificação especificamente ao Programa de Supressão de Vegetação, de modo a ser possível a emissão da AUMPF, com a ASV vigente.

Desta forma e entendendo como plausível a justificativa para o requerimento de renovação da referida ASV, defere-se o pleito com a terceira renovação da ASV nº 687/2012 por um período de 1 (um) ano, de acordo com as condicionantes expostas a seguir.

1. Condições Gerais

1.1 Atender ao que preconiza a legislação ambiental, em especial a Lei nº 12.651/2012, o novo Código Florestal, modificado pela Medida Provisória nº 571/2012, e suas alterações, a lei nº 9.605/98, legislações estaduais, sem prejuízo de outras sanções e penalidades cabíveis.

1.2 O IBAMA, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes, as medidas de controle e adequação, bem como, suspender ou cancelar esta autorização, caso ocorra:

- violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da autorização;
- superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

1.3 Comunicar imediatamente ao IBAMA, a ocorrência de qualquer acidente que cause danos ambientais, estando a continuação da supressão condicionada à manifestação deste Instituto.

1.4 A ECE PARTICIPAÇÕES S/A é a única responsável perante o IBAMA, pelo atendimento às condicionantes postuladas nesta autorização.

1.5 Não é permitido:

- utilização de herbicidas bem como seus derivados e afins;
- depósito do material oriundo da supressão de vegetação em aterros e em mananciais hídricos;
- uso do fogo para eliminação da vegetação.

1.6 Os encarregados das equipes de desmate deverão portar cópia desta ASV, bem como dos registros no IBAMA das motosserras utilizadas.

2. Condições Específicas

2.1 Entregar, antes do início das atividades, Certificado de Regularidade atualizado do Cadastro Técnico Federal, registro no Conselho de Classe e Anotação de Responsabilidade



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



Técnica pela elaboração e execução do Programa de Supressão Vegetal e do Projeto de Reposição Florestal.

2.2 Comunicar ao IBAMA, previamente, o início das atividades de supressão (desmate).

2.3 Fornecer, no prazo de 15 dias, tabelas com as coordenadas geográficas e as áreas de cada polígono a ser suprimido, separados por estado, de forma a permitir uma verificação das áreas exploradas.

2.4 Entregar, no prazo de 30 dias, a previsão de cronograma de atividades de supressão específico para as áreas solicitadas.

2.5 A vegetação nativa a ser suprimida em 100 % de sua totalidade, corresponde exclusivamente às áreas declaradas por ECE Participações S/A através do Documento nº 02001.016008/2012-55protocoladonodia29/03/2012 e discriminadas abaixo, na Tabela 1, as quais totalizam o máximo de supressão de 445,59 ha, sendo 126,51 ha no Estado do Amapá e 319,08 ha no Estado do Pará.

Tabela 01: Áreas de vegetação a ser suprimida, separadas por tipologia, nos estados do Pará e Amapá.

Tipologia Florestal	Amapá	Pará	Total
<i>Floresta Ombrófila Densa Aluvial</i>	18,66	48,14	66,80
<i>Floresta Ombrófila Densa Submontana</i>	41,53	186,89	228,42
<i>Floresta Secundária</i>	61,31	63,36	124,67
<i>Floresta Ombrófila Densa Aluvial (Ilhas)</i>	5,01	20,69	25,70
Total	126,51	319,08	445,59

2.6 Manter livre de impactos, seja por desmate ou assoreamento, os corpos hídricos situados próximos às áreas de intervenção.

2.7 Efetuar remoção, transporte e armazenamento apropriado de serrapilheira e camada fértil do solo das áreas a serem desmatadas, que deverão ser utilizados na recuperação de áreas degradadas.

2.8 Todas as operações de supressão de vegetação deverão ser supervisionadas por responsável técnico habilitado e realizadas por equipe técnica capacitada, sempre portando cópias desta Autorização de Supressão de Vegetação e da Licença de Instalação do empreendimento (LI 798/2011).



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

2.9 Para a retirada da matéria prima florestal da área suprimida o empreendedor deverá cumprir reposição florestal, atendendo ao disposto no Decreto nº 5.975/2006; na Instrução Normativa MMA nº 6/2006 e na Instrução Normativa IBAMA nº 6/2009. Poderão ser também consideradas para efeito de reposição as ações de revegetação das Áreas de Preservação Permanente e de recuperação de áreas degradadas com espécies nativas dentro da área de influência do empreendimento.

2.10 Para os membros das equipes operacionais de desmate, utilizar obrigatoriamente equipamentos de proteção individual (EPI), tais como: capacetes, protetores auriculares, botas, óculos de proteção, perneiras e macacões.

2.11 Deverá ser realizado o afugentamento da fauna e resgate, quando couber, mediante Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico específica, concomitantemente com as operações de desmate, encaminhando relatório final de atividades, com lista de animais resgatados em cada tipologia de vegetação suprimida. As atividades de desmate deverão ser acompanhadas, em cada frente de trabalho, por equipe técnica capacitada para resgate de fauna. A atividade de supressão só deverá ser realizada em áreas onde o resgate de fauna for autorizado.

2.12 Deverá ser solicitada ao órgão ambiental competente a devida AUMPF dentro do prazo de validade da ASV, em tempo hábil a destinar a matéria prima oriunda da supressão de vegetação.

2.13 As atividades de supressão da vegetação devem ser executadas em conformidade com o proposto no Programa de Desmatamento do AHE Santo Antônio do Jari e no Plano de Supressão de Vegetação e demais documentos aprovados por este Instituto.

2.14 Os resíduos de desmate (galhada) deverão, preferencialmente, ser espalhados em APP ou em projetos de recuperação de áreas degradadas, em curvas de nível, formando leiras ou camalhões que por sua vez, formarão núcleos de atração para avifauna e, alternativamente, poderão ser utilizados como matéria-prima para processamento de cavaco, briquete, ou mesmo compostagem. O enleiramento do material vegetal, se realizado na APP, deve ser cuidadoso, em nível, de forma a não formar leiras cujas dimensões e altura possam impedir o estabelecimento de mudas e germinação do banco de sementes.

2.15 Deverão ser observadas as diretrizes estabelecidas na Resolução CONAMA nº 369/2006, como a efetiva recuperação e recomposição de APP na mesma sub-bacia hidrográfica impactada, prioritariamente na área de influência do empreendimento ou nas cabeceiras dos rios contribuintes, priorizando o plantio de espécies nativas da região, devendo ser apresentado o PRAD (Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas), inclusive para obtenção dos créditos referentes à reposição florestal.

2.16 A empresa deverá propiciar o aproveitamento econômico da matéria prima florestal,



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



quando couber, assim como de sementes e mudas para utilização na recomposição da vegetação, sobretudo no tocante às espécies com maiores índices de valor de importância (IVI) relacionadas no Inventário Florestal e presentes na listagem nacional de espécies ameaçadas (Instrução Normativa MMA nº 6/2008) ou na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN de 2006, além de espécies raras, endêmicas, ameaçadas de extinção e protegidas por legislação federal ou dos Estados do Pará e Amapá.

2.17 Depositar em lotes ou propriedades georreferenciadas a matéria-prima florestal vinda das áreas de supressão, que deverá ser ordenada estocada em local plano, fora da área de preservação permanente do futuro reservatório, empilhadas de forma a se distinguir os diferentes usos e espécies, como também as espécies de maior IVI e espécies protegidas por lei, de forma organizada e identificadas.

2.18 Sendo o aproveitamento da matéria-prima florestal extraída feito através de doação, deverá constar no Termo de Doação, espécie, volume (metros cúbicos para toras, metros estéreos para lenha) total e por espécie, área desmatada (ha), localização georreferenciada do recebedor desta matéria-prima.

2.19 Deverá ser observado a destinação de matéria-prima florestal de forma a atender a Lei Estadual nº 6.958/2007, alterada pela Lei Estadual nº 7.376/2010 do Pará, que determina que as madeiras extraídas de áreas licenciadas à exploração de jazidas, minas ou outros depósitos minerais e as submersas por águas de lagos de contenção às barragens de hidrelétricas, dentro do território paraense, deverão ser destinadas à construção de casas populares, escolas e clínicas para tratamento de dependentes químicos.

2.20 Utilizar preferencialmente espécies nativas do bioma local e aquelas que ocorreram com maior índice de valor de importância (IVI) no inventário florestal nos trabalhos de recuperação das áreas degradadas.

2.21 Realizar, concomitantemente às atividades de supressão de vegetação, atividades de salvamento de germoplasma, contemplando todos os fragmentos a serem atingidos, objetos dessa ASV, priorizando a coleta de material vegetal para exsicatas, sementes, mudas, epífitas, bulbos, tubérculos e estacas que estiverem disponíveis nos fragmentos, conforme Programa de Conservação da Flora.

2.22 Os acessos de germoplasma deverão ser cadastrados e georreferenciados, apresentando-se o mapeamento desses acessos na melhor escala disponível para a região.

2.23 Realizar resgate de germoplasma das espécies que ocorrem na área e que estão ameaçadas de extinção (*Bertholletia excelsa* - Castanheira do Pará - Anexo I - Instrução Normativa MMA nº 6/2008; *Virola surinamensis* - Anexo II - IN MMA nº 6/2008; *Eschweilera* sp - 2 espécies - Anexo I - IN MMA nº 6/2008; *Eugenia* sp - 2 espécies - Anexo I - IN MMA nº 6/2008; *Myrcia* sp - 3 espécies - Anexo I - IN MMA nº 6/2008; *Ocotea* sp - 6



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

espécies - Anexo I - IN MMA nº 6/2008), além das espécies lenhosas que ocorreram com maiores valores de IVI no inventário florestal e no Levantamento de Flora.

2.24 Apresentar em até 60 dias após o término da supressão relatório conclusivo contendo pelo menos o quantitativo de áreas suprimidas, um mapeamento das áreas/polígonos onde a atividade já ocorreu apresentando um mapa com imagem de satélite de boa resolução e o volume suprimido sob vigência da ASV. Deverá ser entregue também todos os *shapes* utilizados para a confecção dos mapas de forma a possibilitar a análise digital das informações, além de tabelas contendo as coordenadas das áreas desmatadas.

2.25 Deverá ser observado também a priorização de espécies nativas para a reposição florestal necessária, conforme Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal), em seu § 3º do Art. 26, diminuindo o máximo a quantidade de espécies exóticas (*Eucalyptus* spp.) ou utilizando-as como pioneiras para viabilizar o estabelecimento de espécies nativas.

2.26 O empreendedor deverá requerer a Autorização de Utilização de Matéria Prima Florestal - AUMPF para fins de aproveitamento de espécimes da flora quando do resgate de flora das espécies constantes da lista oficial de flora brasileira ameaçada de extinção e dos anexos da CITES (Instrução Normativa IBAMA nº 6/2009, artigo 9º) na superintendência do IBAMA da jurisdição da área de coleta do Programa de Resgate de Germoplasma Vegetal quando se tratar de transporte de espécies constantes na Lista Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção e/ou nos Anexos CITES para fora da área do empreendimento.

Brasília, 14 de setembro de 2016

Vicente Xavier Compte
Vicente Xavier Compte

Analista Ambiental da Cohid/IBAMA

Vicente Xavier Compte
Analista Ambiental
Mat. 1.499.937
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA

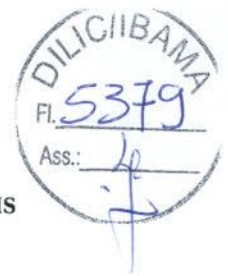
De acordo,
16.09.2016
Tatiana Berry de Moura
Chefe de Unidade Avançada
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
Port. 1.054

A Dire,
De acordo.
16.09.16

[Assinatura]
[Assinatura]
Coordenador Geral de Infraestrutura
de Energia Elétrica
CGENE/DILIC/IBAMA



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
Coordenação de Energia Hidrelétrica
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1595 - 1596
www.ibama.gov.br



OF 02001.010646/2016-96 COHID/IBAMA

Brasília, 19 de setembro de 2016.

À Senhora
Márcia Roig Sperb
Responsável da Ece Participações S/A
R. GOMES DE CARVALHO, 1996 - 10º andar, sala 3 - Vila Olímpia
SÃO PAULO - SÃO PAULO
CEP.: 04547006

Assunto: **Encaminha a ACCTMB nº 451/2014 do Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre, Aquática e Semiaquática da UHE Santo Antônio do Jari.**

Senhora Responsável,

1. Em atenção a correspondência CT-GMA-55/16, que solicita a retificação da Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico - ACCTMB nº 451/2014, referente às atividades do Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre, Aquática e Semiaquática da UHE Santo Antônio do Jari, encaminho a autorização retificada e cópia do Parecer 02001.003396/2016-38 COHID/IBAMA, que subsidiou sua expedição.

Atenciosamente,

TELMA BENTO DE MOURA
Chefe da COHID/IBAMA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



PAR. 02001.003607/2016-32 COHID/IBAMA

Assunto: Resposta à carta CT-GMA 64/16 - Solicitando renovação de ASV.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Analisa solicitação de renovação da ASV nº 771/2013 - UHE Santo Antônio do Jari.

1- INTRODUÇÃO

Para que seja possível dar continuidade aos procedimentos necessários à emissão das AUMPFs relativas à matéria-prima oriunda da supressão de vegetação no âmbito da UHE Santo Antônio do Jari, a SUPES/AP informou à ECE Participações S.A., através do Ofício nº 02004.000736/2016-49 GABIN/AP/IBAMA a necessidade de apresentar a da ASV nº 771/2013 vigente.

A ECE Participações S.A. apresenta, assim, através da Carta CT-GMA 64/16, protocolada no dia 12 de setembro de 2016 (Documento nº 02001.016798/2016-51), solicitação de renovação pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da citada ASV.

2 - ANÁLISE

Atualmente as atividades de supressão de vegetação encontram-se concluídas no âmbito do empreendimento UHE Santo Antônio do Jari, contudo ainda aguardam os documentos necessários ao transporte.

Os processos de análise de solicitação de emissão de AUMPFs estão sendo analisados pela SUPES/AP e não cabe à COHID avaliar as condições da emissão das mesmas. Uma vez que a renovação da ASVs nº 771/2013 possibilitará a emissão de respectivas AUMPFs que, por sua vez, viabilizarão a emissão de DOFs para o transporte da matéria-prima florestal oriunda da supressão de vegetação realizada na área do empreendimento e uma vez que toda a atividade de supressão de vegetação na UHE Santo Antônio do Jari já foi concluída, este parecer é favorável ao deferimento da renovação da citada ASV.

3 - CONCLUSÃO

Nos termos desse parecer, recomenda-se o deferimento da renovação da ASV nº 771/2013 para que seja dada continuidade à emissão das AUMPFs que viabilizarão o escoamento da matéria-prima oriunda da atividade de supressão da vegetação no empreendimento UHE Santo Antônio do Jari.

Ressalta-se o caráter de urgência uma vez que a madeira objeto desta ASV encontra-se exposta às intempéries e se deteriorando, comprometendo a qualidade de seu futuro aproveitamento.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Deverão ser mantidas as condicionantes com a ressalva de se observar os prazos originais, relativos a data da primeira emissão da ASV, ou seja, 23 de maio de 2013.

Brasília, 21 de setembro de 2016

ACN. Fonseca
Ana Cristian do Nascimento Fonseca
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

pe acordo.

22.09.2016

W
Telma Bento de Moura
Chefe de Unidade Avançada
COHID/GENE/DILIC/IBAMA.
21.09.2016



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



PAR. 02001.003608/2016-87 COHID/IBAMA

Assunto: Resposta à carta CT-GMA 57/16 - Solicitando renovação de ASV.

Origem: Coordenação de Energia Hidrelétrica

Ementa: Analisa solicitação de renovação da ASV nº 566/2011 - UHE Santo Antônio do Jari.

1 - INTRODUÇÃO

Para que seja possível dar continuidade aos procedimentos necessários à emissão das Autorizações de Utilização de Matéria-Prima Florestal - AUMPFs relativas à matéria-prima oriunda da supressão de vegetação no âmbito da UHE Santo Antônio do Jari, a SUPES/AP informou à ECE Participações S.A., através do Ofício nº 02004.000731/2015-16 GABIN/AP/IBAMA a necessidade de apresentar a ASV nº 566/2011 vigente.

A ECE Participações S.A. apresenta, assim, através da Carta CT-GMA 57/16, protocolada no dia 30 de agosto de 2016 (Documento nº 02001.015897/2016-67), solicitação de renovação pelo prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias da citada ASV.

2 - ANÁLISE

Atualmente as atividades de supressão de vegetação encontram-se concluídas no âmbito do empreendimento UHE Santo Antônio do Jari, contudo ainda aguardam as autorizações para que seja emitido o Documento de Origem Florestal - DOF liberando o transporte.

As solicitações de emissão de AUMPF estão sendo analisados pela SUPES/AP e não cabe à COHID avaliar as condições da emissão das mesmas. Uma vez que a renovação da ASVs nº 566/2011 possibilitará a emissão de respectivas AUMPFs que, por sua vez, viabilizarão a emissão de DOFs para o transporte da matéria-prima florestal oriunda da supressão de vegetação realizada na área do empreendimento e uma vez que toda a atividade de supressão de vegetação na UHE Santo Antônio do Jari já foi concluída, este parecer é favorável ao deferimento da renovação da citada ASV.

3 - CONCLUSÃO

Nos termos desse parecer, recomenda-se o **deferimento da renovação da ASV**

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



nº 566/2011 para que seja dada continuidade à emissão das AUMPFs que viabilizarão o escoamento da matéria-prima oriunda da atividade de supressão da vegetação no empreendimento UHE Santo Antônio do Jari.

Ressalta-se o caráter de urgência uma vez que a madeira objeto desta ASV encontra-se exposta às intempéries e se deteriorando, comprometendo a qualidade de seu futuro aproveitamento.

Deverão ser mantidas as condicionantes com a ressalva de se observar os prazos originais, relativos a data da primeira emissão da ASV, ou seja, 19 de agosto de 2011.

Brasília, 21 de setembro de 2016

ACN Fonseca
Ana Cristian do Nascimento Fonseca
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

EM BRANCO



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica



DESPACHO 02001.021870/2016-11 COHID/IBAMA

Brasília, 22 de setembro de 2016

A Unidade Setorial da Diretoria de Licenciamento Ambiental

Assunto: **UHE Santo Antônio do Jari: arquivamento de documentos.**

Em atenção ao Processo de Licenciamento Ambiental da UHE Santo Antônio do Jari (Processo nº 02001.000337/2008-06), solicito arquivamento dos documentos listados abaixo:

- a) UHE Santo Antônio do Jari: Aferição dos Resultados da Modelagem Matemática de Qualidade da Água (Revisão Dezembro de 2015). Encaminhado pela Carta CT-GMA 2/16, de 11/01/2016. Prot. IBama nº 02001.000515/2016-09, de 13/01/2016.;
- b) UHE Santo Antônio do Jari: Lista de Anexos encaminhados pela Carta CT-GMA 21/16, de 21/03/2016. Prot. Ibama nº 02001.004964/2016-18. (Programa de Indenização e Remanejamento da População);
- c) UHE Santo Antônio do Jari: Relatório sobre o Plano de Contingência para a fase de enchimento do reservatório e operação da UHE Santo Antônio do Jari (Período de 01/06 a 21/12/2015). Acompanha DVD 1/1 - março / 2016. Encaminhado pela Carta CT-GMA 14/16, de 14/03/2016. Prot. IBama nº 02001.004555/2016-11, de 15/03/16;
- d) Jari Energia - PACUERA: Plano Ambiental de Conservação e Uso do Reservatório - Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari. Março 2016. Acompanha: 1) DVD 1/1: PACUERA - Plano Ambiental de Conservação e Uso do Reservatório - Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari; e 2) PACUERA UHE Santo Antônio do Jari - Versão Resumida. Encaminhado pela Carta CT-GMA 15/16, de 14/03/2016. Prot. Ibama nº 02001.004557/2016-19, de 15/03/2016;
- e) Jari Energia - ANEXOS - Plano Ambiental de Conservação e Uso do Reservatório - PACUERA - Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari - C540-DT03 Revisão 01 - Março/2016. Encaminhado pela Carta CT-GMA 18/16, de 18/03/16. Prot. Ibama nº 02001.004938/2016-90, de 21/03/2016;
- f) UHE Santo Antônio do Jari - Quarto Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais: Relatório Semestral de Atividades da Fase de Operação da UHE Santo Antônio do Jari (Período de julho a dezembro de 2015). 2 Volumes. Acompanha: DVD 1/1 -



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Energia Hidrelétrica

Relatório Semestral de Atividades da Fase de Operação da UHE Santo Antônio do Jari. Encaminhado pela Carta CT-GMA 23/16, de 29/03/2016. Prot. Ibama nº 02001.005485/2016-19, de 30/03/2016;


g) UHE Santo Antônio do Jari: Anexos encaminhados pela Carta CT-GMA-36/16, de 23/05/2016. Prot. Ibama nº 02001.009096/2016-62, de 24/05/2016. (Programa de Monitoramento da Ictiofauna);

h) UHE Santo Antônio do Jari - Programa de Indenização e Remanejamento de População - Conclusão de Compromissos Firmados no Protocolo de Entendimento com as Comunidades Locais. Encaminhado pela Carta CT-GMA 42/16, de 16/06/2016. Prot. Ibama nº 02001.010892/2016-48, de 20/06/2016;

i) UHE Santo Antônio do Jari - Programa de Monitoramento de Ictiofauna - Anexo I: Errata ao Relatório Técnico Consolidado do Programa de Monitoramento da Ictiofauna da UHE Santo Antônio do Jari. Encaminhado pelo Carta CT-GMA-46/16, de 20/07/2016. Prot. Ibama nº 02001.013258/2016-67, de 21/07/2016;

j) UHE Santo Antônio do Jari - Programa de Monitoramento de Ictiofauna - Anexos I a VI: documentos relativos à nova empresa que será responsável pelo Monitoramento da Ictiofauna (Empresa Ambiental Consultoria Estudos e Projetos). Encaminhado pela Carta CT-GMA-48/16, de 26/07/16. Prot. Ibama nº 02001.013753/2016-76, de 28/07/2016;

k) UHE Santo Antônio do Jari - Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre e Mamíferos Aquáticos e Semiaquáticos - Anexos I a VI: documentos relativos à nova empresa que será responsável pelo Monitoramento (Empresa Sete Soluções e Tecnologia Ambiental Ltda). Encaminhado pela Carta CT-GMA-55/16, de 22/08/16. Prot. Ibama nº 02001.015494/2016-18, de 23/08/2016.


LUIZ FERNANDO SUFFIATI
Analista Ambiental da COHID/IBAMA

Redido e
22/09/16,
Rom

IBAMA

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Dra. Telma Bento de Moura

MD. Chefe da COHID/IBAMA

SCEN - Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA - Bloco A - Cx Postal nº 09566

Brasília/DF

CEP: 70.800-200



Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
Processo nº 02001.000337/2008-06	Ofício nº 02001.004602/2014-06 COHID/IBAMA	CT-GMA- 62/16	8 / 9 / 16

Assunto: UHE Santo Antônio do Jari

Licença de Operação nº 1233/2014 (1ª Retificação) - Condicionantes nº 2.2 e 2.25
Monitoramento Fauna Terrestre, Aquática e Semiaquática

Prezada Senhora,

A ECE Participações S.A., inscrita sob CNPJ nº 09.333.996/0001-21, titular da concessão da UHE Santo Antônio do Jari, considerando o item XII do Ofício nº 02001.004602/2014-65 COHID/IBAMA, datado de 12 de maio de 2014, transcrito a seguir:

"XII – A procura por ninhos e locais de desova de quelônios/crocodilianos passa a integrar o Programa de Monitoramento da Fauna Terrestre, Aquática e Semiaquática (PA 15), e seus resultados devem estar contidos no mesmo relatório. A atividade deve ocorrer durante os 2 primeiros anos de operação do empreendimento. Após esse período, com base nos resultados apresentados, será avaliada a necessidade de continuidade do monitoramento."

Vem, por meio desta, solicitar o encerramento desta atividade de procura por ninhos e locais de desova de quelônios/crocodilianos, considerando que neste mês de setembro de 2016 completam três anos monitorados e que, em anexo, apresentamos a justificativa técnica para subsidiar o encerramento desta atividade.

Colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,



ECE Participações

Márcia Roig Sperb

Anexo: Justificativa técnica para encerramento da atividade de procura por ninhos e locais de desova de quelônios/crocodilianos, da UHE Santo Antônio do Jari, na sua atual fase de operação.

ECE Participações S/A

Sede: Rua Gomes de Carvalho, 1.996, 10º andar, sala 3, Vila Olímpia - CEP 04547-006 - São Paulo/SP - Brasil

Filial 1: Marginal Esquerda do Rio Jari, Coordenadas: UTM - SAD 69 Fuso 22 - S/N - Interior- 68920-000 - Laranjal do Jari - AP Brasil

Filial 2: Rua Rio do Jari, 1152 - Agreste - 68920-000 - Laranjal do Jari - AP Brasil - T: 55 96 3621 1334

www.energiasdobrasil.com.br

At onalista gulinna,

Para avaliçao do
pedido.

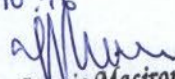
27.09.2016

Telma Bento de Moura
Chefe de Unidade Avançada
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
Port. 1.004

Recomendo que a avaliçao da
solicitacao seja realizada junto
a análise do Relatório Anual do
Programa de Monitoramento da
Fauna, uma vez que este documento
náo apresenta informacoes suficientes

Minuta de oficio informando
a empresa tramitada em 08.10.16

06.10.16


Juliana Araújo Mastrone
Matricula: 1728785
Analista Ambiental
IBAMA

EM BRANCO



BIOLEX
CONSULTORIA AMBIENTAL



PROCURA DE LOCAIS PARA DESOVA DE CROCODILIANOS
JUSTIFICATIVA TÉCNICA

Conforme relatado anteriormente nos Relatórios de monitoramento de Fauna, especificamente no capítulo de **Quelônios e Crocodilianos**, os jacarés observados ao longo do Rio Jari (trecho All e AID) são indivíduos jovens, semi-adultos e adultos e foram visualizados em trecho que compreendem Laranjal do Jari/Comunidade Padaria, Iratapuru e Porto Sabão, Porto Sabão e Porto Paiol, Monte Dourado e São Militão, Módulo Arroto e no trecho Iratapuru / Itapeuara. Portanto, estes trechos apresentam até o momento os registros de crocodilianos na região, indicando que está ocorrendo nidificação, eclosão de ovos e nascimento de filhotes em uma possível área de reprodução para os crocodilianos. A presença de jacarés jovens indica que o trecho Laranjal do Jari/Comunidade Padaria e no trecho Iratapuru/Porto Sabão, apresentam habitats propícios para a reprodução dos mesmos. A figura 01 mostra, até o momento, uma estabilização da curva do coletor a partir da 10ª campanha realizada, indicando o não aparecimento de novas espécies na região, conforme gráfico 01.

Os jacarés fazem ninhos dentro da mata, próximo de corpos d'água ou em vegetação flutuante. Esses ninhos são feitos com amontoados de palhas, folhas podres e pedaços de gravetos. O período reprodutivo das espécies amazônicas varia de maio a setembro.

De agosto a novembro de 2014, de maio a setembro de 2015 e maio a setembro de 2016, uma equipe percorreu, 5 dias por mês, todo o trecho monitorado em busca de locais apropriados para a desova de crocodilianos. A equipe procurou junto as margens dos rios maiores e em seus afluentes, assim como adentrando a pé em áreas de vegetação baixa, onde era possível. Utilizou-se também de um barco de madeira com motor de rabeta, muito utilizado por moradores locais, para facilitar a entrada em áreas mais rasas nas margens dos rios. Foram vistoriados folhagens soltas, ramas e áreas enlameadas.

Apesar do esforço, não foram detectados ninhos ou locais apropriados que pudessem indicar possíveis áreas de desova. Conclui-se, até o momento, que essas áreas de desova estejam em locais mais remotos e/ou protegidos.

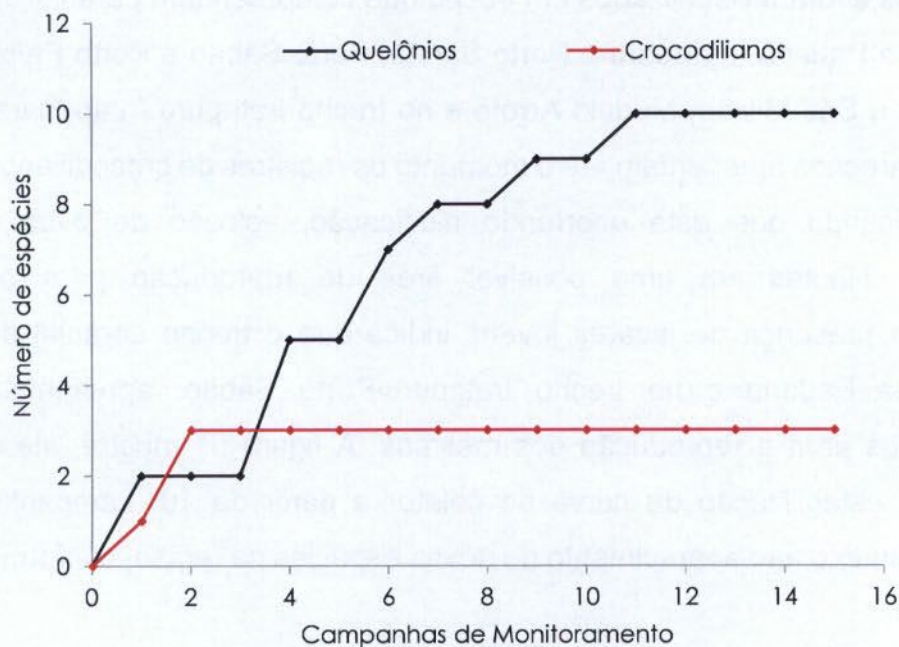


Gráfico 01. Curva de acumulação de espécies de Quelônios e Crocodilianos registrados nas quinze campanhas de monitoramento (2 campanhas de monitoramento prévio, 7 campanhas durante a instalação e 6 campanhas pós instalação do empreendimento) da UHE Santo Antônio do Jari.



BIOLEX
CONSULTORIA AMBIENTAL



Diante dessas observações, entendemos, até o momento, que as campanhas para a procura de locais para a desova de crocodilianos não acrescentarão novos dados. Solicitamos o encerramento de tal atividade.

Laranjal do Jari, 20/09/2016

Coordenador Geral das Atividades
Wagner Tadeu Vieira Santiago – CTF 293908

EM BRANCO

IBAMA

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Dra. Telma Bento de Moura

MD. Chefe da COHID/IBAMA

SCEN - Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA - Bloco A - Cx. Postal nº 09566

Brasília/DF

CEP: 70.800-200

DIGITALIZADO NO IBAMA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
Processo nº 02001.000337/2008-06	PAR 02001.002906/2016-50 COHID/IBAMA	CT-GMA- 69/16	29 / 9 / 16

Assunto: UHE Santo Antônio do Jari

Licença de Operação nº 1233/2014 (1º Retificação) - Condicionantes nº 2.2

Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais

Prezada Senhora,

A ECE Participações S.A., inscrita sob CNPJ 09.333.996/0001-21, titular da concessão da UHE Santo Antônio do Jari, vem, por meio desta, informar que, visando atender às pendências e recomendações apresentadas no Parecer nº 02001.002906/2016-50 COHID/IBAMA, recebido na data de 18 de agosto de 2016, através do Ofício nº 02001.008986/2016-57 COHID/IBAMA, encaminharemos o 5º Relatório de Acompanhamento dos Programas Ambientais na primeira quinzena de outubro de 2016.

Contando com vossa compreensão, colocamo-nos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,


ECE Participações
Márcia Roig Sperb**ECE Participações S/A**

Sede: Rua Gomes de Carvalho, 1.996, 10º andar, sala 3, Vila Olímpia - CEP 04547-006 - São Paulo/SP - Brasil

Filial 1: Marginal Esquerda do Rio Jari, Coordenadas: UTM - SAD 69 Fuso 22 - S/N - Interior- 68920-000 - Laranjal do Jari - AP Brasil

Filial 2: Rua Rio do Jari, 1152 - Agreste - 68920-000 - Laranjal do Jari - AP Brasil - T: 55 96 3621 1334

www.energiasdobrasil.com.br

Do TRP Luiz Suffati,

Ronô ciência da equipe.

03.10.2016

ho

Dr. Dinto de Moura
Chefe de Unidade Avançada
COHID/CGENE/DILIC/IBAMA
Port. 1.054



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Diretoria de Licenciamento Ambiental
SCEN Trecho 2 Ed. Sede do Ibama - Brasília - DF
CEP: 70818-900 e (61) 3316-1282 - 1745
www.ibama.gov.br



OF 02001.011632/2016-90 DILIC/IBAMA

Brasília, 15 de outubro de 2016.

À Senhora
Márcia Roig Sperg
Responsável da Ece Participações S/A
Rua Gomes de Carvalho, 1.996, 10º andar, sala 3, Vila Olímpia
SÃO PAULO - SÃO PAULO
CEP.: 04547006

Assunto: Descentralização do Processo de Licenciamento Ambiental da UHE Santo Antônio do Jari, Processo Administrativo Ibama nº 02001.000337/2008-06.

Senhora Responsável,

1. Em atenção ao Processo de Licenciamento Ambiental da UHE Santo Antônio do Jari, Processo Administrativo IBAMA nº 02001.000337/2008-06, e em atendimento ao disposto na Portaria Ibama nº 21/2008 e na Instrução Normativa IBAMA nº 184/2008, informo que o referido processo foi descentralizado para o Núcleo de Licenciamento Ambiental da Superintendência do Ibama no Amapá (NLA/AP).

2. Face ao exposto, solicito que os expedientes relativos ao empreendimento em tela, sejam encaminhada ao NLA/AP, no endereço descrito abaixo:

Superintendência do Ibama no Amapá, Rua Hamilton Siva, nº 1570 - Santa Rita - Cep: 68.900-068 - Macapá - AP

Atenciosamente,

ROSE MIRIAN HOFMANN
Diretora da DILIC/IBAMA

EM BRANCO